



EMPODERAMENTO DE MENINAS

COMO INICIATIVAS BRASILEIRAS ESTÃO AJUDANDO
A GARANTIR A IGUALDADE DE GÊNERO

CADERNO DE BOAS PRÁTICAS



EMPODERAMENTO DE MENINAS

COMO INICIATIVAS BRASILEIRAS ESTÃO AJUDANDO
A GARANTIR A IGUALDADE DE GÊNERO

CADERNO DE BOAS PRÁTICAS

EXPEDIENTE

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA – UNICEF

Gary Stahl

REPRESENTANTE DO UNICEF NO BRASIL

Esperanza Vives

REPRESENTANTE ADJUNTA DO UNICEF NO BRASIL

Mário Volpi

COORDENADOR DO PROGRAMA CIDADANIA DOS ADOLESCENTES

Gabriela Goulart Mora

OFICIAL DO PROGRAMA CIDADANIA DOS ADOLESCENTES

Daniel Graziani

ASSISTENTE DO PROGRAMA CIDADANIA DOS ADOLESCENTES

Michelle Barron

COORDENADORA DO PROGRAMA DE COOPERAÇÃO SUL-SUL

Angelo Lambert Damas

UNV - OFICIAL DE COOPERAÇÃO SUL-SUL E GÊNERO

Escritório do Representante do UNICEF no Brasil:

SEPN 510, Bloco A, 2º andar – 70750-521 – Brasília, DF

Telefone: 55 (61) 3035-1900

Site: www.unicef.org.br

E-mail: brasil@unicef.org

PLAN INTERNATIONAL BRASIL

Anette Trompeter

DIRETORA NACIONAL

Luca Sinesi

DIRETOR DE PROGRAMAS

Flávio Antunes Debique

GERENTE TÉCNICO DE PROTEÇÃO INFANTIL E INCIDÊNCIA POLÍTICA

Viviana Santiago

ESPECIALISTA EM GÊNERO

GERENTE DE PROJETOS

Escritório Nacional:

Av. Roque Petroni Jr, 1.089, Salas 112 e 114

04707-900 – São Paulo, SP

Telefone.: 55 (11) 3956-2170

Site: www.plan.org.br

Escritório de Programas:

Rua dos Flamengos, 20 – 65071-620 – São Luís, MA

Telefone: 55 (98) 3235-6580

INSTITUTO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – INDICA

Lêda Gonçalves de Freitas

PRESIDENTA

Gabriela Dias Martins

DIRETORA FINANCEIRA/ADMINISTRATIVO

Benedito Rodrigues dos Santos

DIRETOR EXECUTIVO

Alan Gomes dos Anjos

ASSISTENTE SOCIAL E DE PROJETOS

Endereço e contatos:

SCLN 315, Bloco C, Sala 209 – 70774-530 – Brasília, DF

Telefone: 55 (61) 3202-1354

Site: <http://www.indica.org.br>

E-mail: indicainstituto@gmail.com

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA PUBLICAÇÃO:

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Benedito Rodrigues dos Santos

(responsável pela concepção do projeto)

PROFESSOR DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA

(UCB) E DIRETOR EXECUTIVO DO INDICA

Gabriela Goulart Mora

OFICIAL DO PROGRAMA CIDADANIA DOS ADOLESCENTES DO UNICEF

Flávio Debique

GERENTE TÉCNICO DE PROTEÇÃO INFANTIL E INCIDÊNCIA

POLÍTICA DA PLAN INTERNATIONAL BRASIL

PESQUISA, REDAÇÃO E EDIÇÃO:

Daniella Rocha Magalhães

(COMUNICADORA, GESTORA SOCIAL E

CONSULTORA INDICA/UNICEF/PLAN)

EDIÇÃO FINAL:

Benedito Rodrigues dos Santos (UCB/INDICA)

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:

DUO Design



SU MÁ RIO

9

INTRODUÇÃO

13

CAPÍTULO 1

O que diz a literatura sobre gênero e meninas

27

CAPÍTULO 2

O que dizem as normativas nacionais e internacionais

35

CAPÍTULO 3

As políticas públicas e o recorte de gênero e meninas



Ações do poder público federal em curso | **37**



Ações do poder público local de Sorocaba e do Distrito Federal | **42**



Ações dos organismos internacionais | **44**

53

CAPÍTULO 4

Iniciativas de organizações brasileiras para empoderar meninas

59

CAPÍTULO 5

Boas práticas: inspiração para novas iniciativas

71

CAPÍTULO 6

A voz das meninas: o que elas pensam e reivindicam?

79

CONCLUSÕES

Recomendações para a promoção do empoderamento de meninas

82

BIBLIOGRAFIA

85

ANEXO

Catálogo de Boas Práticas

Empoderamento de meninas - Como iniciativas brasileiras estão ajudando a garantir a igualdade de gênero / Benedito Rodrigues dos Santos, Gabriela Goulart Mora e Flávio Antunes Debique (Coords.); Coautoria de texto: Daniella Rocha Magalhães.

Benedito Rodrigues dos Santos. — Brasília: INDICA, 2016.

100p. : il. : 21 cm. (Documentos técnicos, 4)

ISBN: 978-85-62637-11-7

1. Meninas. 2. Gênero. 3. Empoderamento. 4. Direitos da Criança e do Adolescente. 5. Violência I. Equidade de Gênero. I. Santos, Benedito Rodrigues dos II. Mora, Gabriela III. Debique, Flávio IV. Magalhães, Daniella Rocha.

Esta publicação foi elaborada pelo Instituto dos Direitos da Criança — INDICA no âmbito do projeto **Ser menina no Brasil contemporâneo: marcações de gênero em contextos de desigualdades**, executado em parceria com o Fundo das Nações Unidas para Infância e a Plan International Brasil. A reprodução do todo ou parte deste documento é permitida somente para fins não lucrativos e com a autorização prévia do INDICA, do UNICEF e da Plan International Brasil, desde que citada a fonte.

O masculino genérico foi utilizado em algumas partes deste texto para se referir a meninas e meninos, mulheres e homens. Não obstante essa escolha estilística, reforça-se a compreensão de que os sujeitos são distintos, caracterizados por suas diversidades e singularidades, que devem ser respeitadas e valorizadas.

AGRADECIMENTOS:

A todas as pessoas que gentilmente cederam seu tempo e seu conhecimento para as entrevistas, bem como aos demais integrantes das equipes das experiências mapeadas: Camila Moreno, Carla Bezerra, Caroline Arcari, Daniel Arruda, Eleutéria Amora, Flavia Biggs, Fernanda Papa, Gabriela Mora, Gerson Fonseca, Gilbert Scharnik, Irina Bacci, Juliana Arraes, Julianna Takarabe, KK Verdade, Larissa Santiago, Laureane Marília de Lima Costa, Letícia Garcia, Ligia Margarida, Luca Sinesi, Maria Carolina Alves, Maria Gutenara Araújo, Mirella Domenich, Mônica Gondim, Nathália Borges Santos, Pollyana Schervenski, Rolismeire Rezende, Rose Rozendo, Simone Cruz, Tayna Leite, Terezinha Gonçalves e Vanessa Fonseca.

PREFÁCIO

Irlane, 17 anos, enfrenta diariamente o desafio de garantir seus direitos e os de outras meninas brasileiras. Ela mora em Codó, interior do Maranhão, estuda para o Enem e é jovem multiplicadora de projetos da organização social Plan. Hoje, 30 milhões de meninas de zero a 18 anos que vivem no Brasil são afetadas pelas desigualdades relacionadas às questões de gênero. Somente em

2014, mais de 25 mil meninas foram vítimas de diversas formas de violência, como a doméstica e a sexual, de acordo com o Sistema de Informação de Agravos e de Notificação do Ministério da Saúde (Sinan/MS).

Esta publicação aponta esse e outros desafios enfrentados por meninas no país e apresenta recomendações de como apoiá-las em seu processo de desenvolvimento. O material que você tem em mãos busca refletir sobre as questões de gênero que afetam a vida das meninas brasileiras no contexto de garantia ou de violação dos seus direitos. Ele representa um passo importante para evidenciar como o empoderamento das meninas é condição necessária para a superação das desigualdades.

Para que a integralidade dos direitos seja alcançada, as especificidades de gênero, raça e etnia devem ser consideradas de forma prioritária na agenda pública. É com esse propósito que o Instituto dos Direitos da Criança e do Adolescente (INDICA), o UNICEF e a Plan International Brasil produziram a presente publicação.

Esperamos contribuir para o debate sobre esse tema e instigar ativistas, pesquisadores, gestores e demais atores que atuam no campo dos direitos humanos a aprimorar seu olhar para as meninas sob a perspectiva de gênero.

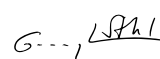
Boa leitura!



Anette Trompeter
DIRETORA NACIONAL DA
PLAN INTERNATIONAL BRASIL



Leda Gonçalves de Freitas
PRESIDENTA DO INDICA



Gary Stahl
REPRESENTANTE DO
UNICEF NO BRASIL







INTRODUÇÃO

“Preciso ser eu mesma, com meus direitos de mulher”, defende Letícia, 17 anos, moradora do Rio de Janeiro e participante de um projeto da organização social Plan International Brasil. Para ela e outras tantas meninas brasileiras, as questões de gênero envolvendo as crianças e adolescentes meninas precisam figurar de forma prioritária na agenda pública.

O Censo Demográfico de 2010 indica que dos 190 milhões de habitantes no Brasil, 33% têm menos de 19 anos de idade¹. Nessa faixa etária, a divisão é quase igual entre meninas e meninos, com predominância daqueles residentes em áreas urbanas. São cerca de 30 milhões de meninas vivendo sob os mais variados contextos e situações.

O Caderno de Boas Práticas: Empoderamento de meninas - Como iniciativas brasileiras estão ajudando a garantir a igualdade de gênero oferece subsídios para que o Estado, a família e a sociedade reflitam sobre como o marcador de gênero interfere na garantia dos direitos de crianças e adolescentes. O objetivo desta publicação é contribuir para o debate sobre as condições de vida de meninas brasileiras e convocar os setores responsáveis a promover a equidade de gênero e o empoderamento de meninas, conforme compromisso assumido como parte dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS (saiba mais sobre os ODS na página 31)²

Para isso, a publicação apresenta um mapeamento de experiências realizadas por organizações da sociedade civil e do setor público que promovem a equidade de gênero por meio do empoderamento de meninas. A proposta é que as ações, os projetos e os programas aqui apresentados sirvam como referência para elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas essenciais para o desenvolvimento das meninas no Brasil.

Por meio das experiências catalogadas é possível perceber de que forma as organizações compreendem as questões de gênero, as metodologias que utilizam e os resultados que colhem. Espera-se, assim, poder trazer novas reflexões ao debate sobre esse tema, a partir de situações concretas já experimentadas e avaliadas pelas organizações participantes da pesquisa.

É importante salientar que no *Caderno de Boas Práticas* foi feita uma escolha por se privilegiar as experiências nas quais a categoria gênero figura de forma central, ainda que algumas vezes ela seja transversalizada junto a outras, como saúde, educação, esporte, lazer etc.

1. A metodologia do Censo, elaborado pelo IBGE, abrange a faixa etária de 0 a 19 anos, mesmo o Estatuto da Criança e do Adolescente considerando esse grupo social até 17 anos.

2. Para outras informações sobre os objetivos e as metas do Desenvolvimento Sustentável acesse: <https://nacoesunidas.org/pos2015/>

Também central foi a escolha de experiências envolvendo meninas, no marco do Estatuto da Criança e do Adolescente, portanto de 0 a 17 anos, mesmo que algumas organizações optem por avançar na faixa etária.

Vale ressaltar que, embora os esforços de pesquisa para elaboração deste estudo tenham sido densos, ele deve ser considerado um mapeamento inicial, tanto da produção acadêmica como das políticas públicas e da prática social. Foi preciso trilhar um caminho ainda pouco sedimentado, particularmente em se tratando do registro de experiências sobre as meninas, para as quais a categoria gênero seja estruturante. É esse sujeito menina, a partir de sua construção identitária, social e simbólica, que aqui se pretende abordar.

METODOLOGIA

A metodologia do *Caderno de Boas Práticas* foi a de *snowball* (bola de neve), no qual uma organização participante indicou outra, utilizando-se critérios para garantir a diversidade de propostas e formatos. Foi elaborado um roteiro de perguntas, as quais foram feitas a todas as entidades por meio de entrevistas presenciais ou *online*. Além dos dados desse instrumento, o estudo se baseou em documentos de referência sobre a atuação dessas organizações, para melhor composição do texto sobre sua experiência.

As revisões de literatura e das normativas nacionais e internacionais foram realizadas a partir de pesquisa bibliográfica em bases de dados digitais (constantes na bibliografia, no final da publicação). Já o capítulo sobre as opiniões e as reivindicações das meninas, constantes em publicações de referência ou em documentos reportando eventos que contaram com a sua participação, foi elaborado por meio de análise de conteúdo.

TEMAS POR CAPÍTULOS

A publicação está dividida em seis capítulos. O Capítulo 1 apresenta um breve panorama sobre os estudos e pesquisas acerca de gênero e meninas, com o intuito de analisar criticamente os aportes realizados para a temática de gênero e empoderamento das meninas. O Capítulo 2 examina as principais normativas nacionais e internacionais na busca de marcos legais que possam apoiar a construção das especificidades de gênero em planos, políticas, tratados etc.

O Capítulo 3 apresenta um panorama das iniciativas do poder público. O Capítulo 4 realiza uma leitura das principais características das diversas experiências brasileiras dedicadas ao empoderamento de meninas e o Capítulo 5 aprofunda três das experiências mapeadas.

O Capítulo 6 apresenta uma plataforma de ação em favor da equidade de gênero, consolidada a partir das reivindicações de meninas que participaram de oficinas, encontros e seminários que abordaram temáticas de gênero e empoderamento.

Ao final são elencadas algumas recomendações que podem inspirar e qualificar os programas, projetos e ações públicos e sociais voltados para as relações de gênero envolvendo meninas.



AS MEN

DO PO

Capítulo 1

O QUE DIZ A LITERATURA SOBRE GÊNERO E MENINAS

Breve abordagem dos estudos
e pesquisas sobre gênero,
infância e adolescência.



O que é importante para
uma menina ser feliz?

"TER DIREITO DE SER MENINA, TER UMA VIDA
DIGNA; QUE NEM EU E NENHUMA MENINA TENHAMOS
NOSSOS DIREITOS VIOLADOS, PORQUE TÊ-LOS
GARANTIDOS NÃO É UM PRIVILÉGIO, É UM DIREITO."

Irlane

17 anos, Codó, MA

Ao se falar em infância e adolescência algumas pessoas podem utilizar determinadas imagens para caracterizar esse período da vida: bonecas, carrinhos, bola, maquiagem, *games*, cores rosa e azul, brincadeiras de imitar profissões e ações adultas, como professora ou bombeiro, casinha ou guerra.

Esses e vários outros símbolos e artefatos culturais estão marcados na nossa vivência e concepção sobre crianças e adolescentes. Eles demonstram como vão se constituindo as identidades desse público a partir das demarcações do masculino e do feminino.

Estão no senso comum como construções simbólicas nas quais o gênero muitas vezes é definido segundo o ordenamento biológico e heteronormativo: coisas de meninos e de meninas; comportamentos femininos e masculinos.

A pesquisadora Felícia Madeira (1997), no entanto, alerta para a necessidade de superação desse paradigma, entendendo gênero enquanto categoria social, portanto, construída pela cultura e pelas práticas sociais.

É ainda na infância que as marcações de gênero são constituídas. Em algumas situações específicas, tais marcações podem acarretar condições desfavoráveis e vulnerabilidades, que acompanham toda a trajetória de vida dos sujeitos, no caso desse estudo – das meninas às mulheres. Por isso a necessidade de se discutir gênero desde a perspectiva da infância e da adolescência.

PRODUÇÃO TÍMIDA

E como estão as pesquisas sobre as questões de gênero envolvendo crianças e adolescentes meninas? Existe um olhar nos estudos feministas para a infância, sobretudo a partir do empoderamento das meninas para a superação das desigualdades relacionadas a gênero?

As autoras Lena Lavinas e Felícia Madeira (1997) atestam que as pesquisas são tímidas e ocorrem com mais frequência em áreas como Educação, Psicologia e Antropologia, privilegiando dois enfoques: a formação dos estereótipos e as desigualdades (práticas, materiais e simbólicas) envolvendo crianças e adolescentes.

Opinião semelhante têm as pesquisadoras Zuleica Pretto e Mara Lago (2013), que aferiram a baixa produção de estudos e pesquisas sobre gênero e infância ao analisar duas das principais revistas feministas editadas no Brasil: *Cadernos Pagu* e *Revista de Estudos Feministas*.

Dos mais de mil artigos publicados em 20 anos, somente 47 debateram o tema infância de forma direta. Os assuntos tratados foram educação, história social da infância, mídia, família, trabalho, contextos artísticos e lúdicos, violência etc., mas com predominância de trabalhos que articularam gênero e infância no contexto escolar, produzidos, sobretudo, por profissionais de educação.

As autoras citam o trabalho de Rita Marchi (2011), que alerta para a necessidade de avanço dos estudos a partir dessa perspectiva, colocando as crianças como agentes das investigações e não periféricas nas abordagens institucionalizadas sobre escola e família.

Capítulo 1

O QUE DIZ A LITERATURA SOBRE GÊNERO E MENINAS

Breve abordagem dos estudos
e pesquisas sobre gênero,
infância e adolescência.

No campo da literatura especializada sobre infância e adolescência a produção também é pequena, com maior enfoque sobre a questão da pobreza e sem distinção sobre gênero envolvendo meninas. Elas compõem de forma indistinta reflexões sobre defasagem escolar, negligência familiar, violência e trabalho infantil, dentre outros (RIZZINI, 1991, 1994).

ABORDAGENS DOS ESTUDOS

As pesquisas existentes possuem múltiplos enfoques e métodos e envolvem diferentes áreas de conhecimento, algumas de forma interdisciplinar, como Educação, Saúde, Sexualidade, Comunicação, Sociologia etc.

Os artigos sobre trabalho infantil, por exemplo, publicados nas revistas *Cadernos Pagu* e *Revista de Estudos Feministas*, abordam as dicotomias e as desigualdades de gênero na execução de trabalhos por parte de meninas e meninos. O enfoque, no entanto, é mais voltado para a problemática do trabalho em si envolvendo essa faixa etária do que um aprofundamento das questões de gênero.

Vale ressaltar que nenhum estudo publicado nas duas revistas abrangeu o trabalho infantil doméstico, um problema que afeta predominantemente meninas e no qual as marcações de gênero são evidentes, inclusive no contexto familiar. Assim como as mulheres adultas, as meninas se iniciam cedo na dupla jornada, só que entre estudos e serviços domésticos.

Santos, Silva e Barbieri (2014)³, em pesquisa sobre percepção de meninas realizada nas cinco regiões do país, aferiram uma considerável desigualdade de gênero nos afazeres domésticos entre meninas e meninos. Por exemplo, 76,8% das meninas lavam louça e somente 12,5% dos meninos o fazem; 65,6% das meninas limpam a casa e apenas 11,4% dos meninos executam essa tarefa.

Felícia Madeira (1997) considera a predominância do trabalho doméstico entre as meninas a “persistência do velho”, ou seja, a permanência das meninas nos limites da casa. Já Braslavski (1985) cunhou a expressão “domesticidade excludente” para esse tipo de situação.

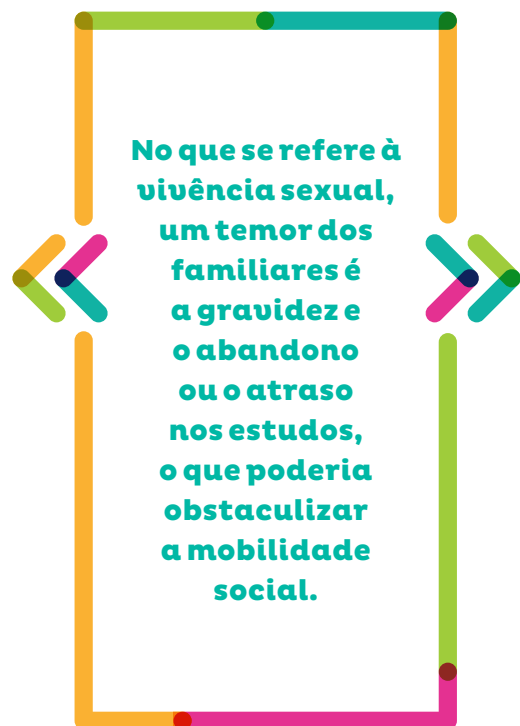


shutterstock

EMPODERAMENTO
DE MENINAS
COMO INICIATIVAS BRASILEIRAS
ESTÃO AJUDANDO A GARANTIR A
IGUALDADE DE GÊNERO

Caderno de Boas Práticas

3. A pesquisa *Por Ser Menina no Brasil: Crescendo entre Direitos e Violências* (2014) foi realizada pela organização social Plan International Brasil e a empresa Socializare, no marco da Campanha da Plan intitulada *Por Ser Menina*. Mais informações ao longo da publicação.



**No que se refere à
vivência sexual,
um temor dos
familiares é
a gravidez e
o abandono
ou o atraso
nos estudos,
o que poderia
obstaculizar
a mobilidade
social.**

Capítulo 1

O QUE DIZ A LITERATURA SOBRE GÊNERO E MENINAS

Breve abordagem dos estudos
e pesquisas sobre gênero,
infância e adolescência.

16

PAPEL DA FAMÍLIA

O trabalho doméstico revela como as famílias atribuem papéis culturais distintos e bem delimitados para homens e mulheres, que se não forem ressignificados ou rompidos tendem a ser reproduzidos em outras gerações (ANDREUCCI; TEIXEIRA, 2011).

Ainda na pesquisa de Santos, Silva e Barbieri (2014), as diferenças das condições e das possibilidades oferecidas aos irmãos meninos em relação às meninas foi o principal motivo de ressentimento das participantes nas questões de gênero dentro de casa.

Para elas, tais diferenças se revelam no que é permitido às meninas e aos meninos em termos de diversão, lazer e relacionamentos afetivos. Em sua percepção, os irmãos têm muito mais liberdade para sair e para se divertir sem pedir permissão para os familiares e sem que estes regulem a hora de voltar e as companhias, como fazem com as meninas.

Martha Traverso-Yépez e Verônica Pinheiro (2005), em pesquisa com adolescentes do bairro de Felipe Camarão, em Natal, apresentam resultados de percepção semelhantes. Quando perguntadas sobre as coisas ruins vivenciadas na adolescência, 29,3% das meninas responderam restrição à liberdade e 18,2% aumento de responsabilidades, contra, respectivamente, 13,3% e 8,2% dos meninos.

De acordo com elas, esses números demonstram a exacerbação do controle parental mais frequente sobre as meninas, provavelmente visando a adiar o início da vida sexual e o aumento das cobranças e exigências em relação às atividades domésticas.

No que se refere à vivência sexual, um temor dos familiares é a gravidez e o abandono ou o atraso nos estudos, o que poderia obstaculizar a mobilidade social. Esta seria possível por meio do avanço na educação e, consequentemente, melhores condições de trabalho e de vida para as meninas, o que pode ser interrompido por uma gestação não planejada.

Para as autoras, o cotidiano da família é fortemente influenciado pela organização de gênero que vigora para além do espaço doméstico, abrangendo as relações intrafamiliares. Mas, além da família (extensa ou não), existem outros agentes socializadores, o que indica, segundo elas, a necessidade de uma visão sistêmica dos processos de socialização das crianças e dos adolescentes na conformação de gênero.

ESPAÇO ESCOLAR

Um desses agentes é a escola, objeto de boa parte das pesquisas que abordam gênero e infância. Os dados (IBGE, 2010) indicam o acesso e o desempenho das meninas na escola em posição equilibrada ou ligeiramente superior à dos meninos, o que é importante para a busca pela igualdade de gênero. No entanto, a escola também é um agente de socialização no qual os papéis de gênero muitas vezes reforçam as desigualdades.

Souza (2006) lista que as distinções de gênero no espaço escolar são mantidas por meio da sua organização interna, dos conteúdos, das estratégias de motivação e de controle sobre os alunos, das conversas informais do corpo escolar e das atividades estereotipadas. Tais distinções, no entanto, não são produzidas unicamente pela escola:

elas vêm acompanhadas de outras determinações já concebidas em demais instituições e espaços sociais.

Roberto Izoton (2013), em pesquisa realizada em uma escola pública de Ensino Infantil e Fundamental 1 em Cariacica (ES), observou que nem todas as crianças participantes do estudo tinham internalizadas as distinções entre os papéis sociais de gênero. Porém, a maioria já trouxe consigo referências do que é ser menino e menina, de homem e de mulher. Ele avaliou que quanto mais velhas as crianças, mais traziam essas questões introjetadas.

As distinções de gênero também foram aferidas em pesquisa de Helena Altman, Eliana Ayoub e Silvia Amaral (2011) realizada em escolas públicas da Região Metropolitana de Campinas (SP) junto a docentes de Educação Física. As afirmações recorrentes dos professores sobre a prática esportiva por parte dos alunos pôde ser resumida na seguinte frase: “Meninas não gostam de suar; meninos são habilidosos ao jogar.”

As pesquisadoras salientam que não houve consenso entre os docentes pesquisados: enquanto alguns defenderam turmas mistas de meninas e meninos, outros afirmaram preferir trabalhar com grupos homogêneos. Já as diferenças de desempenho entre meninas e meninos na prática esportiva foram descritas como a maior fonte de conflitos e de dificuldades pedagógicas entre os professores.

MÍDIA, CULTURA DE MASSA E ALTERNATIVA

A mídia é outro agente socializante importante nas questões de gênero, tanto no sentido de cumprir uma função social de informar e sensibilizar em favor da igualdade como de reforçar construções culturais históricas de desigualdades entre meninas e meninos.

As revistas *Capricho* e *Todateen*, dirigidas para o público adolescente, foram objeto de pesquisa de Daniela Santos e Rosalina da Silva (2008), que concluíram que as duas publicações abordam ideais de relações entre gêneros que perpetuam o padrão tradicional dicotômico. As matérias, apesar de prescreverem comportamentos aparentemente progressistas, acabaram por reforçar um padrão de gênero.

De acordo com as pesquisadoras, os textos afirmavam que as iniciativas femininas para relacionamentos afetivos com os meninos deviam contemplar “jeitinhos” e ações indiretas de manipulação, para dar a impressão de que foram eles os idealizadores das ações propostas.

Ao se entrelaçar as categorias gênero e raça, algumas pesquisas apontam não só a sub-representação das meninas negras, como o reforço de estereótipos e padrões estéticos que alimentam o preconceito racial. Oliveira (2009) analisou o discurso da revista voltada para adolescentes *Atrévada*, entre os anos de 2001 e 2005, concluindo que as meninas afrodescendentes foram representadas por meio de aparições pontuais e deslocadas do restante desta mídia impressa. Também destacou que a revista produziu um discurso que carregava todas as ambiguidades do racismo brasileiro (afirmação por meio da negação) e do mito da democracia racial.

EMPODERAMENTO
DE MENINAS
COMO INICIATIVAS BRASILEIRAS
ESTÃO AJUDANDO A GARANTIR A
IGUALDADE DE GÊNERO

Caderno de Boas Práticas



Lima e Sacramento (2010) avaliaram a representação das adolescentes afrodescendentes também na revista *Atrevida* e na *Todateen* e conferiram que das 48 capas das duas publicações, entre julho de 2008 e julho de 2010, nenhuma teve representação deste público. Para as autoras este dado reforça a invisibilidade da população negra, em especial das meninas negras, bem como colabora para a exclusão e para a (re)produção do racismo.

Mas a mídia também pode contribuir para visibilizar iniciativas de empoderamento de meninas, como ocorreu no caso da estudante paquistanesa Malala Yousafzai, cuja vida virou um documentário lançado pela Fox em 2015. Conhecida mundialmente pelo ativismo em favor da educação de meninas e do direito das mulheres, Ma-

lala iniciou seus relatos sobre a vida no regime do Talibã por meio da internet quando tinha 11 anos. Posteriormente, sua opinião ganhou projeção em diversos veículos do mundo e sua luta foi reconhecida com o recebimento do Prêmio Nobel da Paz em 2014.

Alguns movimentos feministas jovens no Brasil tem buscado utilizar a cultura de massa de forma a favorecer suas lutas e reivindicações. Um caso é o da cultura juvenil Riots Grrrl, na cidade de São Paulo, estudado por Érica de Melo (2013). As jovens associam música do universo do rock e política na busca pela construção de práticas e linguagens feministas, sobretudo junto a outras jovens.

Melo afirma que esse tipo de feminismo se alia a outros grupos jovens, reivindicando visibilidade, reconhecimento de suas questões e até mesmo uma reflexão crítica das relações de poder e hierarquias internas no próprio feminismo.

TICs

As tecnologias da informação e da comunicação (TICs) vêm se fortalecendo como ferramentas para expressão, visibilidade e ocupação do espaço público por parte de projetos, coletivos e organizações sociais feministas, assim como das adolescentes, jovens e mulheres.

Em 2015 o número de iniciativas de enfrentamento ao machismo e à violência contra meninas e mulheres utilizando as redes sociais foi expressivo, revelando um novo fenômeno que merece mais pesquisas e estudos.

Foram inúmeras campanhas e *hashtags*, como *Chega de fiu fiu*, do projeto *Think Olga*, contra o assédio sexual em espaços públicos; *Vamos juntas*, movimento *online* que incentiva as meninas e as mulheres a se ajudarem em situação de risco; *#AgoraÉQueSãoElas*, no qual homens cederam seus espaços na mídia para que mulheres pudessem publicar textos sobre feminismo e violência; *#MeuAmigoSecreto*, que denunciou atitudes machistas naturalizadas no cotidiano; e *#MeuPrimeiroAssedio*, no qual meninas e mulheres falaram sobre

Capítulo 1

O QUE DIZ A LITERATURA SOBRE GÊNERO E MENINAS

Breve abordagem dos estudos e pesquisas sobre gênero, infância e adolescência.

a primeira vez em que foram assediadas. Todas essas campanhas contaram com milhares de fãs e compartilhamentos; as *hashtags* também foram utilizadas milhões de vezes.

Além das campanhas protagonizadas de forma coletiva, algumas iniciativas individuais, envolvendo personalidades famosas ou não, têm conseguindo colocar na esfera pública questões relacionadas à igualdade de gênero e às violências sofridas por meninas e mulheres. É o caso da campanha *#nãoтираobatomvermelho*, com um vídeo da *youtuber* JoutJout sobre relacionamentos abusivos, ou o do *clip* da atriz e cantora Clarice Falcão, com regravação da canção *Survivor*, do grupo Destiny's Child, que contou com a participação de 66 mulheres.

O impacto dessas iniciativas virtuais na vida real carece de mensuração. De qualquer forma, elas indicam um movimento importante de expressão, denúncia, posicionamento e cobrança das meninas e mulheres sobre seus direitos.

Um dos desdobramentos observáveis é o agendamento do tema nos meios de comunicação de massa e nas políticas, como o tema da redação do Exame Nacional do Ensino Médio – Enem em 2015: “A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira”, que gerou polêmica e cerca de 106 mil posts nas redes sociais, entrando nos *Trending Topics* do Twitter.

VIOLÊNCIAS DE GÊNERO

Outro tema das pesquisas são as violências de gênero. A pesquisadora Heleieth Saffioti (1997) defende que tais violências devem ser compreendidas levando-se em conta duas dimensões: o entrelaçamento entre gênero, classe e raça/etnia como eixos estruturadores da vida social e o patriarcado.

Assim, as meninas devem ser consideradas também com os atributos de raça/etnia e de classe social quando da análise das condições de gênero. Igualmente, as violências por elas sofridas devem ser observadas a partir da função patriarcal, na qual “os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que lhes apresenta como desvio” (SAFFIOTI, 2001, p. 115).

VIOLÊNCIA SEXUAL

Em relação à violência sexual, uma das dimensões da violência de gênero, a pesquisadora considera o poder questão nuclear para explicar o fenômeno. Dessa forma, tal violência não constitui uma pulsão sexual irreprimível masculina, e sim uma questão de poder, afirmado a partir de relações assimétricas e dominadoras de homens contra as mulheres/meninas, de adultos contra as crianças e adolescentes.

Para Saffioti, os estudos indicam não ser possível aceitar o argumento de que a sexualidade masculina é incontrolável, enquanto a feminina é domável. Tanto que os agressores costumam buscar locais ermos e escuros ou, no caso de violência sexual no contexto do-

EMPODERAMENTO
DE MENINAS
COMO INICIATIVAS BRASILEIRAS
ESTÃO AJUDANDO A GARANTIR A
IGUALDADE DE GÊNERO

Caderno de Boas Práticas

méstico, esperam a mãe ou a responsável sair ou estar muito ocupada para então agredir as vítimas. “... a agressão sexual, sobretudo a intrafamiliar, é planejada com antecedência”, alerta (SAFFIOTI, 1997, p. 173).

A pesquisadora reforça que a violência sexual contra meninas e mulheres não constitui ação isolada de pessoas consideradas anormais. Ao contrário, integra a organização social de gênero, ou seja, faz parte da gramática sexual que regula as relações homem-mulher.

PERCEPÇÃO DAS MENINAS SOBRE VIOLÊNCIAS E VIOLAÇÕES

Na pesquisa realizada por Santos, Silva e Barbieri (2014), na qual colheram a percepção de meninas brasileiras sobre violências e violações, cerca de 61,6% delas afirmaram nunca ter ouvido coisas negativas pelo simples fato de serem meninas. Outras 60,7% disseram não ter sido excluídas ou ignoradas em alguma atividade também por serem meninas.

Os percentuais, embora altos, foram motivo de alerta por parte dos pesquisadores. Ao somar os índices das respostas “poucas vezes”, “muitas vezes” e “sempre” para a pergunta “Alguém te ignorou ou excluiu de alguma atividade por que você é uma menina?”, tem-se 31%, ou 1/3, de meninas que se sentem excluídas por questões de gênero, sendo a maior parte na faixa etária de 11 a 14 anos.

Outro dado que chamou a atenção na pesquisa foi a diferença no percentual de respostas sobre a suspeita de ter feito algo errado por ser menina. Enquanto 80% das participantes das escolas privadas afirmaram “nunca”, nas escolas públicas rurais e urbanas o índice caiu para 67% e 70%, respectivamente. Esse dado oferece base para uma análise das questões de gênero entrelaçadas com outras, como classe e territorialidade.

E qual a percepção das meninas sobre o que seja violência? Em primeiro lugar, elas a relacionaram a seu aspecto físico, como matar ou tirar a vida de alguém e agressões físicas (75%), seguido de obrigar alguém a fazer algo à força (74%). Na sequência apareceram tocar no corpo da menina sem sua permissão (68%), manter alguém preso em casa ou no quarto (62%) e pressão psicológica (61%).

Além dessas, figuraram com percentuais menores questões como “não levar a menina ao médico quando adoecer” (46%), “desrespeitar sua privacidade” (43%) ou “não cuidar da menina” (42%).

Para os pesquisadores, esse dado aponta que o conceito de violência de forma mais ampliado está sendo compartilhado por um número crescente de meninas. Outras perspectivas da violência, como sexual, psicológica, negligência e desrespeito, passam a compor o conceito.

Capítulo 1

O QUE DIZ A LITERATURA SOBRE GÊNERO E MENINAS

Breve abordagem dos estudos e pesquisas sobre gênero, infância e adolescência.

CRIANÇA, FILHA, ESTUDANTE OU MENINA?

Grande parte das pesquisas indica o empoderamento das meninas como potencializador para o enfrentamento das desigualdades de gênero. Informação e formação são apontados como meios para que as meninas, mas também outros sujeitos, como os meninos, as famílias, as escolas e demais agentes e espaços de socialização, compreendam como as desigualdades são estruturais nas sociedades, acarretando papéis culturais de gênero dicotômicos.

Tanto que, na pesquisa realizada por Santos, Silva e Barbieri (2014), eles alertam para o fato de que a falta de repertório simbólico para a construção do “ser menina” fez com que as participantes se definissem como crianças, filhas e estudantes no grupo etário de 6 a 10 anos, ou já como mulher no grupo de 11 a 14 anos, mas somente com as possibilidades estéticas que a condição oferece.

Refletir sobre o lugar das meninas no imaginário social e trabalhar as questões de gênero desde a infância são caminhos apontados pelos estudos e pesquisas para a busca da equidade de gênero e para o enfrentamento das violências e vulnerabilidades que acometem esse público.

Reflexões sobre a pesquisa **Por Ser Menina**

A pesquisa *Por Ser Menina no Brasil: Crescendo entre Direitos e Violências*⁴ (2014), realizada por Santos, Silva e Barbieri e promovida pela organização social Plan International Brasil e a empresa Socializare, foi objeto de debate por parte de um grupo de meninas participantes do projeto *Essa É Minha Vez*, também realizado pela Plan (detalhado no Capítulo 5 e no Anexo deste *Caderno*).

Reunidas em São Paulo no mês de janeiro de 2016, as meninas discutiram os principais dados da pesquisa e elencaram alguns temas que mais lhes chamaram a atenção e que deveriam ser priorizados tanto pelos governos como pelas organizações sociais. Para isso a metodologia utilizada foi a de estudo dirigido, oportunizando a reflexão sobre assuntos relacionados à sua realidade de gênero e como se percebiam naqueles dados.

Suas opiniões estão sistematizadas no texto abaixo, organizado de acordo com os temas que tiveram maior densidade discursiva. As aspas na primeira parte do texto se referem a opiniões coletivas das meninas e por isso elas não estão identificadas. Já na segunda parte as opiniões são individuais e por isso seus nomes estão registrados. Todos os percentuais e dados apontados por elas se referem à pesquisa *Por Ser Menina*.

Mas antes de saber o que pensam, é preciso saber quem são as meninas: Luany tem 19 anos, mora em Belém, faz cursinho pré-vestibular e conheceu o projeto por meio do Cedenpa (Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará), organização par-

EMPODERAMENTO
DE MENINAS
COMO INICIATIVAS BRASILEIRAS
ESTÃO AJUDANDO A GARANTIR A
IGUALDADE DE GÊNERO

Caderno de Boas Práticas

4. A referência completa da pesquisa está descrita na Bibliografia do *Caderno*.



ceira da Plan em Belém; Líbia tem 18 anos, mora em Salvaterra, município da Ilha do Marajó, no Pará, cursa Química na Universidade Estadual do Pará, participa de um grupo de jovens quilombolas em sua cidade e também conheceu o projeto por meio do Cedenpa; Irlane tem 17 anos, mora em Codó (MA), estuda para concurso público e para o Enem e é jovem multiplicadora de projetos da Plan; Luanna tem 17 anos, mora em São Luís, estuda para o Enem e também atua como jovem multiplicadora da Plan.

Já Letícia tem 17 anos, mora no Rio de Janeiro, cursa o 2º ano do Ensino Médio e conheceu o projeto por meio do Cedaps (Centro de Promoção da Saúde), organização parceira da Plan no Rio; Luíza também tem 17 anos, também mora no Rio de Janeiro, também estuda no 2º ano do Ensino Médio e também conheceu o projeto por meio do Cedaps; Sullem tem 20 anos, mora em Porto Alegre, faz curso técnico em Radiologia, trabalha com telemarketing e conheceu o projeto por meio da Acmun (Associação Cultural de Mulheres Negras); Mariana tem 19 anos, mora

em Passo Fundo (RS), cursa Direito numa faculdade de sua cidade, faz estágio em escritório de advocacia e participa do movimento de mulheres negras do Rio Grande do Sul; Gabriela tem 18 anos, mora em Brasília, teve uma filha aos 15 anos, cursa Educação de Jovens e Adultos (EJA) e participa de projetos culturais e audiovisuais.

Capítulo 1

O QUE DIZ A LITERATURA SOBRE GÊNERO E MENINAS

Breve abordagem dos estudos e pesquisas sobre gênero, infância e adolescência.

SUAS OPINIÕES

Convivência familiar e comunitária:

“Notamos que 12,7% das meninas responderam que quando não estão na escola estão sozinhas. Isso faz com que estejamos em perigo. Consideramos que seja necessário contar com espaços seguros, escolas de tempo integral, creches e atividades coletivas que nos possibilitem estar com outros adolescentes.”

Distribuição de tarefas em casa:

“Como assim? As meninas se responsabilizam por muitas tarefas nas suas casas e isso mostra só mais um caso de desigualdade de gênero. Para acabar com essa desigualdade de gênero temos que começar com a conscientização dentro de casa, nas propagandas, com campanhas publicitárias e até nas novelas.”

Uso da internet:

“A pesquisa aponta que mais de 47,4% das meninas navegam na internet, mas nem todas têm acesso à tecnologia e a jogos eletrônicos. Nesse sentido, o governo pode ajudar distribuindo computadores para as escolas; porque, hoje em dia, a internet também é um meio de estudo para os jovens.”

Brincar:

“É imposto às crianças de que maneira elas devem brincar. Por exemplo: as meninas devem sempre brincar de bonecas e panelinhas (atividades sempre relacionadas a trabalhos domésticos) e os meninos de guerra e carrinhos. Estamos sempre fazendo uma divisão entre meninas e meninos, como se ambos fossem incapazes de conviver em sociedade. Nunca alcançaremos a igualdade de gênero enquanto não pararmos de dividir meninas e meninos nas coisas simples do dia a dia. E, principalmente, devemos ouvir nossas crianças: afinal, apenas 11,7% delas concordam totalmente com essa divisão.”

Diálogo:

“Estabelecer um diálogo na infância é essencial para uma formação de cidadão. O que fazemos com uma criança na infância se reflete no seu futuro. Temos uma cultura individualista, na qual obedecemos ao sistema de hierarquia, não ouvindo quem está abaixo da gente (no caso, as crianças). Quando as meninas fazem algo de errado, apenas 57,1% dos responsáveis conversam com elas. Temos que ouvir mais nossas meninas para que possamos entender suas necessidades.”

Direitos, violações e violências:

“Existem dificuldades para se reconhecer violações e violências; não ter informações sobre seus direitos faz com que seja difícil colocar em prática a igualdade de gênero. Muitas meninas que sofrem violência não sabem onde pedir ajuda e muitas vezes a família se recusa a ajudar ou a aceitar. Ter consciência dos nossos direitos é o primeiro passo para a transformação da sociedade.”

EMPODERAMENTO
DE MENINAS
COMO INICIATIVAS BRASILEIRAS
ESTÃO AJUDANDO A GARANTIR A
IGUALDADE DE GÊNERO

Caderno de Boas Práticas



Capítulo 1

O QUE DIZ A LITERATURA SOBRE GÊNERO E MENINAS

Breve abordagem dos estudos e pesquisas sobre gênero, infância e adolescência.

Escola:

“Sempre queremos mais segurança, ônibus, iluminação, mais ruas acessíveis para ir e vir da escola. Além disso, queremos ter professores capazes de trabalhar a temática de gênero.”

“Existe muita desvalorização da escola pública em relação à particular e também falta de professores, educação de qualidade e infraestrutura. É preciso também contratar professores, psicólogos, assistentes sociais para as escolas.”

“Gostaríamos de mais incentivos a projetos no contraturno da escola sobre *bullying*, preconceito e desigualdade (na questão de gênero e das pessoas que vêm do meio rural).”

Bem estar e níveis de satisfação em ser menina:

“Ainda há muito preconceito com as meninas, principalmente no meio rural, mas também com as meninas do meio urbano. Mas ainda assim a maioria das meninas se sente bonita, de acordo com a pesquisa, e isso é bom. Por isso precisamos continuar lutando para ser tratadas com valor.”

Depois da reflexão sobre os dados da pesquisa, foi feita a seguinte pergunta a elas: **O que é importante para uma menina ser feliz?**

“Ter direito de ser menina, ter uma vida digna; que nem eu e nenhuma menina tenhamos nossos direitos violados, porque tê-los garantidos não é um privilégio, é um direito.” (Irlane, 17 anos, Codó, MA)

“Ter uma boa educação para construir seu próprio futuro está em primeiro lugar para ser uma menina ser feliz; ter uma vida saudável, conviver bem com sua família, fazer amigos e sorrir para a vida, mas não se esquecendo de conhecer seus próprios direitos e deveres como menina.” (Líbia, 18 anos, Salvaterra, PA)

“Ter uma saúde de qualidade, uma boa educação, ter acesso a todos os meus direitos e ser como eu quiser, sem sofrer preconceito ou discriminação.” (Luanna, 17 anos, São Luís)

“Para mim, para ser feliz não precisa de muito, só preciso ser eu mesma, com meus direitos de mulher.” (Letícia, 17 anos, Rio de Janeiro)

“Ter livre arbítrio.” (Gabriela, 18 anos, Brasília)

“Ser honesta comigo mesma e ser feliz.” (Luíza, 17 anos, Rio de Janeiro)

Vulnerabilidades de meninas em números

Os dados sobre a situação de crianças e de adolescentes brasileiros têm revelado importantes avanços, sobretudo após a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Mas muitos desafios ainda persistem, principalmente ao se fazer o recorte de gênero, raça, etnia, classe, deficiência e procedência regional, dentre outros.

No caso das questões de gênero, em que pese avanços como o alto índice de meninas na escola, algumas condições de vulnerabilidade e de violação de direitos ainda não foram superadas. Não poucas vezes, as marcações de gênero são combinadas com outras como raça e classe social, compondo um quadro complexo para as meninas.

O Disque Direitos Humanos, mais conhecido por Disque 100, um canal para denúncias anônimas relativas a violações de direitos coordenado pela Ouvidoria da Secretaria de Direitos Humanos contabilizou, em 2012 e 2013, cerca de 254 mil denúncias referentes a crianças e adolescentes. Destas, 43% se referiram a meninas, com predomínio da faixa etária de 8 a 11 anos.

Elas são maioria nas violências relativas a negligência (46% contra 32% dos meninos), violência psicológica (49% contra 41%) e física (48% contra 41%). Porém, na violência sexual a diferença de percentual é muito expressiva: 71% de denúncias envolvendo meninas, contra 17% de meninos.

Dado semelhante foi aferido em estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)⁵, em 2011, com base em dados coletados pelo Sistema de Informações de Agravo de Notificação (Sinan) do Ministério da Saúde: de 527 mil casos de estupro, 88,5% das vítimas eram do sexo feminino, mais da metade tinha menos de 13 anos e cerca de 51% eram da cor preta e parda.

Em relação ao trabalho infantil doméstico, outra problemática com forte marcação de gênero, o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI) aponta que 93% do contingente de crianças e adolescentes ocupados em atividades domésticas no Brasil em 2011 eram meninas, e, destas, 19,6% eram domésticas, o que representa 241 mil meninas. Relativo a raça, do percentual total de ocupados, 67% eram negras.⁶

Aliás, ao se articular os marcadores gênero e raça, todas as pesquisas apontam maior vulnerabilidade, exclusão e violências contra as meninas afrodescendentes. O Sinan, por exemplo, aponta que dentre o grupo das meninas, as afrodescendentes foram as que mais sofreram violência doméstica, sexual e outras, em 2014.

Tais violências são exercidas notadamente no espaço privado, evidenciando como o machismo e o patriarcado ainda persistem nas condições históricas das meninas e das mulheres. Demonstram, ainda, que o marcador de gênero é fundamental para a compreensão do fenômeno da violência e deve ser considerado nas políticas públicas de prevenção, proteção e promoção de direitos.

EMPODERAMENTO
DE MENINAS
COMO INICIATIVAS BRASILEIRAS
ESTÃO AJUDANDO A GARANTIR A
IGUALDADE DE GÊNERO

Caderno de Boas Práticas

5. Para saber mais sobre a pesquisa do Ipea acesse: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/140327_notatecniciadest11.pdf
6. Para saber mais sobre as estatísticas do trabalho infantil doméstico acesse: <http://www.fnpeti.org.br/biblioteca/ver/401-o-trabalho-infantil-domestico-no-brasil.html>



Capítulo 2

O QUE DIZEM AS NORMATIVAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

Panorama legal sobre
gênero e meninas.



O que é importante para
uma menina ser feliz?

“TER UMA BOA EDUCAÇÃO PARA CONSTRUIR SEU
PRÓPRIO FUTURO ESTÁ EM PRIMEIRO LUGAR PARA
SER UMA MENINA SER FELIZ; TER UMA VIDA
SAUDÁVEL, CONVIVER BEM COM SUA FAMÍLIA,
FAZER AMIGOS E SORRIR PARA A VIDA, MAS
NÃO SE ESQUECENDO DE CONHECER SEUS
PRÓPRIOS DIREITOS E DEVERES COMO MENINA.”

Líbia

18 anos, Salvaterra, PA

Capítulo 2

O QUE DIZEM AS NORMATIVAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

Panorama legal sobre
gênero e meninas.

28

Os direitos humanos ocupam expressivo espaço no cotidiano social. São discutidos no meio acadêmico, nas escolas, nas rodas de amigos e nas redes sociais. Muitas vezes ganham argumentações acaloradas quando de posicionamentos opostos ou concordantes. Não à toa, Bobbio (1990) afirmou que vivemos a era dos direitos.

Como processo de construção histórica, os direitos humanos são ordenados por instrumentos internacionais e/ou nacionais tais como convenções, declarações, protocolos, leis etc. Primeiramente de caráter universalista para todas as sociedades, com o passar do tempo e a reivindicação de diversos movimentos ganharam contornos específicos, baseados na diversidade cultural, no reconhecimento das diferenças e na perspectiva das minorias.

É o caso das crianças e dos adolescentes. O primeiro ordenamento foi a Declaração de Genebra sobre os Direitos da Criança (1924), seguido da Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959) e, por fim, da Convenção sobre os Direitos da Criança (1989). A Convenção é o instrumento de direitos humanos mais aceito universalmente, tendo sido ratificada por 193 países, dentre eles o Brasil⁷.

No país a Convenção foi norteadora para a definição legal dos direitos humanos de crianças e adolescentes, expressos na Constituição Federal de 1988 (Art. 227) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei 8.069/1990). Ambos elevaram meninas e meninos à condição de sujeitos de direitos e estabeleceram o princípio da prioridade absoluta para esse grupo social nas políticas públicas.

PERSPECTIVA UNIVERSALISTA

Questões de gênero, raça, etnia, deficiência e procedência regional, dentre outras, não figuram de forma específica nas normativas nacionais e internacionais citadas acima. O enfoque delas é sobre o princípio da universalidade dos direitos considerando-se todas as crianças e adolescentes, independentemente de suas condições históricas, sociais, culturais e econômicas. Buscam um fundamento absoluto, capaz de abranger os direitos e as necessidades desse público de forma global, assentado em valores e moral universais.

Princípio 1º

A criança gozará todos os direitos enunciados nesta Declaração. Todas as crianças, absolutamente sem qualquer exceção, serão credoras destes direitos, sem distinção ou discriminação por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição, quer sua ou de sua família. (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA, 1959)

Esse caráter universalista pode ser observado também no Plano Decenal elaborado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda em 2011, que

7 Adotada por Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989 e ratificada pelo Brasil em 20 de setembro de 1990.

estabeleceu eixos, diretrizes e objetivos para a política nacional de promoção dos direitos desse público nos próximos 10 anos.

O Plano afirma os conceitos de diversidade e de equidade, importantes para demarcar um olhar específico sobre determinados públicos. Em algumas diretrizes eles são explicitados assim: “condições de pessoas com deficiência e as diversidades de gênero, orientação sexual, cultural, étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, de nacionalidade e de opção política”. No entanto, o documento não especifica questões relativas a nenhum dos segmentos e temas.

UNIVERSALISMO X ESPECIFICIDADES

Se, por um lado, a universalidade dos direitos busca garantir a igualdade para todas as crianças e adolescentes, por outro lado não contempla situações específicas que precisam de um ordenamento também diferenciado.

Para dar conta de algumas dessas questões – sobretudo para coibir determinadas violações de direitos – foram elaboradas normativas temáticas, como no caso da violência sexual, da adoção, da Justiça da Infância e da Juventude, da idade mínima para o trabalho etc. Ainda assim, nem todas essas normas conseguem abranger a situação de alguns grupos sociais que estão em maior vulnerabilidade ou que somam expressivo contingente de pessoas, como é o caso de meninas e negras.

Gênero não figura nas normativas universais e algumas vezes aparece de forma periférica em normativas temáticas. Mas, mesmo quando aparece, está mais relacionado aos dados sobre alguma violência e não como conceito e prática para a busca pela igualdade de gênero e pelo empoderamento das meninas. Nem mesmo em temas como protagonismo de crianças e adolescentes as questões de gênero ganham relevância.

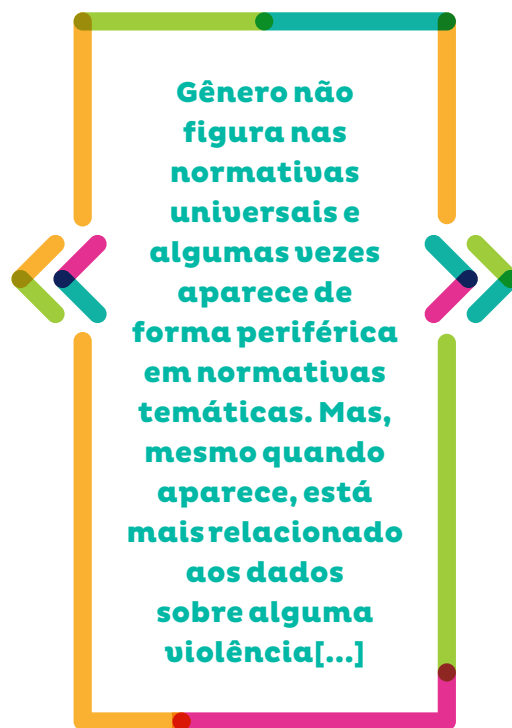
MENINAS NAS NORMATIVAS SOBRE DIREITOS DAS MULHERES E SOBRE RAÇA

Nas normativas relativas aos direitos das mulheres as questões de gênero envolvendo meninas tampouco ganham destaque. A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW)⁸, de 1979, não cita as meninas em nenhum dos seus 21 artigos e seu olhar é somente sobre o ponto de vista adulto.

Já a Declaração de Pequim,⁹ elaborada na IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, ocorrida em Pequim, Japão, em 1995, avança mais nessa questão e afirma a promoção dos direitos das meninas e das mulheres, inclusive se referenciando na Convenção sobre os Direitos da Criança. Ela representa um passo importante na busca por maior sinergia entre as

8. A CEDAW (Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women) foi adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 18 de dezembro de 1979 e entrou em vigor em 3 de setembro de 1981. Ela é constituída por um preâmbulo e 30 artigos e contém as seguintes abordagens: promover os direitos das mulheres na busca da igualdade de gênero e reprimir quaisquer discriminações contra as mulheres nos Estados-partes. O Brasil ratificou o documento em 1984 e em 2002 assinou o Protocolo Adicional à Convenção. Para saber mais acesse: <http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/committee.htm>.

9. Para saber mais detalhes sobre a Declaração e a Plataforma de Ação Pequim acesse: <http://www.onumulheres.org.br/pequim20/>.



EMPODERAMENTO
DE MENINAS
COMO INICIATIVAS BRASILEIRAS
ESTÃO AJUDANDO A GARANTIR A
IGUALDADE DE GÊNERO

Caderno de Boas Práticas

Capítulo 2

O QUE DIZEM AS NORMATIVAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

Panorama legal sobre
gênero e meninas.

30

normativas, as reivindicações e as prioridades relativas aos direitos desses dois segmentos para que ganhem a agenda pública e legal.

Outras normativas importantes são aquelas que se referem à intersectorialidade entre gênero e raça/etnia. Ainda que não sejam específicas sobre o público de crianças e adolescentes, ele é contemplado em algumas recomendações. A Declaração de Durban¹⁰, elaborada a partir da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, ocorrida em Durban, na África do Sul, em 2001, elenca ações visando o público de meninas, especialmente nas áreas de educação, direitos sexuais e reprodutivos, combate ao tráfico e à violência sexual. Também aborda a necessidade de os Estados-membro, dentre eles o Brasil, promoverem ações visando o empoderamento de meninas e mulheres.

Já o Plano de Atividades da Década Internacional de Afrodescendente, proclamada por Assembleia Geral da ONU para o período de 2015 e 2024, tem como objetivo reforçar a cooperação nacional, regional e internacional para a promoção dos direitos da população afrodescendente, bem como sua participação igualitária em todos os aspectos da sociedade. O Plano destaca que os Estados devem tomar medidas concretas para a implementação de quadros jurídicos, políticas e programas de combate ao racismo visando, em particular, as meninas, as mulheres e os jovens do sexo masculino, nas seguintes áreas: reconhecimento, justiça, desenvolvimento e discriminação múltipla ou agravada.

A filósofa Hannah Arendt (1979) defende que os direitos humanos não são um dado, mas uma invenção humana em constante processo de construção e reconstrução. Ao voltar o olhar para as normativas da infância, da adolescência, das mulheres e de raça/etnia é possível entender o contexto histórico, político e social que determinou suas configurações. Porém, como processo, portanto, em movimento contínuo, é possível reconstruir esses direitos, considerando o empoderamento das meninas fundamental para a igualdade.

Prioridades Pequim+20

A Declaração e a Plataforma de Ação de Pequim completaram 20 anos em 2015 e ganharam uma campanha mundial, intitulada Pequim+20: Empoderar as Mulheres, Empoderar a Humanidade. Imagine! O objetivo foi analisar os resultados alcançados em 12 áreas temáticas listadas como prioritárias e apresentá-las para as novas gerações.

A Declaração, da qual o Brasil é signatário, foi elaborada na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em 1995. Seu objetivo é promover o debate, estabelecer normas, ampliar o diálogo e dar visibilidade à situação de discriminação das mulheres no mundo.

10 Para saber mais detalhes sobre a Declaração e a Plataforma de Ação de Durban acesse: <http://www.unfpa.org.br/novo/index.php/biblioteca/publicacoes/onu/410-declaracao-de-durban>

As áreas temáticas da Declaração de Pequim são:

- » Mulheres e Pobreza
- » Educação e Capacitação de Mulheres
- » Mulheres e Saúde
- » Violência contra as Mulheres
- » Mulheres e Conflitos Armados
- » Mulheres e Economia
- » Mulheres no Poder e na Liderança
- » Mecanismos Institucionais para o Avanço das Mulheres
- » Direitos Humanos das Mulheres
- » Mulheres e a Mídia
- » Mulheres e Meio Ambiente
- » Direitos das Meninas

Metas mundiais para os direitos das meninas

Os novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) começaram a ser implementados em 2016 e suas metas têm previsão de alcance até 2030. O documento que sistematiza os ODS é denominado Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e reúne uma Declaração, 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas.

A Declaração reforça a necessidade de os países trabalharem pela busca de igualdade para meninas e mulheres no acesso à educação de qualidade, recursos econômicos, participação política, oportunidades de emprego, liderança e tomada de decisões em todos os níveis. Também se compromete com a eliminação de todas as formas de violência e discriminação contra esse público, inclusive por meio do engajamento de meninos e homens.

Os ODS foram elaborados com bases estabelecidas pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), de maneira a completar este trabalho e responder a novos desafios para os próximos 15 anos. Vale ressaltar que esse novo acordo global estabelece metas para todos os países e não só para os países mais pobres,



shutterstock

EMPODERAMENTO
DE MENINAS
COMO INICIATIVAS BRASILEIRAS
ESTÃO AJUDANDO A GARANTIR A
IGUALDADE DE GÊNERO

Caderno de Boas Práticas

Capítulo 2

O QUE DIZEM AS NORMATIVAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

Panorama legal sobre
gênero e meninas.

como ocorreu com os ODM. O documento foi aprovado em 2015 pela Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, em Nova York. O Brasil é um dos países signatários.

O **Objetivo 5** trata especificamente das questões de gênero e estabelece:

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

Suas **metas são:**

- » 5.1 acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte;
- » 5.2 eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e a exploração sexual e de outros tipos;
- » 5.3 eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas;
- » 5.4 reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais;
- » 5.5 garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública;
- » 5.6 assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão;
- » 5.a empreender reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais;
- » 5.b aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres;
- » 5.c adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas, em todos os níveis.

São metas abrangentes, que abarcam desde o enfrentamento às violências e discriminações até o direito ao trabalho e à saúde, o uso de tecnologias, o fomento à liderança pública feminina e o empoderamento. Sua implementação exigirá esforços e priorizações nas políticas públicas por parte dos governos, a fim de atender ao prazo estipulado de 15 anos. O estabelecimento desses novos objetivos colabora para colocar o tema das meninas na agenda pública nacional e mundial e para preencher lacunas nas normativas sobre crianças e adolescentes.

Também será necessário fazer a interlocução entre o Objetivo 5 e outros que preveem a garantia de direitos de crianças e de adolescentes e que podem impactar as questões de gênero. É o caso do Objetivo 4, que trata de educação inclusiva e equitativa, cujas metas abrangem a eliminação das disparidades de gênero e a igualdade de acesso a todos os níveis educacionais e à formação profissional, bem como o Objetivo 16, que trata da promoção de sociedades pacíficas e inclusivas e que, entre suas metas, abrange a redução de todas as formas de violência contra as crianças.

EMPODERAMENTO
DE MENINAS
COMO INICIATIVAS BRASILEIRAS
ESTÃO AJUDANDO A GARANTIR A
IGUALDADE DE GÊNERO

Caderno de Boas Práticas



Capítulo 3

AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O RECORTE DE GÊNERO E MENINAS

Abordagem sobre concepções e ações em nível federal e local.



O que é importante para
uma menina ser feliz?

"TER UMA SAÚDE DE QUALIDADE, UMA BOA
EDUCAÇÃO, TER ACESSO A TODOS OS MEUS
DIREITOS E SER COMO EU QUISER, SEM
SOFRER PRECONCEITO OU DISCRIMINAÇÃO."

Luanna
17 anos, São Luís

Como relatado no Capítulo 1, os estudos e pesquisas sobre gênero e meninas ainda são poucos e não respondem de forma satisfatória a uma série de dados sobre as especificidades de gênero que tornam a situação de muitas meninas preocupante:

- » Embora estejam em maioria na escola, as meninas têm de lidar com os efeitos danosos do fracasso escolar no longo prazo, conforme fica evidente ao se comparar o número de meninas e meninos que concluem o Ensino Médio e se inserem no mercado de trabalho (MADEIRA, 1997);
- » As meninas são submetidas a duplas jornadas, entre escola e trabalhos domésticos, e são relegadas, pois, à “domesticidade excludente” (BRASLASVKI, 1985), como muitas de suas mães. O FNPETI aferiu que 93% do contingente de crianças e adolescentes ocupados em atividades domésticas no Brasil em 2011 eram meninas e que, destas, 19,6% eram domésticas, o que representa 241 mil meninas¹¹;
- » O Disque Direitos Humanos (Disque 100), entre 2012 e 2013, contabilizou que 43% das denúncias, num universo de 254 mil registros, se referiam a meninas, com predominância na faixa etária de 8 a 11 anos;
- » A violência sexual é um dos maiores problemas enfrentados pelas meninas. O Disque Direitos Humanos aferiu que 71% das denúncias entre 2012 e 2013 relativas ao público de crianças e adolescentes se referiam a violência sexual contra meninas. Já o Ipea contabilizou que dos 527 mil casos de estupro ocorridos no Brasil em 2011 88,5% das vítimas eram do sexo feminino e mais da metade tinha menos de 13 anos.

Tais dados mostram que as violências e violações precisam ser analisadas também numa perspectiva de gênero de forma que seu enfrentamento leve em conta este marcador. Igualmente, evidencia-se a necessidade de atuação focada junto ao grupo social das meninas, a fim de que elas possam conhecer e reconhecer tais violências e assim se empoderarem para reivindicar soluções mais efetivas.

A luta pela integralidade das políticas para crianças e adolescentes não deve partir da indistinção entre meninas e meninos, e sim reforçar a importância da diversidade dos grupos etários e das condições específicas da infância e da adolescência brasileira.

Ainda que as normativas nacionais e internacionais atuem na perspectiva universalista dos direitos, é preciso avançar para se estabelecer novos marcos nos quais gênero seja um tema de relevância para a garantia dos direitos do público infantojuvenil. Os ODS são uma oportunidade de avanço nesse sentido, ao estabelecer claramente um objetivo focado no alcance da igualdade entre homens e mulheres desde a infância.

Capítulo 3

AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O RECORTE DE GÊNERO E MENINAS

Abordagem sobre concepções e ações em nível federal e local.

11. O FNPETI produziu relatório sobre trabalho infantil doméstico no Brasil com informações estatísticas obtidas a partir de microdados da PNAD/IBGE para os anos 2008, 2009 e 2011. Para saber mais acesse: <http://www.fnpeti.org.br/biblioteca/ver/401-o-trabalho-infantil-domestico-no-brasil.html>

AÇÕES DO PODER PÚBLICO FEDERAL EM CURSO

Para o *Caderno de Boas Práticas* foram consultadas as áreas voltadas para o tema da infância e adolescência e das mulheres nos seguintes órgãos: Ministério da Educação (MEC); Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (nome e formato da pasta a partir da reforma ministerial em maio de 2016); Ministério da Saúde (MS); Secretaria de Direitos Humanos/Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente e Secretaria de Políticas para Mulheres (ambas incorporadas ao Ministério de Justiça e Cidadania a partir da reforma ministerial em maio de 2016); e Secretaria Nacional de Juventude (incorporada à Secretaria de Governo da Presidência da República a partir da reforma ministerial em maio de 2016).

De maneira geral, pode-se observar que só recentemente o poder público federal iniciou o agendamento da discussão sobre gênero nas políticas de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente. Há percepção e reconhecimento de que determinadas condições acabam levando a situações de vulnerabilidade e violências maiores, como no caso de gênero.

Porém, a concepção das políticas é centrada numa visão universalizante, o que não resgata as especificidades de ser menina da opacidade generalizante da condição de criança e adolescente. Isso pode ser observado na ausência de diretrizes, normas técnicas e outros instrumentos de orientação e gestão das políticas. O olhar relativista, que garantiria foco direcionado para gênero e meninas, ainda não tem espaço privilegiado na agenda.

Ao mesmo tempo em que as políticas mantêm seu caráter universal, as meninas demandam especificidades, como pode ser observado nas falas delas, constantes nos três documentos com suas reivindicações e relatadas no Capítulo 6 (pag. 71). Elas sugerem integração e olhar diferenciado para suas questões por parte da saúde, da educação e do acesso à justiça e a proteção.

Mesmo com uma caminhada ainda inicial, é possível identificar ações do poder público que enfocam a questão de gênero e meninas. Assim como no caso das organizações da sociedade civil, aqui o mapeamento incluiu algumas iniciativas, executadas pelos ministérios consultados, mas sem esgotar sua totalidade.

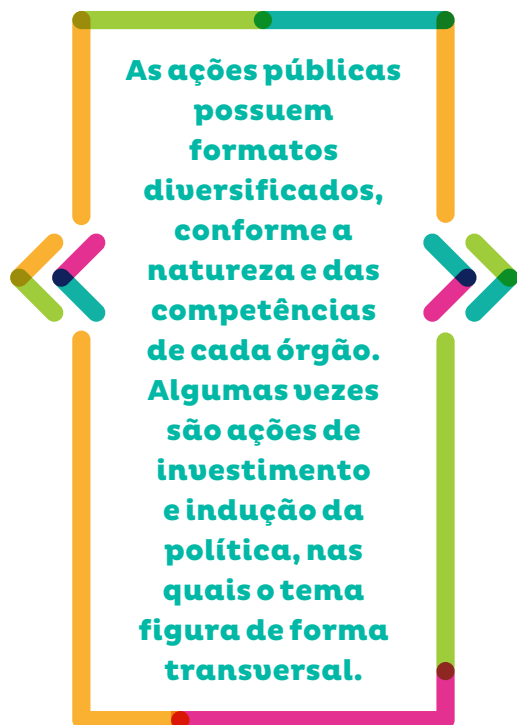
Elas se referem às seguintes iniciativas: política de formação continuada de profissionais da educação básica, realizada pelo Ministério da Educação (MEC); Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, promovido pela Secretaria de Políticas para Mulheres, MEC, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (atual nome da pasta a partir da reforma ministerial em maio de 2016), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e ONU Mulheres; Grupo de Trabalho e Seminário com Jovens Mulheres,



shutterstock

EMPODERAMENTO
DE MENINAS
COMO INICIATIVAS BRASILEIRAS
ESTÃO AJUDANDO A GARANTIR A
IGUALDADE DE GÊNERO

Caderno de Boas Práticas



As ações públicas possuem formatos diversificados, conforme a natureza e das competências de cada órgão. Algumas vezes são ações de investimento e indução da política, nas quais o tema figura de forma transversal.

executado pela Secretaria Nacional de Juventude; e a inclusão da transversalidade de gênero nas ações de capacitação e nos serviços de assistência social, conduzidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

As ações públicas possuem formatos diversificados, conforme a natureza e das competências de cada órgão. Algumas vezes são ações de investimento e indução da política, nas quais o tema figura de forma transversal. Neste caso, as meninas podem ser impactadas a partir de outros atores e/ou instituições que atuam com o público infantojuvenil.

É o caso, por exemplo, das ações do MEC, que visam à formação de professores e gestores, mas que reverberam nas meninas quando da implementação dos projetos político-pedagógicos das escolas com a perspectiva de gênero. É também a situação do MDSA, cuja formação ofertada para os profissionais da rede socioassistencial visam a sensibilizá-los para um olhar mais diferenciado e sensível para as questões de gênero, o que pode impactar o seu trabalho na ponta, quando do atendimento das meninas nos serviços da assistência social.

Há ainda iniciativas nas quais as adolescentes são parte do público direto, com ações de promoção da sua participação nas discussões sobre as políticas públicas. Foi a proposta da SNJ, que realizou ações diretamente com mulheres jovens a fim de debaterem a inclusão de gênero nas políticas para a juventude, e do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, no qual adolescentes estudantes de escolas de Ensino Médio participam da iniciativa em todas as edições.

CURSOS DE FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM GÊNERO E RAÇA

Em que pese a palavra “gênero” ter sido retirada do Plano Nacional de Educação – PNE¹² por pressão de grupos de cunho religioso e conservador, algumas iniciativas coordenadas pelo MEC contemplam, de forma transversal, o tema de gênero e empoderamento de meninas. Uma delas são os cursos de formação continuada, voltados para os profissionais de educação básica (professores, gestores, coordenadores pedagógicos, técnicos), intitulados Gênero e Diversidade na Escola e Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça¹³.

Os cursos são oferecidos por instituições públicas de Ensino Superior, com financiamento do MEC, na modalidade presencial e/ou semipresencial e nos níveis de extensão,

Capítulo 3

AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O RECORTE DE GÊNERO E MENINAS

Abordagem sobre concepções e ações em nível federal e local.

12. O PNE determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional dos próximos dez anos (2014-2024). Grupos conservadores e religiosos argumentaram se tratar de fomento à ideologia de gênero na parte do documento que afirmava que as escolas deveriam promover a igualdade de gênero, raça e orientação sexual e conseguiram pressionar o governo a tirar a palavra do plano. Pelo menos oito planos estaduais seguiram a mesma direção.

13. Para mais informações e para conhecer publicações referentes aos cursos de formação acesse os links:
» <http://portal.mec.gov.br/pnaes/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada223369541/14772-educacao-em-direitos-humanos>
» <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/13901-direitos-humanos>
» <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/index.html>

aperfeiçoamento e especialização. O curso Gênero e Diversidade na Escola tem como foco os professores e o Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça os gestores das escolas. Há também previsão de atendimento de demanda social, com 25% das vagas podendo ser direcionadas para profissionais de outras áreas, inclusive atores do Sistema de Garantia de Direitos.

O processo ocorre da seguinte forma: as escolas montam um plano de formação pelo Programa Dinheiro Direto na Escola Interativo (PDDE Interativo)¹⁴, que é depois validado pelas secretarias municipais e estaduais de Educação de cada estado. Após essa etapa as secretarias, um representante do MEC e as instituições de Ensino Superior que atuam naquele estado, reunidos no Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente, analisam a demanda da rede de educação, a capacidade de oferta por parte das instituições e de financiamento por parte do MEC e elaboram um plano. Este é enviado ao ministério, que analisa a sua disponibilidade orçamentária e faz previsão de recursos para o ano seguinte.

Por meio dos cursos o MEC pretende ampliar a formação dos docentes e dos gestores a fim de que questões como promoção, respeito e valorização da diversidade étnico-racial, de orientação sexual e de identidade de gênero sejam discutidas e incorporadas nos projetos político-pedagógicos das escolas. Para isso as ementas abordam temas como equidade de gênero e enfrentamento à violência e à discriminação relacionadas ao sexismo, à homofobia e ao racismo.

PRÊMIO CONSTRUINDO A IGUALDADE DE GÊNERO

Outra ação envolvendo educação é o Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, executado de forma intersetorial pelo MEC, MCTIC, CNPq e ONU Mulheres, sob coordenação da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM)¹⁵.

O prêmio, cuja décima primeira edição ocorre em 2016, consiste num concurso de redações, artigos científicos e projetos pedagógicos nas áreas das relações de gênero, mulheres e feminismo, tendo como objetivo estimular e fortalecer a reflexão crítica e a pesquisa acerca das desigualdades de gênero. Homens e mulheres podem participar, mas em todas as edições sempre houve maior prevalência do público feminino.

Adolescentes podem ser contemplados diretamente por meio da categoria Estudante do Ensino Médio, com premiação de melhores redações. São selecionados 24 candidatos por unidade da Federação, que ganham um computador. Desses, três saem vencedores na etapa nacional e ganham um computador, uma impressora e uma bolsa de iniciação científica.

EMPODERAMENTO
DE MENINAS
COMO INICIATIVAS BRASILEIRAS
ESTÃO AJUDANDO A GARANTIR A
IGUALDADE DE GÊNERO

Caderno de Boas Práticas

14. O PDDE Interativo é uma ferramenta de apoio à gestão escolar desenvolvida pelo MEC em parceria com as Secretarias de Educação e está disponível para todas as escolas públicas cadastradas no Censo Escolar de 2014. Para saber mais acesse: <http://pddeinterativo.mec.gov.br/#>

15. Para mais informações sobre o prêmio e para conhecer as obras vencedoras em todas as edições acesse: <http://www.igualdadede-genero.cnpq.br/igualdade.html>.

Capítulo 3

AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O RECORTE DE GÊNERO E MENINAS

Abordagem sobre concepções e ações em nível federal e local.

40

Foi o caso de Ana Kelle, estudante da Escola de Ensino Médio Almir Pinto, em Itapagé (CE), vencedora da etapa nacional na décima edição, em 2015. Ela escreveu uma redação no formato de um diário da vida da jovem Marcisa, uma das 130 operárias numa fábrica de tecidos de Nova York que em 8 de março de 1857 teriam morrido queimadas num incêndio real e criminoso por reivindicarem melhores condições e direitos trabalhistas — episódio que motivou a criação do Dia Internacional da Mulher.

Já Maria Beatriz Pinto, estudante do Colégio Stella Matutina, de Santos Dumont (MG), também vencedora da etapa nacional da décima edição, escreveu uma redação no formato de uma carta a Pagu¹⁶ em que conta como está a situação das meninas e das mulheres nos dias de hoje. “Mas, se para as meninas, moças e mulheres pode ser tão encorajador e marcante conhecer uma mulher que busca seus sonhos, como você, Bertha Lutz ou Anita Garibaldi, então por que todo esse silêncio nas escolas, nos livros didáticos, na televisão?”, questiona Maria Beatriz.

No prêmio há também impacto indireto por meio da categoria Escola Promotora da Igualdade de Gênero, com premiação dos melhores projetos e ações pedagógicas desenvolvidos em escolas de Ensino Médio. É premiada uma escola por estado, que recebe R\$ 10 mil para aplicar no fortalecimento de ações para promoção da igualdade de gênero.

Além do prêmio, a SPM vem buscando ampliar seu papel de articulação das questões de gênero nas políticas públicas para a infância e a adolescência. Para isso vem participando, desde 2015, de algumas agendas do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e passou a integrar a Comissão Intersectorial de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, ambos ligados à Secretaria de Direitos Humanos.

GRUPO DE TRABALHO E SEMINÁRIO COM JOVENS MULHERES

A Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) atua com o público de 15 a 29 anos, como estabelece o Estatuto da Juventude (Lei 12.852/2013). Portanto, há uma interface desse estatuto com o ECA, compreendendo a faixa etária entre 15 e 17 anos.

Para atender a essa faixa etária específica a SNJ criou, em 2011, o Grupo de Trabalho das Jovens Mulheres, responsável por propor formas de incorporação do recorte de gênero na formulação e implementação das políticas públicas para a juventude.

O GT atuou com três ações prioritárias: agregação de dados e informações, promoção do diálogo entre sociedade civil e o governo e elaboração de um desenho de políticas articulando SNJ e parceiros governamentais. O grupo teve duração de 15 meses e foi composto por representantes de organizações da sociedade civil, do governo, de instituições parceiras e de pesquisadoras.

16. Pseudônimo de Patrícia Rehder Galvão, escritora, jornalista, poeta, diretora de teatro e militante política brasileira, que viveu entre 1910 e 1962.

Como resultado, realizou o 1º Seminário de Políticas Públicas para Jovens Mulheres, ocorrido em 2013, reunindo cerca de 120 participantes para debater as especificidades e a interseção entre as políticas de juventude e de mulheres.

Outro resultado foi a realização, em 2014, de um programa de tutoria, realizado em parceria com a ONU Mulheres e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), no qual 15 lideranças jovens mulheres participaram de atividades formativas, durante nove meses, contando com a tutoria de uma mulher de referência, que era profissional do Executivo, Legislativo ou Judiciário federais.

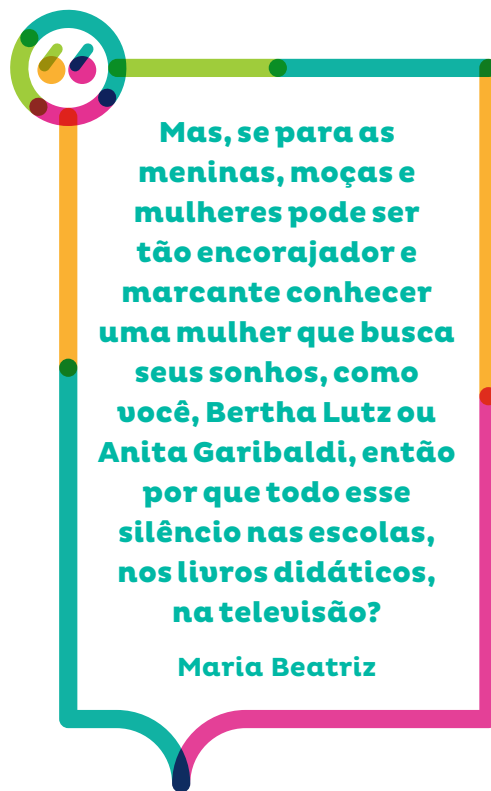
TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Sistema Único da Assistência Social (Suas), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), atua com foco na matricialidade sociofamiliar. Assim, os serviços de proteção ofertados¹⁷, ainda que para indivíduos, têm como foco a família. Com isso, as questões de gênero figuram de forma transversalizada na política para todos os públicos.

No intuito de reforçar esse olhar transversal, o ministério instituiu, em 2009, o Comitê MDSA de Políticas para Mulheres e Gênero (Portaria 381/2009), mais voltado para o público adulto, mas que, de forma indireta, pode abranger as crianças e as adolescentes meninas.

O comitê tem feito esforços para contemplar a questão de gênero em duas frentes. Uma delas é a formação dos profissionais da Assistência Social, por meio do Capacita Suas¹⁸. Os conteúdos dos cursos (básicos e específicos) estão sendo revisados e novos estão em elaboração, de forma que gênero seja transversal a todas as formações oferecidas aos trabalhadores da rede socioassistencial no país. Ainda não há previsão de conclusão do trabalho.

Outra frente é a revisão das orientações técnicas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)¹⁹, também em curso e sem data para finalização, a fim de que a perspectiva de gênero ganhe mais densidade. O objetivo do SCFV é fortalecer ou reconstruir vínculos familiares e/ou comunitários de membros das famílias que estejam vivenciando situações de vulnerabilidade e/ou de violação de direitos. É um serviço de caráter preventivo e que entre seus públicos prioritários inclui crianças e adolescentes, prioritariamente (mas não exclusivamente) em situação de vulnerabilidade.



Mas, se para as meninas, moças e mulheres pode ser tão encorajador e marcante conhecer uma mulher que busca seus sonhos, como você, Bertha Lutz ou Anita Garibaldi, então por que todo esse silêncio nas escolas, nos livros didáticos, na televisão?

Maria Beatriz

17. O Suas é um sistema público que organiza os serviços da Assistência Social em dois tipos de proteção: a Proteção Social Básica, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, e a Proteção Social Especial, destinada àqueles que já tiveram seus direitos violados.

18. Programa nacional destinado a garantir formação permanente para os profissionais do Suas no provimento dos serviços e benefícios assistenciais.

19. O SCFV é um serviço da Proteção Social Básica e é oferecido de forma complementar ao trabalho social com famílias, feito por outros serviços da Assistência Social. O acesso ao serviço deve ser feito por meio de encaminhamento do Centro de Referência da Assistência Social (Cras). O usuário pode chegar ao Cras por demanda espontânea, busca ativa, encaminhamento da rede socioassistencial ou encaminhamento das demais políticas públicas e órgãos do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.

EMPODERAMENTO
DE MENINAS
COMO INICIATIVAS BRASILEIRAS
ESTÃO AJUDANDO A GARANTIR A
IGUALDADE DE GÊNERO

Caderno de Boas Práticas

Capítulo 3

AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O RECORTE DE GÊNERO E MENINAS

Abordagem sobre concepções e ações em nível federal e local.

42

Para atingir o objetivo de fortalecimento dos vínculos, o SCFV promove momentos de convivência entre os usuários, divididos por grupos, de acordo com faixas etárias, com os quais são realizadas atividades pedagógicas, lúdicas, interativas e integradoras que colaborem para que as pessoas possam construir projetos de vida, valorizar o outro, produzir coletivamente, exercitar escolhas e reconhecer limites e possibilidades.

As ações devem ser feitas em três eixos orientadores: convivência social, direito de ser e participação. São eixos com objetivos amplos, que podem incluir uma série de temas e situações que precisam ser trabalhadas com cada grupo atendido, a depender da sua demanda e do seu perfil, o que é observado pelos profissionais que executam as ações. Um dos temas e situações pode ser a questão de gênero. Por isso o esforço do MDSA para que o tema seja mais bem compreendido pelos profissionais da rede socioassistencial, a fim de que possam ter um olhar mais apurado para a questão e assim desenvolver trabalhos com esse foco.

Essas são algumas iniciativas do governo federal na busca por avançar na agenda de gênero e menina. No entanto, no atual estágio de execução ainda não é possível fazer uma análise apurada das estratégias e resultados alcançados.

Todavia, a demanda está colocada na agenda pública e espera-se que o governo consiga avanços concretos no curto e médio prazos. Tais avanços, além de propiciarem a garantia mais plena dos direitos das meninas, colaborarão no cumprimento das metas pactuadas pelo país nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A meta 5.c (leia mais na página 32) é muito clara sobre o papel dos governos para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento das meninas por meio de políticas públicas sólidas.

Algumas questões podem contribuir para esse avanço, como o olhar específico, para além do universalizante, a intersetorialidade entre as pastas e a escuta e participação das próprias meninas nos processos de formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas para crianças e adolescentes.

AÇÕES DO PODER PÚBLICO LOCAL DE SOROCABA E DO DISTRITO FEDERAL

No mapeamento foram identificadas duas experiências locais, uma envolvendo o poder público municipal de Sorocaba, no interior de São Paulo, sobre empoderamento pela arte e a comunicação, e outra no Distrito Federal, relacionada ao cumprimento de medidas socioeducativas. Ambas são ações pontuais, construídas a partir dos esforços de servidoras e gestoras das pastas a que estão ligadas sem, no entanto, terem sido apropriadas de forma permanente por parte da gestão pública. Mas são iniciativas que trouxeram respostas positivas e que podem ser validadas e incorporadas às políticas públicas.

SOCIOEDUCATIVO CUMPRINDO SEU PAPEL

No Distrito Federal, um grupo de servidoras atuantes nas Unidades de Atendimento em Meio Aberto do Sistema Socioeducativo (Uama)²⁰ nas regiões administrativas de Sobradinho, Plano Piloto, Planaltina e Paranoá criaram, por iniciativa própria, o Grupo de Meninas. Cerca de dez adolescentes entre 14 e 18 anos atendidas pelas respectivas unidades participaram, em 2015, de uma série de encontros bimensais para discutir gênero, identidade, enfrentamento às violências, saúde sexual e reprodutiva etc., de forma a propiciar convivência entre elas.

A metodologia incluiu a aplicação de questionário para levantamento de dados sobre escolarização, maternidade e trabalho, as temáticas demandadas pelas meninas e a definição de locais externos às unidades para a realização do trabalho. Todos os encontros contaram com dinâmicas (teatro, dança, desenho etc.) e rodas de conversa, além da participação de especialistas da Universidade de Brasília (UnB), do Instituto Arcana, da Marcha de Mulheres Negras (comitê propulsor do Distrito Federal) e da Casa Viva²¹.

Como resultados, as servidoras afirmam o estreitamento dos seus vínculos de confiança e afeto com as meninas, a interação entre elas e o aumento da sua capacidade reflexiva. Ressaltam, ainda, maior motivação pelo seu trabalho como servidoras, pois conseguiram realmente concretizar os propósitos do atendimento socioeducativo²². Elas esperam que a iniciativa possa ser incorporada pela política do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Sinase como uma prática exitosa e validada.



Viva Meninas

EMPODERAMENTO PELA ARTE E A COMUNICAÇÃO

Em Sorocaba (SP), a Coordenadoria da Criança e do Adolescente e a Coordenadoria da Juventude, ambas ligadas à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, realizaram, entre 2015 e 2016, o projeto Viva Meninas, voltado ao empoderamento e à promoção da

20. As unidades fazem parte do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Sinase, responsável por organizar a execução de medidas socioeducativas aplicadas a adolescentes que cometeram atos infracionais. Existem duas formas de cumprimento de medidas: em meio aberto, com prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida, e em meio fechado, com restrição (semiliberdade) ou privação de liberdade.

21. O Instituto Arcana é uma organização não governamental com atuação no Distrito Federal, em Goiás e em Tocantins que tem como objetivo intervir, por meio da arte e da criatividade, para promover transformações pessoais e mudanças nos modos de pensar e agir patriarcais e excludentes. A Marcha das Mulheres Negras é uma iniciativa de articulação de mulheres negras, organizações de mulheres negras, organizações do movimento negro e todo tipo de organização que apoie a equidade sociorracial e de gênero no Brasil. A Casa Viva é um empreendimento sociocultural, solidário, popular, feminista que atua em prol da arte e da cultura no Distrito Federal.

22. Para contato com as Uamas participantes acessar: www.crianca.df.gov.br/subsis

EMPODERAMENTO
DE MENINAS
COMO INICIATIVAS BRASILEIRAS
ESTÃO AJUDANDO A GARANTIR A
IGUALDADE DE GÊNERO

Caderno de Boas Práticas



autoestima de 270 meninas entre 12 e 16 anos em situação de vulnerabilidade social e moradoras de 18 bairros da periferia da cidade.

O projeto, realizado em parceria com as Pastorais do Menor atuantes nas comunidades atendidas, consistiu na realização de dez oficinas por bairro, no contraturno escolar, cada uma envolvendo 15 meninas ligadas às pastorais. As atividades incluíram fotografia, vídeo, guitarra, skate, técnicas de estêncil e serigrafia, imagem e identidade.

O objetivo foi colaborar para que as meninas passassem a ter outro olhar sobre elas mesmas e sobre suas comunidades, além de promover sua cidadania e o reconhecimento dos seus direitos. Em cada bairro o projeto colheu o perfil e as demandas das meninas e, ao final da iniciativa, lançou a Carta das Meninas Sorocabanas, com suas opiniões e reivindicações, dirigidas à sociedade e ao poder público local. O encerramento também contou com uma mostra das produções feitas pelas participantes durante as oficinas²³.

O Viva Meninas apresentou resultados positivos, como a descoberta de habilidades artísticas, esportivas e comunicativas por parte das meninas participantes. Além disso, contribuiu para que elas desenvolvessem o pensamento crítico, conforme demonstram as reflexões e argumentações sobre sua realidade pessoal e social durante as

oficinas. “Apreendi que eu posso fazer o que eu quiser, que posso me sentir livre, que sou capaz de fazer as coisas que eu achava que não seria capaz”, atesta Lívia, de 13 anos.

AÇÕES DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS

PLANO DE AÇÃO DE GÊNERO DO UNICEF

A promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas são questões centrais para o mandato do UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e seu foco na igualdade. Para alcançar o objetivo de concretizar os direitos de todas as crianças e adolescentes, especialmente as que vivem em situação de vulnerabilidade, é essencial enfrentar uma das mais fundamentais disparidades presentes em todas as sociedades: a desigualdade de gênero.

Capítulo 3

AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O RECORTE DE GÊNERO E MENINAS

Abordagem sobre concepções e ações em nível federal e local.

23. Para contato com iniciativa acessar: www.agenciasorocaba.sp.gov.br/projeto-viva-meninas

O Plano de Ação de Gênero (em inglês *Gender Action Plan – GAP*) 2014-2017 especifica como o UNICEF deve trabalhar para promover a igualdade de gênero em todas as áreas de atuação em níveis global, regional e nacional, de acordo com o Plano Estratégico Global do UNICEF para 2014-2017. O GAP trabalha com indicadores que possibilitam monitorar e avaliar todas as áreas do Plano Estratégico (saúde, HIV/Aids, nutrição, água, saneamento e higiene, educação, proteção à criança e proteção social em situações estáveis e de emergência), especificando os procedimentos e os recursos humanos e financeiros a serem adotados pelo UNICEF para alcançar resultados na promoção da igualdade de gênero.

O UNICEF prioriza quatro áreas intersetoriais, buscando consolidar e destacar questões de gênero:

- » Promoção da saúde do/da adolescente com enfoque em gênero
- » Avanços no ensino secundário de meninas
- » Redução da violência baseada em gênero
- » Eliminação do casamento infantil

O GAP recomenda que, para promover a igualdade de gênero, os escritórios do UNICEF em cada país devem trabalhar as quatro áreas intersetoriais de acordo com a realidade local. Isso contribui para que a organização trabalhe também outras formas de discriminação, baseadas na pobreza, localização, identidade LGBT²⁴, raça e etnia, deficiência, entre outras.

No Brasil, o UNICEF desenvolve diversas ações para promoção da saúde do/da adolescente, entre elas:

- » A realização de uma oficina com profissionais da área de saúde e com adolescentes grávidas ou que vivenciam a gravidez recentemente, com o objetivo de melhor compreender as causas e determinantes da gravidez na adolescência no Brasil e levantar informações que contribuam para a implementação de políticas públicas que promovam a saúde sexual e reprodutiva de adolescentes.
- » O projeto Fique Sabendo Jovem, que disponibiliza testes rápidos gratuitos para HIV a adolescentes e jovens, para que eles possam conhecer seu estado sorológico e, havendo necessidade, serem encaminhados para tratamento e acompanhamento médico.
- » O contínuo desenvolvimento da Semana do Bebê, uma estratégia de mobilização social apoiada pelo UNICEF para tornar prioridade na agenda dos municípios brasileiros o direito à sobrevivência e ao desenvolvimento de crianças de até 6 anos de idade e a saúde materna durante e após a gravidez.

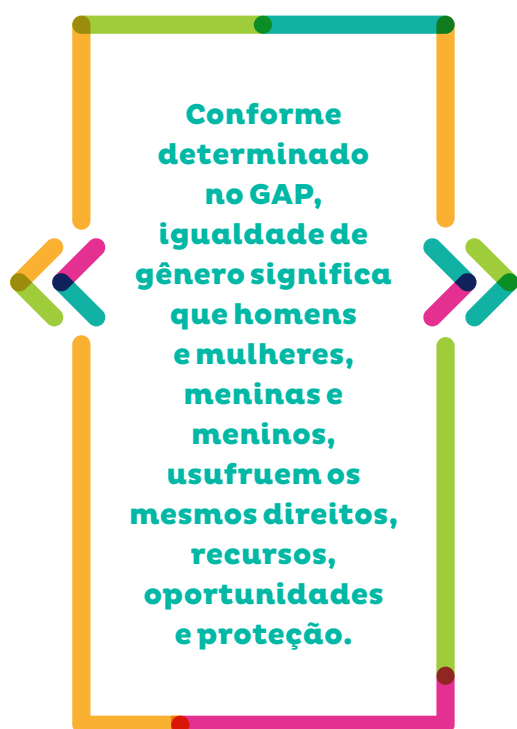


UNICEF/BRZ/Rajissa Coe

EMPODERAMENTO
DE MENINAS
COMO INICIATIVAS BRASILEIRAS
ESTÃO AJUDANDO A GARANTIR A
IGUALDADE DE GÊNERO

Caderno de Boas Práticas

24. LGBT – lésbicas, gays, bissexuais e travestis.



Capítulo 3

AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O RECORTE DE GÊNERO E MENINAS

Abordagem sobre concepções e ações em nível federal e local.

46

Cerca de 3 milhões de meninos e meninas no Brasil ainda estão fora da escola²⁵, sendo em sua maioria crianças e adolescentes afrodescendentes, indígenas e quilombolas em situação vulnerável. Para contribuir para a superação desse imenso desafio, o UNICEF desenvolve o projeto Fora da Escola Não Pode!, que disponibiliza treinamento a gestores públicos e à sociedade civil para que possam incidir em políticas públicas que promovam a inclusão escolar.

Entre as atividades desenvolvidas pelo UNICEF Brasil para enfrentar a violência baseada em gênero, destaca-se o projeto Proteja Brasil, aplicativo para celulares que encurta a distância entre crianças e adolescentes em situação de violação de direitos e os equipamentos públicos e serviços sociais de proteção integral nas 27 capitais brasileiras e áreas metropolitanas. A ferramenta apresenta informações adequadas sobre como proceder em casos de violação e indica, por meio de georreferenciamento, as delegacias e órgãos de proteção mais próximos. Além disso, em fevereiro de 2016, o UNICEF lançou, em parceria com a Plan International, a campanha Quanto Custa?, que visa a combater a exploração sexual de meninas no Brasil.

De acordo com estimativas²⁶, no Brasil, aproximadamente 3 milhões (36%) das mulheres de 20 a 24 anos de idade se casaram antes dos 18 anos e aproximadamente 877 mil (11%) das mulheres de 20 a 24 anos de idade se casaram até os 15 anos. Para visibilizar essa situação, o UNICEF apoiou o lançamento da primeira pesquisa sobre casamentos precoces no Brasil²⁷, lançada pela Promundo em setembro de 2015. Atualmente, o UNICEF Brasil também desenvolve uma pesquisa sobre os progressos e desafios na vida das meninas brasileiras durante as duas décadas do Pequim+20, realizada em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e a ONU Mulheres.

Além dessas ações, o escritório do UNICEF no Brasil realizou, em 2014 e 2015, o I e o II Seminários Internacional para o Empoderamento de Meninas. Os eventos contribuíram para identificar as principais questões que afetam o desenvolvimento de meninas, compreender as suas demandas e promover o diálogo entre gestores públicos e meninas adolescentes do Brasil e de outros países envolvidos na iniciativa.

Para melhor conhecer a realidade de adolescentes e jovens LGBT, o UNICEF realizou um *workshop* sobre discriminação baseada na orientação sexual e identidade de gênero, que resultou em um plano de trabalho com adolescentes e jovens contra a discriminação LGBT, que está sendo implementado em 2016.

Conforme determinado no GAP, igualdade de gênero significa que homens e mulheres, meninas e meninos, usufruem os mesmos direitos, recursos, oportunidades e proteção. Para alcançar esse resultado, os programas do UNICEF trabalham diretamente com crianças e adolescentes. O escritório do UNICEF no Brasil tem o compromisso de promover a igualdade de gênero, o que faz com que as equipes trabalhem com ações afirmativas e abordem o tema de maneira transversal em todos os programas, implementando ações, que serão continuamente aprimoradas e aprofundadas.

25. Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2013.

26. Fonte: Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS) de 2006.

27. A pesquisa Ela Vai no Meu Barco: Casamento na Infância e Adolescência no Brasil, da Promundo, está disponível no endereço eletrônico: <http://promundo.org.br/recursos/ela-vai-no-meu-barco-casamento-na-infancia-e-adolescencia-no-brasil/>

SEMINÁRIOS SOBRE EMPODERAMENTO DE MENINAS

Como relatado, o UNICEF realizou os Seminários Internacionais de Empoderamento de Meninas²⁸ em duas edições, a primeira em 2013, no Rio de Janeiro, e a segunda em 2014, em Brasília. Os eventos reuniram adolescentes e jovens entre 13 e 19 anos provenientes do Brasil e de outros países, como México, Chile, Uruguai, Equador e Guatemala, além de representantes de organizações sociais e gestores públicos, num espaço para encontro, troca de experiências, formação, empoderamento e discussão de propostas.

Os seminários propiciaram um importante momento de diálogo entre as meninas e os gestores e lideranças públicos, como no caso da primeira edição, na qual as participantes conversaram com a diretora da ONU responsável pela campanha dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, Corinne Woods. Na segunda edição elas entrevistaram gestores da Secretaria de Políticas para as Mulheres e do Ministério da Saúde, ambos do Brasil, e do Ministério do Desenvolvimento Social da Guatemala, dentre outros.

Além disso, as meninas tiveram contato, no II Seminário, com mulheres cujas histórias inspiradoras colaboraram para a construção de outra percepção sobre o papel da mulher na sociedade. Entre elas estavam Alison Roofe, embaixadora da Jamaica, que alcançou uma posição de destaque na diplomacia do seu país; Fabiana Sugimori, nadadora paraolímpica que fez da sua deficiência visual motivo de superação; Negra Li, cantora que conseguiu construir uma carreira artística enquanto mulher negra, nascida em uma favela, em meio à violência; e Rita Camata, ex-deputada federal que enfrentou muitas adversidades e machismo na sua trajetória enquanto política.

Ainda na segunda edição do evento outro destaque foi a participação das meninas numa audiência pública na Câmara dos Deputados, em que falaram para uma ampla plateia de parlamentares sobre questões de gênero. A força da sua fala causou impacto no representante do Ministério das Relações Exteriores do Brasil presente ao evento, que se comprometeu publicamente a levar a agenda das meninas para as discussões da ONU acerca dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

As participantes do II Seminário optaram por não formar uma rede exclusiva de meninas, e sim por incluir o tema de gênero nas redes e coletivos de que já participam, bem como criar espaços de debate exclusivos para meninas sobre temas mais sensíveis, como violência sexual, a fim de trocarem experiências para o enfrentamento dessas questões.



UNICEF/BRZ/Rayssa Coe

EMPODERAMENTO
DE MENINAS
COMO INICIATIVAS BRASILEIRAS
ESTÃO AJUDANDO A GARANTIR A
IGUALDADE DE GÊNERO

Caderno de Boas Práticas

28. Para saber mais sobre os Seminários acesse:

» http://www.unicef.org/brazil/pt/media_25228.htm
» http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_29750.htm



Carta-Manifesto das meninas

No I Seminário Internacional Brasil - EUA sobre o Empoderamento de Meninas, ocorrido no Rio de Janeiro, em 2013, as participantes redigiram uma Carta-Manifesto reunindo suas reflexões, bem como as principais demandas e reivindicações a fim de que governos e sociedade favoreçam ações para o seu empoderamento. A Carta-Manifesto diz:

Manifesto 'Meninas de hoje, líderes do amanhã'

Rio de Janeiro, 4 de abril de 2013

Somos oitenta meninas de 5 países diferentes: Brasil, Chile, Estados Unidos da América, México, e Uruguai, de diversas realidades, mas que compartilhamos o sonho de mudar o mundo e a iniciativa de começar a fazer isso *mudando o nosso mundo*.

Por meio desta Carta-Manifesto, pretendemos tornar públicos os resultados dos debates realizados entre as meninas que participaram do **I Seminário Internacional Brasil - EUA sobre o Empoderamento de Meninas**, e firmar compromissos para a continuidade das ações em nossas cidades, bem como notificar às autoridades quais são nossas principais preocupações e solicitações no que tange a esse processo de empoderamento.

Em nossos diálogos no Seminário de Empoderamento de Meninas, encontramos os seguintes desafios:

- » Uma grande maioria das meninas sofre preconceito por serem meninas ou por não se encaixarem nos padrões de beleza da sociedade;
- » Muitas meninas não se sentem incentivadas e/ou valorizadas na prática de esportes;
- » Muitas meninas não se identificam com a imagem que a mídia transmite do que é ser menina.

Enfrentamos desafios, mas sabemos que ser menina é superá-los. Diante disso, propomos possíveis soluções:

- » Uma forma de incidir diretamente sobre vários problemas é incentivar a discussão acerca do Empoderamento de Meninas e da Equidade de Gênero, entre pares, por meio da criação de núcleos de participação nas comunidades;

Capítulo 3

AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O RECORTE DE GÊNERO E MENINAS

Abordagem sobre concepções e ações em nível federal e local.

- » Há diferentes tipos de beleza, mas, nem sempre, esse “detalhe” é abordado. Campanhas de sensibilização são necessárias para que todas as meninas saibam que, ao seu modo, são bonitas;
- » Apesar de já termos ingressado no mercado de trabalho, as mulheres ainda percebem que existem desigualdades. Propomos, então, uma maior fiscalização por parte do governo para garantir a igualdade salarial e para que as intervenções necessárias sejam feitas;
- » Acreditamos que o incentivo à prática do esporte deve ser realizado de igual forma para meninos/homens e meninas/mulheres. Esse trabalho de inclusão deve começar dentro das escolas e deve ser monitorado para garantir a permanência no esporte, potencializando essas oportunidades através do financiamento governamental;
- » Uma forma de disseminar a ideia do Empoderamento de Meninas é a realização de uma campanha mundial no Dia Internacional da Menina, 11 de Outubro;
- » A vivência escolar é imprescindível para a consolidação do senso de cidadania e para a formação profissional. Situações como, por exemplo, o trabalho infantil doméstico, impedem tal vivência e precisam ser, portanto, erradicadas;
- » A troca de experiências possibilita o intercâmbio de soluções e, portanto, fortalece as discussões sobre o tema. Seminários como esse nos fazem ver que não estamos sozinhas e que continuar o trabalho em nossas comunidades não é em vão. Propomos a replicação desse evento nos níveis estadual, regional, nacional e internacional para que mais meninas tenham essa experiência e para que os diálogos e relações que estabelecemos tenham continuidade.

Conclusão

Meninas de hoje, amanhã mulheres, líderes profissionais e sociais. Não conhecemos o futuro, mas sabemos que o queremos com igualdade. Estamos dispostas a ajudar a construir esta igualdade, multiplicando nossas ações e incentivando outras meninas a perceberem seu poder de transformação. O Empoderamento de Meninas vai além da participação política ou da possibilidade de falar por outras meninas, ele se efetiva na ação. E, para essa ação, gostaríamos do apoio governamental, da iniciativa privada, organizações não governamentais e da sociedade civil, para que tenhamos grande repercussão.

Não falar sobre algo não significa que não exista. O Seminário de Empoderamento nos mostrou que enfrentamos desafios, mas que somente juntas podemos alcançar soluções. É isso que a gente persegue.

EMPODERAMENTO
DE MENINAS
COMO INICIATIVAS BRASILEIRAS
ESTÃO AJUDANDO A GARANTIR A
IGUALDADE DE GÊNERO

Caderno de Boas Práticas

Gênero e Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) também vem buscando avançar nas discussões sobre gênero e meninas. O órgão procura fazer com que essa categoria específica entre na agenda política, preenchendo uma ausência inclusive do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Segundo a coordenadora geral do Conanda, Maria Gutenara Araújo, uma estratégia para isso é a reforma política do Conselho, que vem sendo discutida por seus integrantes na perspectiva de garantir maior representatividade de organizações que atuam em temas específicos, como o de gênero.

No último edital para eleição de entidades da sociedade civil, realizado em 2014, entre os segmentos contemplados estavam organizações representativas de diversidade de gênero, identidade de gênero, orientação sexual, étnico-racial, nacionalidade e comunidades tradicionais. Não houve eleição de entidades específicas de gênero, em que pese terem sido eleitas as de outros segmentos, como raça e etnia²⁹.

Ainda como parte dessa busca por ampliação, o Conselho aprovou, no edital de 2015 do Fundo Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, um projeto da Plan International Brasil sobre empoderamento que contemplou a formação e a mobilização de 200 meninas nos estados do Pará, Maranhão, São Paulo e Rio Grande do Sul e no Distrito Federal, envolvendo organizações da sociedade civil na sua execução³⁰ (leia mais na pág. 62).

Nas comemorações dos 25 anos do ECA, completados em 2015, o Conanda promoveu, em parceria com a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso Brasil), o Encontro pela Absoluta Prioridade da Criança e do Adolescente, no qual cerca de 400 pessoas de movimentos e redes da diversidade discutiram os progressos e os desafios do ECA. Segundo a coordenadora geral do Conanda, o evento também avaliou formas de se avançar em temas normalmente mais invisibilizados, como o de gênero³¹.

Capítulo 3

AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O RECORTE DE GÊNERO E MENINAS

Abordagem sobre concepções e ações em nível federal e local.

29. Edital 001/2014. Acesso em: <http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-conanda/pdfs-e-docs/edital2014>

30. Edital 02/2015. Acesso em: <http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-conanda/chamada-publica/RESULTADOFINAL EDITAL012015.pdf>

31. Para mais informações sobre o Encontro acessar: <http://www.sdh.gov.br/noticias/2015/dezembro/encontro-pela-absoluta-prioridade-da-crianca-e-do-adolescente-reune-400-pessoas-em-brasilia>



Capítulo 4

INICIATIVAS DE ORGANIZAÇÕES BRASILEIRAS PARA EMPODERAR MENINAS

Mapeamento de experiências referenciais.



O que é importante para uma menina ser feliz?

“PARA MIM, PARA SER FELIZ NÃO PRECISA DE MUITO, SÓ PRECISO SER EU MESMA, COM MEUS DIREITOS DE MULHER.”

Letícia

17 anos, Rio de Janeiro

Capítulo 4

INICIATIVAS DE ORGANIZAÇÕES BRASILEIRAS PARA EMPÓDERAR MENINAS

Mapeamento de experiências referenciais.

54

Mapear experiências de empoderamento de meninas pelo Brasil apresentou-se como um desafio instigante. Primeiro pelo volume de organizações sociais e públicas existentes no país e segundo pela especificidade do tema. O desafio foi conciliar as categorias gênero e geração (crianças e adolescentes) em projetos muito concretos de intervenção social ou pública.

Para isso a metodologia incluiu dois macrocritérios: (i) gênero e empoderamento como temas centrais das experiências e (ii) faixa etária até 17 anos, no marco do ECA. Após essa definição foi utilizado o método de *snowball* (bola de neve), no qual as primeiras organizações localizadas indicaram outras a serem mapeadas. Vale ressaltar que esse método permitiu que as experiências participantes fossem localizadas a partir das redes de relações construídas pelas próprias organizações. Muitas realizam ou já realizaram trabalhos conjuntos e atuam nos mesmos espaços políticos. Algumas, por exemplo, participam das mesmas redes temáticas, como no caso de esporte; outras já desenvolveram projetos em parceria, aplicaram metodologias construídas por algumas delas ou já receberam financiamento para a realização de ações.

Houve uma preocupação em entrevistar os responsáveis por cada uma das iniciativas relatadas a fim de que sua compreensão sobre gênero, seu posicionamento político e seus destaques pudessem ser abordados.

Ao final foram catalogadas 16 experiências a partir do processo de bola de neve, todas contempladas no *Caderno de Boas Práticas*. É possível que existam muito mais iniciativas no país. Para o objetivo do *Caderno* de demonstrar o potencial informativo-referencial dessas experiências, acredita-se que aquelas aqui elencadas cumpriram essa finalidade.

Para sua seleção privilegiou-se o critério da diversidade de públicos, temáticas e metodologias, capaz de apresentar um cenário bastante variado e rico de experiências do campo social e público. Esse critério incluiu:

- » Dimensão geográfica, com experiências de base comunitária, municipais, regionais, nacionais e algumas internacionais;
- » Perfil de público, com projetos exclusivos para meninas e outros mistos, com faixas etárias variadas, mas até 18 anos e diversidade de raça/etnia;
- » Temas articulados a questões de gênero, como empoderamento, saúde sexual e reprodutiva, esportes, educação, raça/etnia, arte e comunicação etc.;
- » Perfil da instituição, incluindo organizações não governamentais e governamentais, fundos de investimento e grupos formais;
- » Tipos de ações implementadas, podendo ser atendimento direto, *advocacy*, mobilização, articulação e apoio a outras organizações etc.

CATÁLOGO

Todas as experiências catalogadas e executadas por organizações da sociedade civil estão apresentadas ao final dessa publicação, na seção Anexo, em forma de Ficha Técnica,

contendo um resumo com as principais informações relativas a cada uma delas. Já aquelas referentes ao poder público estão descritas no Capítulo 3 (pág. 37).

As organizações executoras normalmente possuem ações mais amplas, atuando, algumas vezes, com mais de um público e de um tema. Na Ficha Técnica há uma breve apresentação dos seus objetivos institucionais, seguida do item Destaque, no qual é selecionada uma ou mais ações que possuem recorte específico em gênero e empoderamento de meninas. Para essas ações são disponibilizados dados sobre público participante, local e período de execução e informações sobre implementação, como metodologias, realizações e resultados.

PÚBLICOS

Há predominância de organizações com atuação junto ao público de crianças, adolescentes e jovens, bem como organizações feministas, algumas com recorte também de raça/etnia. É possível perceber dois movimentos em relação a elas: as organizações feministas vêm se aproximando mais do público de crianças e adolescentes meninas, desconcentrando sua ação somente com as mulheres, ao tempo em que as organizações do campo da infância se aproximam da temática feminista e de gênero.

Em relação à idade, há maior concentração de experiências envolvendo adolescentes já na transição com juventude, no intervalo entre 15 e 18 anos. Já para crianças mais novas há poucas iniciativas, revelando um campo ainda a ser explorado pelas organizações.

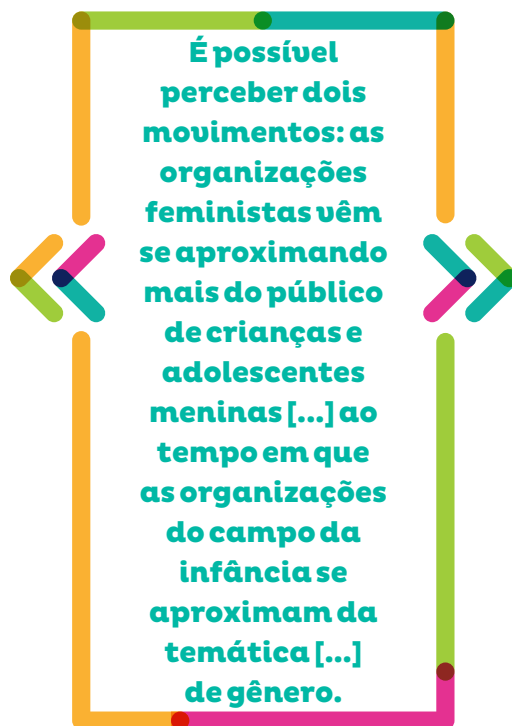
Muitas experiências, sobretudo ligadas a organizações feministas, trabalham somente com meninas. As do campo da infância geralmente atuam com públicos mistos.

Além do público infantojuvenil, algumas iniciativas envolvem atividades de capacitação e sensibilização do público adulto, sobretudo de educadores sociais e professores da rede pública. Em menor grau, há atividades que incluem profissionais da rede de proteção da criança e do adolescente e familiares.

TEMÁTICAS

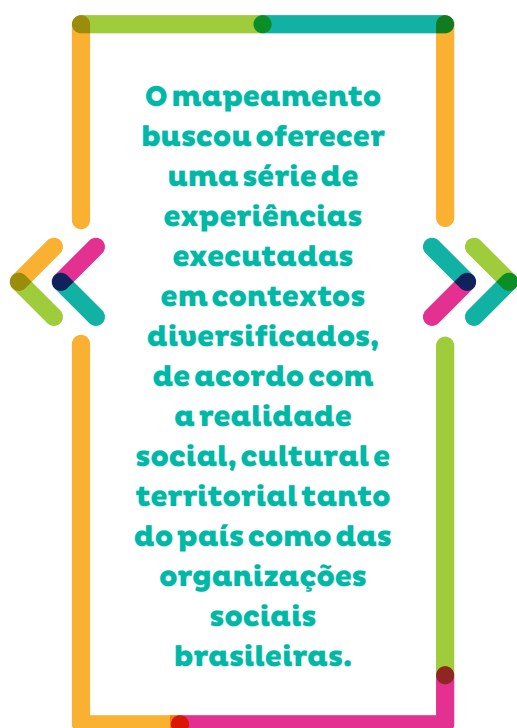
As temáticas abordadas abrangem questões como empoderamento, formação de lideranças e multiplicadoras, violências de gênero e enfrentamento ao machismo. Tais questões constituem temas específicos ou são transversalizados a outros, como cidadania e políticas públicas; prática esportiva, em especial o futebol; empreendedorismo; educação; arte, tecnologia e comunicação; saúde em geral, saúde sexual e reprodutiva e prevenção ao HIV/Aids.

As ações de atendimento direto são focadas em capacitação nos temas acima. Há ainda experiências que envolvem *advocacy*, com participação das meninas nas discussões sobre políticas públicas; mobilização, sobretudo com a realização de campanhas presenciais e/ou virtuais; articulação de redes, coletivos, comunidades e instituições.



EMPODERAMENTO
DE MENINAS
COMO INICIATIVAS BRASILEIRAS
ESTÃO AJUDANDO A GARANTIR A
IGUALDADE DE GÊNERO

Caderno de Boas Práticas



Capítulo 4

INICIATIVAS DE ORGANIZAÇÕES BRASILEIRAS PARA EMPÓDERAR MENINAS

Mapeamento de experiências referenciais.

LOCALIZAÇÃO

Algumas iniciativas têm escopo geográfico mais específico, ocorrendo em comunidades populares inseridas em capitais ou no interior. Outras realizam ações no estado onde estão localizadas ou mesmo em outros estados, por meio de parcerias locais. Há ainda experiências que possuem caráter nacional e algumas até internacional, feitas por meio de articulações e parcerias com instituições de outros países.

Grande parte das iniciativas é executada por organizações não governamentais ou grupos formais; somente uma pequena parte se refere a ações do poder público municipal.

METODOLOGIA E AVALIAÇÃO

As metodologias de trabalho são bastante diversas. Incluem arte-educação, educação comunicação³², Futebol 3 Tempos³³, debates temáticos, visitas educativas etc., utilizadas no formato de oficinas, módulos ou cursos mais extensos. Há também investimento em eventos formativos e mobilizadores, como encontros, seminários e audiências públicas, produção de pesquisas e materiais informativos e formativos.

Os processos de monitoramento e avaliação se mostraram desafiantes para grande parte das organizações. Algumas não possuem um sistema formalizado, contando apenas com observação e *feedbacks* aleatórios e informais. Dentre aquelas que possuem procedimento formal foi comum o uso de estratégias como construção de linha de base; levantamento de indicadores sociais, educacionais, econômicos, demográficos etc.; aplicação de questionários e realização de grupos focais com os participantes; reuniões de equipe; relatórios parciais e finais; e encontros presenciais de avaliação entre equipes e públicos apoiados.

O mapeamento buscou oferecer uma série de experiências executadas em contextos diversificados, de acordo com a realidade social, cultural e territorial tanto do país como das organizações sociais brasileiras. Espera-se que ele estimule outras instituições, profissionais, lideranças e ativistas a buscarem mais informações sobre os programas, projetos e ações aqui apresentados, bem como possibilite a ampliação dos contatos e da rede de parcerias do campo da infância e adolescência, das mulheres e de outros que atuam ou que desejam atuar com o tema de gênero e empoderamento de meninas.

32. A educação comunicação é um conjunto de ações inerentes à gestão de processos comunicativos de maneira democrática, interdiscursiva e dialógica na educação formal, não formal e informal.

33. Metodologia que envolve três tempos distintos do jogo: 1 - Discussão e construção das regras do jogo coletivamente, momento no qual diversos temas são lançados, estimulando-se o protagonismo e a negociação; 2 - Partida em si; e 3 - Avaliação ao final do jogo. Não há árbitro, mas um facilitador que ajuda na promoção do diálogo entre os jogadores e no fomento à discussão de temas.



Capítulo 5

BOAS PRÁTICAS: INSPIRAÇÃO PARA NOVAS INICIATIVAS

Aprofundamento de três
experiências mapeadas.



O que é importante para
uma menina ser feliz?

"TER LIVRE ARBITRIO."

Gabriela
18 anos, Brasília

Para inspirar as organizações e os profissionais a atuarem com o tema do empoderamento de meninas, esta seção apresenta três experiências de forma mais aprofundada. Sua seleção foi feita de maneira a garantir a diversidade, levando-se em conta os seguintes critérios:

- » Relevância do tema para a instituição e densidade de ações específicas sobre empoderamento de meninas, com a experiência da organização não governamental Plan International Brasil;
- » Atuação junto às faixas etárias mais novas, incluindo crianças e adolescentes até 14 anos, com o trabalho do Instituto Cores;
- » Ações feitas em parceria entre a sociedade civil e o poder público, com a iniciativa da Associação Renascer Mulher – Assorem e o Fundo Municipal para o Desenvolvimento Humano e Inclusão Educacional de Mulheres Afrodescendentes – Fiema, da Secretaria Municipal de Educação de Salvador.

MENINAS NO DEBATE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

EXPERIÊNCIA DA PLAN INTERNATIONAL BRASIL

Pioneira no Brasil em projetos voltados ao empoderamento de meninas, a Plan queria intensificar sua atuação a partir de uma compreensão nacional e ampla sobre a percepção das próprias meninas acerca da sua condição feminina e dos seus direitos. Para isso desenvolveu a pesquisa Por Ser Menina no Brasil: Crescendo entre Direitos e Violências, realizada em 2014 junto com a empresa Socializare.

A pesquisa lançou novos olhares sobre as meninas, evidenciando o empoderamento como questão chave para se avançar na construção do seu protagonismo e direito à expressão na sociedade. Nada de falar por elas, e sim de oportunizar espaços e condições para que elas mesmas digam o que querem, pensam e sentem.

Provocado pelos resultados da pesquisa e incentivado pela Plan, o governo do estado do Maranhão promoveu a I Conferência Estadual Livre das Meninas, em novembro de 2015, convocada pela Secretaria de Estado da Mulher e o Conselho Estadual da Mulher do Maranhão.

Primeiro evento dessa natureza até então realizado no país, reuniu 200 meninas entre 11 e 19 anos de diversas regiões maranhenses, que discutiram e aprovaram propostas em três eixos: educação, proteção contra violências e saúde sexual e reprodutiva.

A Plan, além de inspiradora para a realização da Conferência, deu apoio financeiro, técnico e programático para a sua viabilização e mobilizou meninas para a participação.

Ainda que sem caráter vinculante, a Conferência foi um marco político que evidenciou o sujeito menina junto ao poder público e a sociedade, além de propiciar um espaço peda-

Capítulo 5

BOAS PRÁTICAS: INSPIRAÇÃO PARA NOVAS INICIATIVAS

Aprofundamento de três experiências mapeadas.

gógico e de escuta para suas reivindicações, o que nem sempre é contemplado nas conferências de mulheres e da criança e do adolescente.

Foram realizadas nove etapas municipais preparatórias para a estadual, com reflexões sobre os principais problemas evidenciados pelas meninas; como o poder público, as organizações e os conselhos podem melhorar as ações voltadas para esse público; quais espaços de participação existem, como acessá-los e qualificá-los.

Ao final da conferência foi realizada a I Marcha Estadual das Meninas, que, após percorrer ruas do Centro Histórico de São Luís, fez a entrega simbólica das propostas e resoluções da Conferência para a prefeitura e o governo do estado.



Plan International Brasil

DO BRASIL PARA O MUNDO

Outra iniciativa da Plan foi o projeto Essa É Minha Vez, envolvendo a formação de meninas para incidir politicamente nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), aprovados em Assembleia Geral da ONU, ocorrida em Nova York em setembro de 2015 (leia mais na pág. 31). O projeto foi idealizado junto com parceiros globais e ocorreu de forma simultânea no Brasil, no Paquistão, no Quênia e nas Filipinas.

A carioca Luiza (17) e a maranhense Irlane (17), eleitas por suas pares do projeto, foram ao evento da ONU representando o Brasil, juntamente com outras sete meninas dos países acima. “Foi a primeira vez que as portas de uma reunião como esta foram abertas para os jovens e todas as autoridades se viraram para trás e olharam para as meninas”, conta Luiza. Para Irlane, a experiência também foi marcante: “Vi que mesmo em meio a tantas diferenças de culturas e costumes, enfrentamos [as meninas do mundo todo] em comum os mesmos problemas e temos a mesma força de vontade em mudar essa situação.”

As representantes das cinco regiões do Brasil redigiram a Declaração das Meninas³⁴, um documento contendo suas reivindicações para que fossem incorporadas ao Objetivo 5 dos ODS, que visa a alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

A Declaração foi resultado de um processo formativo promovido pela Plan junto a 100 meninas brasileiras que teve início meses antes da Assembleia. Para isso, foram realizados encontros sobre os ODS nas cinco regiões, representadas por uma unidade da Federação, reunindo em cada 20 meninas entre 14 e 19 anos.

O perfil buscou abranger a diversidade de grupamentos sociais e a dimensão territorial. No Pará (Norte) participaram meninas quilombolas; no Maranhão (Nordeste) de comunidades periféricas e de projetos da Plan; no Rio de Janeiro (Sudeste) moradoras de

EMPODERAMENTO
DE MENINAS
COMO INICIATIVAS BRASILEIRAS
ESTÃO AJUDANDO A GARANTIR A
IGUALDADE DE GÊNERO

Caderno de Boas Práticas

34. Para ler a Declaração completa acesse: <https://plan.org.br/declara%C3%A7%C3%A3o-das-meninas-do-brasil>



Capítulo 5

BOAS PRÁTICAS: INSPIRAÇÃO PARA NOVAS INICIATIVAS

Aprofundamento de três experiências mapeadas.

62

favelas; no Rio Grande do Sul (Sul) negras e de diversas classes sociais; e no Distrito Federal (Centro-Oeste) moradoras de regiões administrativas do entorno e em cumprimento de medidas socioeducativas em uma unidade de internação.

Os eventos abrangeram apoio ao desenvolvimento de habilidades de liderança e *advocacy* e a redação da Declaração das Meninas do Brasil, depois incorporada à Declaração global. As participantes ainda elegeram delegadas para formação de um grupo de *advocacy*, que participou de um Seminário em Brasília, em maio de 2015, para elaborar um plano de ação de incidência sobre os ODS e eleger as representantes que participaram do evento da ONU.

Suellen, de 20 anos, moradora de Porto Alegre, foi uma das participantes do evento na capital federal e demonstra o quão significativa a experiência foi para ela: “A viagem a Brasília foi um misto de experiências pra mim, principalmente por ter conhecido várias meni-

nas de outras regiões e saber o que realmente passam na vida delas, como elas agem pra vencer as batalhas do dia a dia e da diferença da região Sul pra região Norte (*sic*).”

E as meninas incidiram não apenas internacionalmente. No país, elas entregaram a Declaração das Meninas do Brasil para a presidenta Dilma Rousseff, em agosto de 2015, em São Luís, o que ajudou no agendamento do tema junto à delegação brasileira que participou da formulação dos ODS e da realização da Assembleia Geral da ONU em Nova York.

Para Luana, de 18 anos, residente em São Luís, a experiência do projeto foi um divisor de águas em sua vida: “Como o próprio nome já diz, Essa É Minha Vez é a porta que se abre para que eu possa fazer minha parte na luta por um mundo com direitos e igualdade para todos.”

Opinião semelhante tem Letícia, de 17 anos, do Rio de Janeiro: “Sinceramente, o projeto já mudou minha vida, me fez ter conhecimentos sobre assuntos que eu não pensava que um dia debateria.”

DESDOBRAMENTOS

Duas novas iniciativas dão continuidade a essas ações realizadas em 2015 pela Plan. Uma é o projeto Escola de Lideranças das Meninas, que ocorre ao longo de 2016, envolvendo a formação de 180 meninas entre 14 e 19 anos provenientes de seis municípios maranhenses nos quais a organização tem ação programática de forma permanente: São Luís, São José de Ribamar, Paço de Lumiar, Codó, Timbiras e Peritoró.

A metodologia inclui ciclos de oficinas sobre temas como políticas públicas, direitos, cidadania, *advocacy*, habilidades para a vida etc. Além disso, há promoção de eventos públicos e rodas de diálogo envolvendo as meninas, o poder público estadual e municipais, os

conselhos setoriais e os órgãos do Sistema de Garantia de Direitos. A ideia é que as meninas possam incidir diretamente junto aos atores desses órgãos para pautar suas questões.

Outra proposta na mesma linha programática e formativa é o projeto Plataforma das Meninas, que durante 18 meses capacita 200 meninas entre 14 e 19 anos de cinco unidades da Federação, uma de cada região: Maranhão, Rio Grande do Sul, São Paulo, Distrito Federal e Pará. A proposta é que as meninas possam acompanhar a implementação, por parte do governo brasileiro, do Objetivo 5 dos ODS. O projeto é executado em articulação com cinco organizações que atuam nos estados participantes e que já foram parceiras da Plan no projeto Essa É Minha Vez.

O resultado mais expressivo da Plan é o agendamento público do tema do empoderamento de meninas tanto na esfera governamental como midiática, repercutindo ainda junto à sociedade em geral. Todos os projetos contam com a liderança e a expressão das meninas, oportunizando-lhes o exercício do protagonismo e da autonomia.

Os impactos sobre o poder público podem ser aferidos tanto em nível local, com a I Conferência Livre das Meninas, no Maranhão, como nacional, com a Declaração das Meninas, entregue para a presidenta Dilma, e a pesquisa Por Ser Menina, lançada junto com a Secretaria de Direitos Humanos, e até internacional, com a sua participação no evento dos ODS.

Em nível midiático, são inúmeros os artigos e matérias que relatam as iniciativas e os dados gerados pelos projetos da Plan. O projeto Essa É Minha Vez, por exemplo, contou, entre 2015 e 2016, com 84 inserções em veículos de mídia impressos (revistas e jornais), eletrônicos (TVs e rádios) e digitais (sites e blogs).

DA BERMUDA AO FEMINISMO

EXPERIÊNCIA DA ESCOLA DE SER, PROJETO DO INSTITUTO CORES.

O cenário é uma sala de aula do Ensino Fundamental 1 de uma escola pública, na cidade de Rio Verde, interior de Goiás, no qual meninos e meninas estão uniformizados. A regra diz que a bermuda das meninas tem que ser no máximo um palmo acima do joelho. Mas a medida desse palmo é de quem? Das próprias crianças ou dos adultos? Aliás, por que mesmo essa regra? Elicleia, de 12 anos, foi uma das questionadoras: “Eu não entendo por que os meninos podem usar short curto na escola e no futebol e nós [meninas] não. Goiás é quente.”

Com esses questionamentos e muito incomodadas, algumas meninas levaram a situação para ser discutida na outra escola da qual participam no contraturno do ensino formal: a Escola de Ser. Trata-se de um projeto social executado pela organização não governamental Instituto Cores, com sede em Rio Verde, mas com atuação nacional, por meio das assessorias, consultorias e capacitações que realiza.

O Instituto é mantenedor do projeto há cerca de 5 anos, mas a Escola de Ser é mais antiga, somando quase 10 anos de experiência no que seus integrantes denominam

EMPODERAMENTO
DE MENINAS
COMO INICIATIVAS BRASILEIRAS
ESTÃO AJUDANDO A GARANTIR A
IGUALDADE DE GÊNERO

Caderno de Boas Práticas



educação democrática, inspirada na filosofia da Escola da Ponte, em Portugal, que se baseia na construção da autonomia e da autogestão dos estudantes, bem como no papel de mediador do professor, como pontos de partida fundamentais para a aquisição de conhecimento.

E é por conta dessa proposta que as meninas incomodadas com a questão das bermudas puderam abordar o tema, discutindo-o entre as 45 crianças e adolescentes de 6 a 14 anos que frequentam o espaço. Todos os participantes, em situação de vulnerabilidade social, chegaram à Escola do Ser por indicação dos serviços da Assistência Social ou, por vezes, por pessoas das comunidades do entorno.

A dinâmica acontece assim: todos os dias é feita uma assembleia, na chegada e na saída, momento no qual estudantes e educadores conversam sobre o processo educativo individual e coletivo, tomam decisões, resolvem conflitos e sugerem condutas.

Entre esses dois momentos os alunos participam de aulas que envolvem artes, línguas, sociedade e cultura, gênero e feminismo, dentre outros. Há também tempo para brincar, organizar e cuidar do espaço, com divisão de tarefas, como guardar brinquedos, arrumar os livros da biblioteca e lavar seus utensílios de lanche.

O tempo é gerido de forma autônoma por cada criança. Um grande quadro de tarefas fica pregado na parede e diariamente os alunos preenchem seus afazeres no espaço destinado com seus nomes. Também em espaço público e visível fica a chamada, para que cada um controle suas faltas e evite a perda de vaga, que acontece quando há três faltas não justificadas.

O currículo da Escola de Ser está centrado em temas como educação sexual, violência, relacionamentos entre pares e familiares, autonomia, identidade e empoderamento, todos demandados e aprovados pelos alunos. Gênero é um tema constante, seja de forma transversal nestas disciplinas, seja como abordagem específica. Tanto que há uma professora de feminismo e relações de gênero na equipe fixa do projeto.

PROPOSTA PEDAGÓGICA EM GÊNERO

Foi num desses momentos de assembleia que o questionamento das meninas sobre as bermudas entrou em pauta, como pano de fundo para a discussão mais profunda sobre relações de gênero. Elas também relataram outras inquietações a partir de vivências do cotidiano, como nem sempre poder jogar futebol na escola formal ou o medo de andarem sozinhas na rua por conta do assédio. “Tia, quando eu passo na rua os homens falam coisas muito feias para mim, e olha que eu só tenho 12 anos. Eu sou só uma criança”, incomoda-se Geovana.

Capítulo 5

BOAS PRÁTICAS: INSPIRAÇÃO PARA NOVAS INICIATIVAS

Aprofundamento de três experiências mapeadas.

O tema foi imediatamente acolhido e os educadores elaboraram uma proposta pedagógica mais aprofundada baseada em Habilidades para a Vida, um conjunto de estratégias comportamentais, cognitivas, emocionais e sociais para tratar os temas a partir de demandas do cotidiano. As habilidades incluem componentes como autoconhecimento, pensamento crítico, tomada de decisões, resolução de problemas, relações interpessoais, empatia, comunicação, lidar com as emoções e com o estresse.

Um dos recursos pedagógicos dentro dessa proposta foi a recontagem de contos de fadas, no qual o papel das princesas e dos príncipes foi colocado em análise e que trouxe resultados surpreendentes. Ao final da recontagem da história da Branca de Neve, por exemplo, eles responderam à seguinte indagação: “É correto uma princesa ser beijada enquanto dorme?” A resposta de Karol, de 9 anos, foi: “Não, porque ela não vai ter a opção de escolher ser beijada ou não, não vai saber o que está acontecendo e isso é um tipo de abuso (sic).”

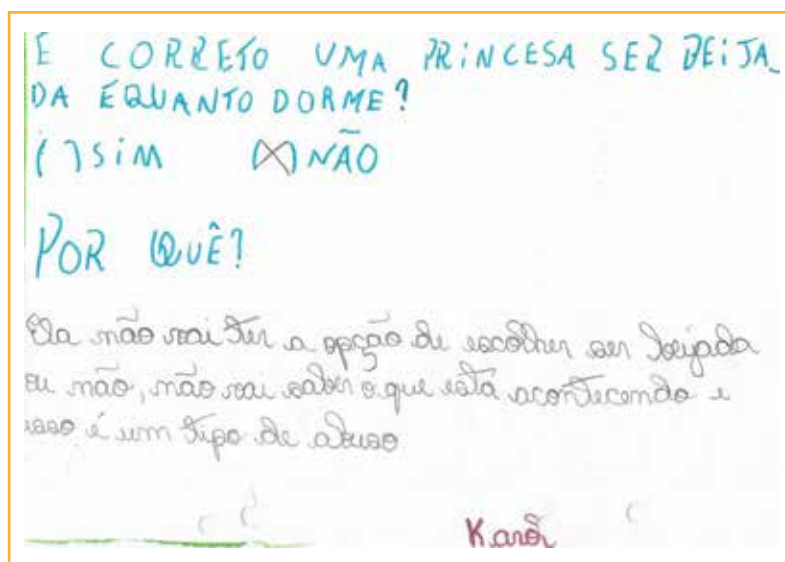
Já na recontagem de A Pequena Sereia, a reflexão da atividade era: “A Pequena Sereia trocou a vida no mar e a própria voz por um príncipe. Você já viu alguma mulher deixar de fazer alguma coisa por causa de um homem? O que?” Ao que Kaillany, de 12 anos, respondeu: “A minha mãe, que não pode usar uma roupa curta que meu padrasto não deixa. Ele tem ciúmes da roupa (sic).”

Outro recurso foi a apresentação e a discussão sobre o quadro *A Negra*, da pintora Tarsila do Amaral, no qual os alunos registraram suas impressões sobre a obra, demonstrando grande percepção sobre a condição da mulher negra no Brasil. “Vejo uma negra de seios grandes que mostra um pouco da escravidão dos negros e negras que eram obrigados a fazer o que não queriam e eram vistas como objeto sexual (sic)”, relatou Geovana, de 13 anos.

Depois, a situação da mulher retratada no quadro foi comparada aos dias de hoje com outra personagem, a GLOBELEZA da Rede Globo. “Apesar de serem anos e épocas diferentes a mulher negra ainda é exposta como objeto sexual (sic)”, criticou Laah, de 13 anos.

As aulas são mistas, ao tempo que buscam empoderar as meninas e sensibilizar os meninos. Todo o grupo é provocado a fazer reflexões, como na atividade que buscou desconstruir certos estereótipos de gênero por meio da elaboração de quadros nos quais meninas e meninos completavam a frase: *Nem toda menina... Nem todo menino*, argumentando sobre ações que poderiam desenvolver independentemente do gênero.

Karol, de 8 anos, demonstrou rever os papéis sociais atribuídos aos gêneros: “Os meninos podem brincar de boneca para aprenderem a cuidar dos filhos depois. Antes, os homens saíam para festejar, hoje precisam dividir as tarefas (sic).”



Como desdobramento o projeto realizou, em 2015, um evento na Universidade de Rio Verde, que fez parte da campanha da Plan intitulada Quanto Custa?, sobre violência sexual contra meninas, e que reuniu cerca de 400 pessoas, dentre elas os alunos da Escola de Ser. Outra iniciativa foi a elaboração e execução de um projeto com foco nos meninos, intitulado Já Falou para Seu Menino Hoje?, visando à educação de meninos para o fim da violência e a equidade de gênero.

O DEPOIS

Crianças e adolescentes participam de forma permanente do projeto até 14 anos e o limite máximo de entrada é 11 anos para, segundo a proposta, haver tempo de se desenvolverem. Entre 14 e 16 anos eles podem permanecer na escola em regime de monitoria até se encaixarem no mundo do trabalho, cuja prospecção de oportunidades o projeto também faz.

Como todo o processo é autogerido, a avaliação não é diferente. Bimestralmente cada aluno preenche seu Livro da Vida, contendo sua história de vida, seu cotidiano, suas relações e seus sentimentos. Os educadores também fazem avaliação semestral dos participantes a partir de indicadores como autonomia, participação e aprendizagem.

Um dos resultados da Escola de Ser é o seu reconhecimento público, por meio de inúmeros prêmios, como o Itaú UNICEF, na categoria Educação Integral, em 2013; o Criança, da Fundação Abrinq e da Save the Children, em 2014; e o Participação Infantil, do Instituto C&A, também em 2014.

Outro resultado relevante foi o aumento no número de denúncias, por parte das meninas participantes e das mães, sobre violência doméstica e assédio sexual nas escolas. Um desses casos de assédio, inclusive, contou com grande repercussão na mídia local e estadual. Todos foram registrados pelo projeto e encaminhados para órgãos como o Conselho Tutelar, o Conselho Municipal de Educação de Rio Verde e o Disque 100.

É possível perceber como as crianças e os adolescentes passaram a ter outra percepção sobre sexualidade e violência, como Maria Eduarda, de 7 anos, que orienta: “Se um homem quiser pegar as partes íntimas de uma garota ela deve dizer não. O corpo é dela!”

Capítulo 5

BOAS PRÁTICAS: INSPIRAÇÃO PARA NOVAS INICIATIVAS

Aprofundamento de três
experiências mapeadas.

CONSTRUINDO NOVOS PROJETOS DE VIDA

EXPERIÊNCIA DO HOJE MENINA, AMANHÃ MULHER, PROJETO DA ASSOREM APOIADO PELO FIEMA.

Em meados de 2001, quando a Assorem atuava com capacitação de mulheres no Subúrbio Ferroviário, região periférica populosa de Salvador, duas situações chamavam a atenção das educadoras: os casos de gravidez de meninas e a falta de oportunidades das mulheres para construir projetos de vida diferentes daqueles impostos pela exclusão e as vulnerabilidades a que eram submetidas.

Essa situação desafiante levou a organização a perceber que era preciso retroceder, atuando com meninas ainda na infância e adolescência, quando certas situações e condições ainda não estavam cristalizadas, favorecendo, assim, a prevenção e a construção de outros projetos de vida.

Dessa forma iniciou-se a trajetória de cerca de 15 anos da associação com o projeto Hoje Menina, Amanhã Mulher, junto a meninas entre 7 e 14 anos, todas moradoras do Subúrbio, majoritariamente afrodescendentes, estudantes de escola pública e em alto grau de vulnerabilidade.

O trabalho da Assorem é conhecido das redes de mulheres de Salvador, do qual o Fundo Municipal para o Desenvolvimento Humano e Inclusão Educacional de Mulheres Afrodescendentes (Fiema) também faz parte. E foi desse encontro nos espaços políticos da cidade que nasceu a possibilidade de atuação conjunta, com um incentivo por parte do UNICEF. Em 2014 ele promoveu o I Seminário Internacional de Empoderamento de Meninas (leia mais no Anexo), do qual o Fiema participou e saiu comprometido a atuar de forma mais intensa com o tema.

A parceria com a Assorem foi o primeiro passo. O segundo foi a ampliação do projeto Hoje Menina, Amanhã Mulher, utilizando uma metodologia já experimentada e validada. O Fiema se tornou parceiro técnico e apoiador e novos investimentos foram conquistados pela associação junto ao UNICEF, à Brazil Foundation e à Cese — Coordenadoria Ecumênica de Serviços.

Com isso, o projeto foi ampliado e passou do atendimento de 15 para 75 meninas, bem como aumentou a idade máxima das participantes de 14 para 17 anos. Entre 2014 e 2015 cinco bairros do Subúrbio foram contemplados: Boa Vista do Lobato, com ações na Escola Municipal Engenheiro Gilberto Pires; Periperi, na Comunidade Guerreira Zeferina; Estrada do Cabrito/Plataforma, no Kilombo Kioiô; Paripe/Tubarão, na organização Pérolas de Cristo; e Alto de Coutos.



Assorem

EMPODERAMENTO
DE MENINAS
COMO INICIATIVAS BRASILEIRAS
ESTÃO AJUDANDO A GARANTIR A
IGUALDADE DE GÊNERO

Caderno de Boas Práticas

Capítulo 5

BOAS PRÁTICAS: INSPIRAÇÃO PARA NOVAS INICIATIVAS

Aprofundamento de três
experiências mapeadas.

68

MOBILIZAÇÃO E FORMAÇÃO

Como ação de base comunitária, a iniciativa teve um processo contínuo de articulação junto a organizações, movimentos e lideranças dos cinco bairros. Esse trabalho foi feito por meio das mobilizadoras locais, voluntárias do projeto que eram também participantes dos movimentos de mulheres.

Além de conhecerem o ambiente no qual as ações ocorriam, as mobilizadoras tinham proximidade com as famílias e as meninas, apoiando o seu encaminhamento para a rede de proteção dos direitos da criança e do adolescente caso houvesse necessidade. Para isso, a rede de proteção também foi mobilizada, por meio de visitas, reuniões e encontros de sensibilização sobre o tema.

A metodologia teve como fio condutor a construção do projeto de vida de cada participante, a partir do contato com outras histórias positivas, nas quais as pessoas conseguiram tecer novos caminhos que não envolviam a violência e as violações, situação muito presente na vida das meninas com esse perfil.

Uma das alunas, de 12 anos, moradora da comunidade de Tubarão, estabeleceu dentro do seu projeto de vida: “Eu quero mesmo é estudar para ajudar minha mãe; ela é sofredora.”

As ferramentas pedagógicas incluíram: orientação psicossocial, de forma individualizada e em grupo; oficinas de construção de projetos de vida; oficinas temáticas sobre cidadania e direitos humanos; oficinas de música, teatro e dança; e atividades de integração.

As oficinas foram ministradas por profissionais de áreas diversas, durante 2 dias da semana, no contraturno escolar. As meninas participaram ainda de visitas a espaços culturais de Salvador, como forma de exercerem seu direito à cidade. E, como ação de intervenção comunitária, criaram e apresentaram uma pequena peça teatral em escolas dos cinco bairros envolvidos no trabalho.

NOVAS LIDERANÇAS

Dois eventos tiveram destaque no projeto. Um foi I Seminário de Empoderamento de Meninas Soteropolitanas, realizado no final de 2015, do qual a Assorem foi parceira. O evento foi promovido pelo Fiema e reuniu cerca de 60 crianças e adolescentes meninas, num processo de formação, empoderamento e socialização. O seminário promoveu palestras, apresentações culturais e oficinas de dança, grafite e teatro.

Outro evento foi o Encontro de Empoderamento de Lideranças Juvenis Femininas, ocorrido na fase de culminância e avaliação, no início de 2016. Identificadas com maior perfil de liderança, 21 meninas das cinco comunidades participaram do evento, que teve o objetivo de ampliar sua formação e estimular para que atuem em rede, como desdobramento da iniciativa.

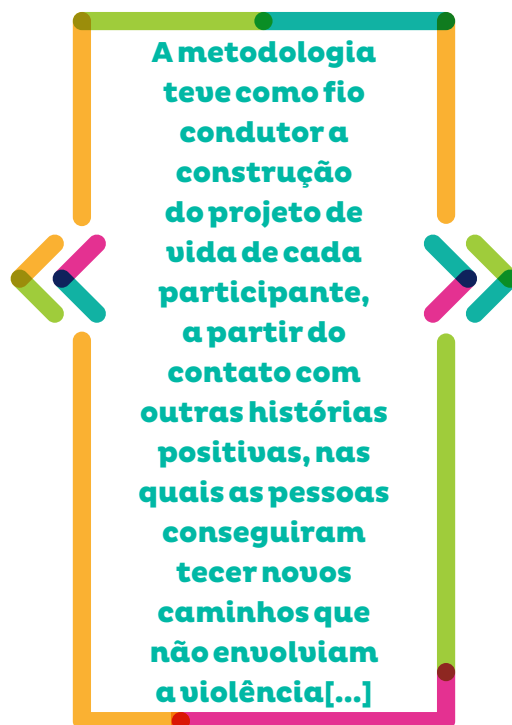
Aliás, esse pode ser considerado o resultado mais expressivo do projeto, pois permitiu a construção da autonomia e do protagonismo das meninas, de forma com que possam dar seguimento às ações por meio de uma agenda de trabalho a partir de 2016. A ideia

é que elas liderem as próprias iniciativas para a sensibilização e a mobilização de outras meninas, mas contando com o suporte da Assorem.

Para uma aluna de 13 anos, moradora de Alto de Coutos, sua percepção sobre o território mudou após o projeto: “Minha maior vontade é poder viver aqui em paz, sem ver a polícia invadindo este lugar e agredindo inocentes.” Opinião compartilhada por uma colega do projeto: “Eu tinha vergonha de dizer que moro aqui [no Subúrbio Ferroviário], mas agora sei que não devo esconder, pois aqui é o lugar onde vivo e gosto, tenho que me orgulhar, com todas as dificuldades que temos.”

Outras demonstraram maior conhecimento sobre as violências de gênero, como uma menina de 11 anos, moradora de Periperi, afirma: “Minha alegria é que minha mãe não sofra mais violência.” A resposta é sugerida pela colega: “Agora entendo que devemos nos juntar para conseguir garantir o que queremos.”

O projeto Hoje Menina, Amanhã Mulher encerrou seu ciclo no início de 2016 e está prospectando sua ampliação num novo formato. A ideia é que as escolas municipais da rede pública de Salvador incorporem a metodologia e a desenvolvam nos seus projetos pedagógicos. Com isso, espera-se atender mais meninas e mais comunidades. A Assorem continua articulando parcerias para a continuidade do projeto e o Fiema está buscando o apoio da Secretaria Municipal de Educação para contribuir na execução dessa nova fase.



**A metodologia
teve como fio
condutor a
construção
do projeto de
vida de cada
participante,
a partir do
contato com
outras histórias
positivas, nas
quais as pessoas
conseguiram
tecer novos
caminhos que
não envolviam
a violência[...]**

EMPODERAMENTO
DE MENINAS
COMO INICIATIVAS BRASILEIRAS
ESTÃO AJUDANDO A GARANTIR A
IGUALDADE DE GÊNERO

Caderno de Boas Práticas



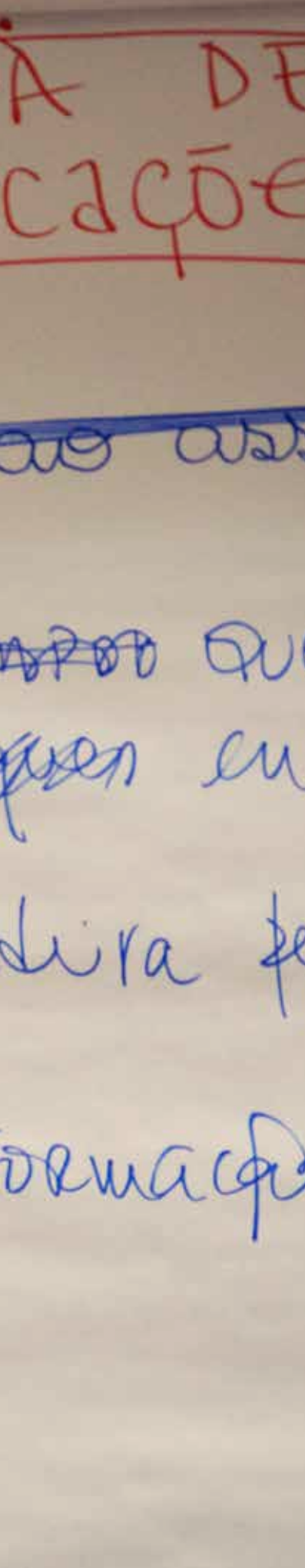
AGENDA Reivindi

1. ~~Introdução~~

~~ser~~

1. PAUTAR ~~o~~
gênero nos C
Redes como ban

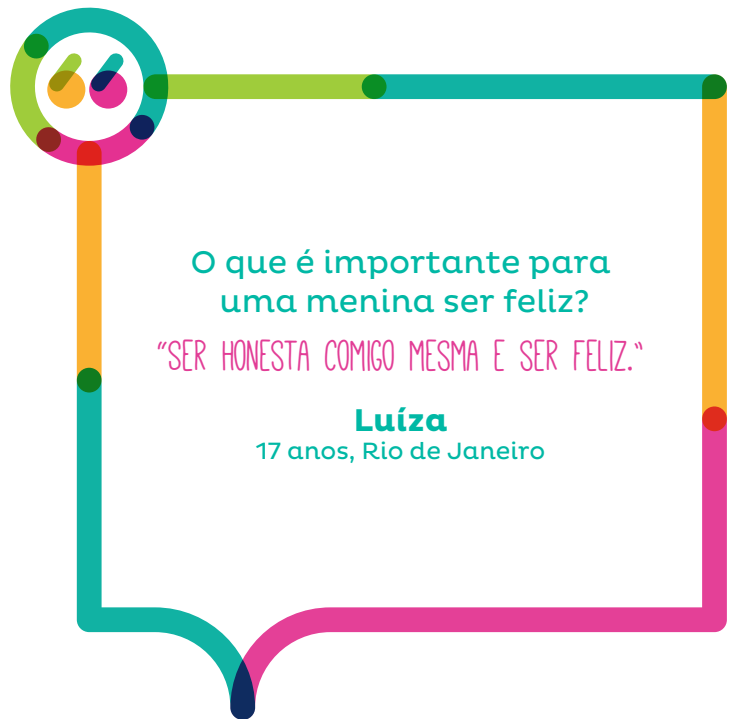
2. Encontro de f
mulheres.

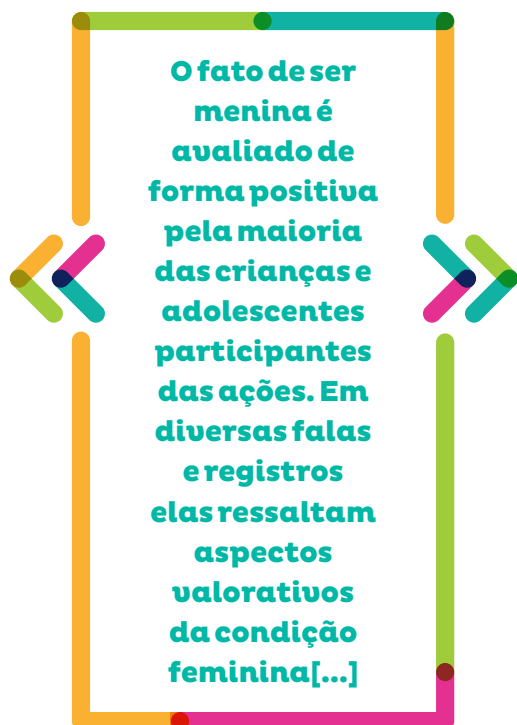


Capítulo 6

A VOZ DAS MENINAS: O QUE ELAS PENSAM E REIVINDICAM?

Opiniões de diversas partes do país.





Capítulo 6

A VOZ DAS MENINAS: O QUE ELAS PENSAM E REIVINDICAM?

Opiniões de diversas
partes do país.

72

O que pensam as meninas sobre sua condição feminina e seus direitos? Empoderar só faz sentido com a expressão do próprio sujeito. Este capítulo reúne as opiniões e as reivindicações de crianças e de adolescentes meninas que participaram de três ações com foco em questões de gênero³⁵.

No II Seminário Internacional de Empoderamento de Meninas, do UNICEF, elas elencaram uma série de elementos necessários para as políticas públicas e para a criação de uma cultura de participação e de liderança de meninas, reunidos no documento Agenda de Reivindicações (saiba mais na página 47).

Já no projeto da Plan intitulado Essa É Minha Vez, as participantes definiram três áreas prioritárias para investimento público: saúde, proteção e educação e profissionalização, sistematizadas no documento Declaração das Meninas do Brasil.

Ainda pela Plan, em parceria com a empresa Socializare e com apoio do INDICA, a pesquisa Por Ser Menina no Brasil: Crescendo entre Direitos e Violências ouviu a opinião de crianças e adolescentes de várias partes do Brasil sobre diversas questões envolvendo sua condição de meninas.

Vale ressaltar que outras experiências relatadas no *Caderno Boas Práticas* também contemplam a voz das meninas. Porém, as três acima foram elencadas por já terem consolidado e publicado resultados específicos com a opinião delas.

“EU AMO SER MENINA.”

O fato de ser menina é avaliado de forma positiva pela maioria das crianças e adolescentes participantes das ações. Em diversas falas e registros elas ressaltam aspectos valorativos da condição feminina e expressam orgulho por serem mulheres.

Essa visão indica que, a despeito das desigualdades, a autoestima das meninas é significativa, o que pode potencializar iniciativas do campo público e social para o seu empoderamento.

“Eu tenho orgulho por ser menina.” “É ser amiga, é ser legal, é ser solidária e companheira.” Frases como essas ilustram o sentimento das meninas em relação a si mesmas e foram constantes nas três iniciativas.

Elas elencaram vários atributos sobre o “lado bom” de ser garota, relacionados a comportamento, qualidades, valores, relações afetivo-amorosas, estética feminina e brincadeiras, tais como: dedicada, sensível, corajosa, carinhosa, amiga, bonita, charmosa etc.

Aliada ao aspecto positivo de ser menina está a noção sobre seus direitos, que, elas alertam, precisam ser garantidos e respeitados. As participantes de todas as ações questionam e muitas vezes não aceitam as desigualdades entre meninas e meninos.

“Para mim, ser adolescente menina, hoje em dia, é ter respeito e consideração, porque não é só com meninos que tem que respeitar, as meninas também têm os seus próprios direitos (*sic*)”, argumenta uma das meninas.

35. As três ações referenciadas neste capítulo estão registradas na bibliografia. As falas em aspas nos intertítulos e no corpo do texto foram retiradas das três publicações descritas no texto e utilizadas de forma a generalizar o tópico em análise, portanto, sem identificação de cada fonte específica.

No entanto, chama a atenção o fato de que, apesar dessa percepção de direitos, nem sempre elas sabem as formas de garanti-los e as leis que os regem. Na pesquisa Por Ser Menina, quase 80% das meninas desconheciam instrumentos legais de proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes e a existência dos órgãos que formam o Sistema de Garantia de Direitos. Somente o Conselho Tutelar foi reconhecido por 70% das participantes.

“EI, EI, VOCÊ AÍ, VOCÊ PODE ME OUVIR!”

Em todas as ações outra questão evidente é a demanda das meninas para que sejam ouvidas. Elas reivindicam a existência de espaços, metodologias e iniciativas que favoreçam sua expressão e seu protagonismo. Querem que sua realidade, seus desejos e suas necessidades sejam conhecidos e reconhecidos.

O espaço eleito é o âmbito político-participativo, tais como secretarias, conselhos, fóruns de direitos, dentre outros. Mas não no papel de figurantes e sim no de lideranças capazes de refletir sobre as questões feministas envolvendo crianças e adolescentes. Por isso, sugerem encontros de formação, a fim de se qualificar e atuar como mobilizadoras, encorajando outras meninas a também ocupar a esfera pública.

Na pauta, priorizam temas como direito sexual e reprodutivo, acesso à informação, combate à violência sexual, garantia de políticas de educação, profissionalização, saúde, esporte, trabalho etc.

“QUEREMOS UMA ESCOLA QUE NOS PREPARE PARA A VIDA EM CONDIÇÕES IGUAIS AOS MENINOS.”

A violência no ambiente escolar, expresso no *bullying*, no preconceito e na discriminação, figura como fonte de preocupação das meninas, que em todos os documentos ressaltam esse aspecto de forma urgente.

Também demonstram preocupação com o trajeto e o transporte escolar, reivindicando a existência de escolas mais próximas de suas comunidades e transporte seguro e de fácil acesso.

Para enfrentar a violência indicam a priorização nas escolas por programas de proteção e de prevenção capazes de favorecer uma cultura de paz e de respeito às diferenças. Também gostariam que ela fosse um espaço para a reflexão sobre as questões de gênero, promovendo práticas pedagógicas em favor da igualdade.

Mas a escola também é espaço de afeto e de consideração, tanto que desejam que seja segura, bonita e acolhedora. Um exemplo é seu alto grau de valorização relatado na pesquisa Por Ser Menina no Brasil, na qual 81% das participantes afirmaram gostar de ir à escola e outros 81% disseram se sentir bem quando estão lá.

EMPODERAMENTO
DE MENINAS
COMO INICIATIVAS BRASILEIRAS
ESTÃO AJUDANDO A GARANTIR A
IGUALDADE DE GÊNERO

Caderno de Boas Práticas



Capítulo 6

A VOZ DAS MENINAS: O QUE ELAS PENSAM E REIVINDICAM?

Opiniões de diversas
partes do país.

“PELO DIREITO DE VIVER SEM MEDO.”

A proteção contra as violências aparece como demanda não só na escola, mas também em todas as dimensões de suas vidas. As meninas salientam a importância de que as instituições públicas atuantes na defesa da mulher sejam fortalecidas e que possam também atender às suas necessidades. Já para aquelas voltadas para os direitos da infância e da adolescência, recomendam que o enfoque de gênero seja priorizado.

Segundo elas, o reconhecimento das especificidades de gênero é importante para a qualidade do atendimento prestado pelos órgãos de proteção e de segurança pública. E indicam alguns espaços e ferramentas de relacionamento que podem facilitar sua atuação, como ouvidorias e aplicativos de celular para que possam enviar mensagens de denúncia ou perguntas.

Dentre as formas de violência que mais as preocupam estão o tráfico e a comercialização de meninas, o assédio em todas as suas formas e espaços de ocorrência, a violência sexual e os riscos no trajeto para a escola.

Outra questão que salientam é que os serviços de defesa e de proteção, quando da investigação de crimes e condução de processos penais, evitem a revitimização daquelas que já sofreram violências. Hoje, as vítimas de violência acabam tendo que relatar e reviver as situações sofridas diversas vezes e em muitas fases do processo penal, o que as fragiliza ainda mais.

“QUEREMOS QUE EXISTAM PROGRAMAS DE SAÚDE QUE RECONHEÇAM NOSSAS ESPECIFICIDADES DE MENINAS.”

O olhar de gênero nas políticas públicas de saúde é outra demanda das meninas. Mesmo considerando a política universal para todo cidadão/ã, elas avaliam que é preciso um enfoque direcionado para que os profissionais reconheçam suas especificidades e promovam melhor atendimento.

A transição entre a infância e a adolescência e as questões que emergem na saúde física e psicológica a partir dessa mudança de ciclo são relatadas por algumas delas como algo desafiante e que precisa de cuidado. Por isso a demanda por um atendimento mais preparado e que respeite seus direitos.

Elas sugerem a criação e/ou o fortalecimento de programas de promoção e de prevenção da saúde, humanização no atendimento, acesso às informações de saúde específicas para o público de meninas e maior investimento em iniciativas voltadas para garantir seus direitos sexuais e reprodutivos.

Destacam ainda ações educativas e informativas acerca do HIV/Aids como forma de diminuir o preconceito e que todas as políticas de saúde cheguem para as meninas da cidade, da periferia, do campo, da floresta e demais territórios.

“MENINAS UNIDAS PELO RESPEITO AO SER HUMANO.”

Questões transversais a gênero, como raça, etnia, deficiência, procedência regional etc. também aparecem como foco de atenção das meninas. Ao tempo em que valorizam a diversidade, reivindicam que ela seja contemplada nas políticas públicas.

Elas reconhecem que muitas vezes determinadas condições as tornam mais vulneráveis e que, por isso, as políticas devem ser não só universais, mas também específicas para atender a alguns públicos.

A questão da diversidade ganha destaque para elas quando se discute mídia. As participantes avaliam que determinados estereótipos e preconceitos ganham reforço pela mídia e pelas redes sociais e que é necessário investimento também nesse campo. Para isso, sugerem monitoramento de veículos e ações que promovam a construção de outra imagem da mulher nos meios de comunicação.

Entender a opinião das meninas, suas reflexões, desejos, angústias e necessidades é um ponto de partida para iniciativas de empoderamento e para as políticas públicas. Suas falas, apesar de não terem a pretensão de generalizações, apontam elementos que indicam como sentem e pensam as meninas na contemporaneidade.

A frase a seguir demonstra a autoestima e a noção de direitos como elementos centrais nesse processo: “As meninas são a chave para toda a solução sustentável, e não será possível progredir sem elas!”

O que querem as meninas brasileiras

Principais pontos reivindicados pelas meninas participantes de ações do UNICEF, da Plan e da pesquisa Por Ser Menina.

Participação e escuta

- » Ser ouvidas em todas as instâncias – família, escola, mídia, serviços públicos etc.
- » Ter seus direitos respeitados e sua condição feminina considerada pelos serviços públicos.
- » Ter espaços e mecanismos que favoreçam a expressão da sua voz e o exercício do protagonismo.
- » Participar de ações de formação de lideranças e multiplicadoras em questões de gênero.

EMPODERAMENTO
DE MENINAS
COMO INICIATIVAS BRASILEIRAS
ESTÃO AJUDANDO A GARANTIR A
IGUALDADE DE GÊNERO

Caderno de Boas Práticas



Capítulo 6

A VOZ DAS MENINAS: O QUE ELAS PENSAM E REIVINDICAM?

Opiniões de diversas
partes do país.

Educação

- » Priorizar um ambiente escolar seguro e acolhedor.
- » Melhorar o transporte escolar e oferta de mais escolas nas comunidades, facilitando assim seu deslocamento.
- » Criar/fortalecer programas pedagógicos voltados para a promoção dos direitos e prevenção das violências.
- » Elaborar e executar práticas pedagógicas em favor da igualdade de gênero.

Proteção

- » Fortalecer os órgãos de atendimento à mulher para que possam atender também as meninas.
- » Priorizar, por parte dos órgãos da infância e adolescência, o enfoque de gênero, tornando seu atendimento mais sensível à questão.
- » Intensificar o combate ao tráfico e comercialização de meninas, bem como do assédio e outras formas de violência sexual.
- » Estruturar propostas para se evitar a revitimização das meninas que sofreram violência sexual quando da investigação dos crimes e condução dos processos penais.

Saúde

- » Contar com atendimento nos serviços de saúde mais preparado e com foco nas questões de gênero.
- » Fortalecer e/ou ampliar os programas de promoção e prevenção da saúde.
- » Elaborar informações em saúde específicas para o público de meninas.
- » Investir em iniciativas para a garantia dos seus direitos sexuais e reprodutivos.
- » Ter mais ações educativas e informativas sobre HIV/Aids.

Mídia

- » Monitorar a cobertura dos veículos de comunicação de massa e de propaganda sobre como as meninas/mulheres são retratadas.
- » Promover ações junto à mídia para incentivar a construção de uma imagem mais propositiva e responsiva das meninas/mulheres.





shutterstock

Conclusões

RECOMENDAÇÕES PARA A PROMOÇÃO DO EMPODERAMENTO DE MENINAS



APRENDI QUE EU POSSO FAZER O QUE EU
QUISER, QUE POSSO ME SENTIR LIVRE, QUE
SOU CAPAZ DE FAZER AS COISAS QUE
EU ACHAVA QUE NÃO SERIA CAPAZ.

Lívia

13 anos, Sorocaba

O *Caderno de Boas Práticas: Empoderamento de meninas - Como iniciativas brasileiras estão ajudando a garantir a igualdade de gênero* significou um passo importante nas discussões sobre gênero e meninas no Brasil, abrindo espaço para reflexões, críticas, informações e contatos acerca do tema.

Mesmo com tempo exíguo para a realização do mapeamento, apresentou um panorama diversificado de experiências executadas por organizações sociais e públicas que podem despertar a curiosidade e o interesse por parte de outros atores sociais, inspirando-os a olhar para essa temática com mais atenção e prioridade.

Decerto que a universalidade dos direitos é uma conquista histórica e social importante. No entanto, ela deve vir acompanhada de recortes capazes de contemplar a diversidade não somente de condições, mas também de contingente populacional. Estamos falando de 30 milhões de meninas que precisam ser consideradas a partir da sua condição feminina e todas as conquistas e os desafios que isso acarreta.

O *Caderno de Boas Práticas* evidenciou o quanto o tema é novo, demandando muitos esforços relativos a conceitos, metodologias e práticas que têm sido experimentados de forma ainda inicial por diversas organizações. Integrar o olhar sobre gênero e geração parece ser o desafio para uma atuação mais holística junto às meninas no Brasil.

Em face do trabalho realizado, algumas considerações podem ser apresentadas:

- » Ampliação dos projetos existentes e criação de novos, de maneira a experimentar e validar formatos e metodologias, bem como criar um cenário mais fortalecido no tema.
- » Maior apropriação da temática de gênero por parte do movimento da infância e da adolescência, bem como maior apropriação do público de crianças e adolescentes meninas nas iniciativas do movimento de mulheres.
- » Formulação de projetos e políticas públicas que trabalhem a intersetorialidade entre gênero e raça/etnia, levando-se em conta a situação de vulnerabilidade e de exclusão das meninas afrodescendentes.
- » *Advocacy* junto ao poder público nas três esferas para que o tema ganhe relevância e seja concretizado de forma direta e/ou transversal nos programas, projetos, ações e serviços públicos.
- » Formulação de ações, projetos, programas e/ou políticas públicas participativas, nas quais haja escuta e diálogo efetivo junto às meninas e as organizações que atuam com o tema.
- » Desenvolvimento de metodologias para atuação junto às meninas de até 14 anos, cujas experiências ainda são poucas.
- » Investimento em formação de lideranças e multiplicadoras meninas como forma de expansão da sua atuação e de ocupação do espaço público.
- » Fomento à realização de mais estudos e pesquisas acadêmicos com o recorte de gênero e meninas nas diversas áreas do conhecimento, incluindo o uso das tecnologias da informação e da comunicação para expressão, denúncia, e/ou militância sobre o enfrentamento ao machismo e às violências de gênero.

Conclusões

RECOMENDAÇÕES
PARA A PROMOÇÃO
DO EMPODERAMENTO
DE MENINAS

» Incentivo para a criação e/ou o fortalecimento de organizações formais ou informais geridas pelas próprias meninas, de forma que possam experimentar situações concretas de liderança, autonomia e participação.

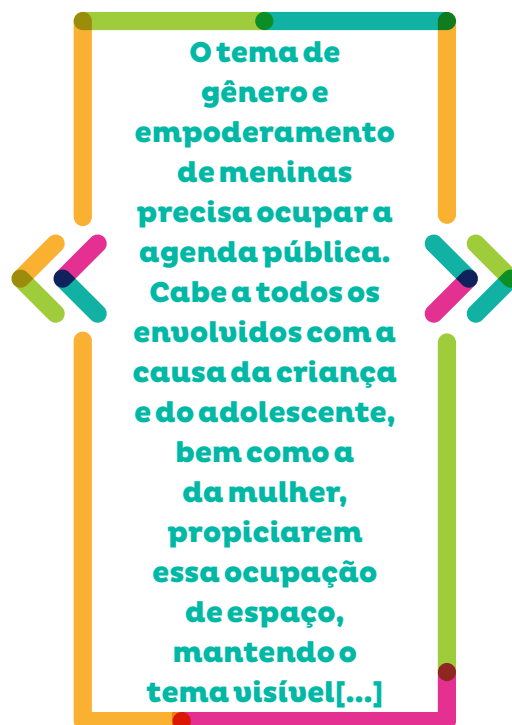
A pesquisa mostrou como maior conhecimento sobre sua condição feminina e sobre seus direitos pode contribuir para o empoderamento das meninas. Essa é uma demanda que precisa ser dimensionada e atendida pelas organizações sociais e públicas.

Também evidenciou a necessidade de maior sinergia entre as organizações da área da infância e da mulher, a fim de que o tema ganhe relevância e as experiências sejam fortalecidas, aumentando sua condição de impacto tanto na vida das meninas como na sociedade e nas políticas públicas.

Para os governos o desafio não é menor, até mesmo porque o Brasil precisa dar respostas concretas para o cumprimento do Objetivo 5 de Desenvolvimento Sustentável (ODS), sobretudo na meta 5.c, que trata de políticas públicas e legislação que promovam o empoderamento das meninas. No prazo de 15 anos dos ODS é possível construir, experimentar, validar, disseminar e fortalecer a perspectiva de gênero e meninas nas políticas, desde que isso seja incorporado como prioridade por todas as pastas e níveis de governo.

O tema de gênero e empoderamento de meninas precisa ocupar a agenda pública. Cabe a todos os envolvidos com a causa da criança e do adolescente, bem como a da mulher, propiciarem essa ocupação de espaço, mantendo o tema visível, vivo e destacado para que se consolide como política pública e como prática social.

As desigualdades de gênero só poderão ser enfrentadas de forma mais ampla a partir da inclusão das meninas nessa agenda, oportunizando-lhes outro lugar no debate, mais incluso, participativo e protagonista. Afinal, promover o empoderamento das meninas é bom para a equidade de gênero.



EMPODERAMENTO
DE MENINAS
COMO INICIATIVAS BRASILEIRAS
ESTÃO AJUDANDO A GARANTIR A
IGUALDADE DE GÊNERO

Caderno de Boas Práticas

BIBLIOGRAFIA

ANDREUCCI, A. C. P. T.; TEIXEIRA, C. N. Informação e educação para a cidadania: forças motrizes no empoderamento da mulher e concretização da igualdade de gênero no Brasil. *Revista DIREITO MACKENZIE*, v. 5, n. 1, p. 53-66, 2011.

ALTMAN, H.; AYOB, E.; AMARAL, S. C. F. Gênero na prática docente em Educação física: “meninas não Gostam de suar, meninos são habilidosos ao jogar”? *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 19(2): 336, maio-agosto, 2011.

ARENDT, Hannah. *As Origens do Totalitarismo*, trad. Roberto Raposo, Rio de Janeiro, 1979.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. 3ª reimpressão. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; Apresentação de Celso Lafer. Nova ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM DADOS E ESTATÍSTICAS. Disponível em <http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/fndca/fasciculo_fndca_cade_br_2011.pdf>. Acesso em 29 de novembro de 2015

DISQUE DIREITOS HUMANOS. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/noticias/2015/fevereiro/ministra-ideli-salvatti-incentiva-populacao-a-denunciar-casos-de-violacoes-de-direitos-humanos-pelo-disque100>>. Acesso em 15 de outubro de 2015.

FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL. Disponível em: <<http://www.fnpeti.org.br/noticia/1001-numeros-do-trabalho-infantil-domestico-no-brasil-preocupam.html>>. Acesso em 15 de outubro de 2015

IZOTON, R. Trabalhando as relações de gênero na Educação Infantil: uma contribuição das práticas de Filosofia e Ciências Sociais. *Revista Café com Sociologia*, v. 4, n. 2, 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/140327_notatecnicadiest11.pdf>. Acesso em 15 de outubro de 2015

MADEIRA, F. R (Org.). *Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.

MELO, E. I. O feminismo não morreu: as Riots Grrrls em São Paulo. *Revista Ártemis*, v. XV, n. 1, p. 161-178, jan-jul, 2013.

OLIVEIRA, C. dos S. *As adolescentes negras no discurso da revista Atrevida*. Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: 2009.

PESSOA, J. S.A., O caso Malala e o Talibã: um estudo acerca do conflito entre a luta pela educação feminina e a tradição cultural-religiosa do fundamentalismo islâmico. XI Colóquio Nacional Representações de Gênero e Sexualidades, 03 a 05 de junho de 2015, Campina Grande, PB.

Plan International Brasil. *Declaração das meninas do Brasil*. Brasília: 2015. Disponível em: <<https://plan.org.br/declara%C3%A7%C3%A3o-das-meninas-do-brasil>>.

PRETTO, Z.; LAGO, M. C. DE S. Reflexões sobre infância e gênero a partir de publicações em revistas feministas brasileiras. *Revista Ártemis*, v. XV, n. 1, p. 56-71, jan-jul, 2013.

SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu* (16) 2001: pp. 115-136

SAFFIOTI, H. I. B. No fio da navalha: violência contra crianças e adolescentes no Brasil atual. In: MADEIRA, F. R (Org.). Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.

SACRAMENTO, D. B. do; LIMA, M. B. Identidade e mídia: ser negro/as em revistas. Anais do IV Fórum Identidades e alteridades: Educação e Relações Etnicorraciais. UFS, Itabaiana/SE, 10 a 12 de nov. de 2010.

SANTOS, D. B.; SILVA, R. C. Sexualidade e normas de gênero em revistas para adolescentes brasileiros. *Saúde Soc. São Paulo*, v. 17, n. 2, p. 22-34, 2008.

SANTOS, B. R.; SILVA, O. F.; BARBIERI, P. Por ser menina: Percepções, Expectativas, Discriminações, Barreiras, Violências baseadas em Gênero e Habilidades para a vida das meninas de 6 a 14 anos nas cinco regiões do Brasil. Plan International Brasil. Brasília: maio/2014.

THINK OLGA. 2015: o ano do feminismo na internet. Disponível em: <<http://http://thinkolga.com/tag/feminismo/>>. Acesso em 12 de janeiro de 2016.

TRAVERSO-YÉPES, M. A.; PINEIRO, V. DE S. Socialização de gênero e adolescência. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 13(1): 216, janeiro-abril/2005.

UNICEF. Empoderamento de meninas. Brasília: abril/2015, v. 2. Disponível em: <<http://www.unicef.org.br/>>

Normativas nacionais e internacionais

Convenção sobre os Direitos da Criança. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm>. Acesso em 17 de outubro de 2015.

Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher. Disponível em: <http://compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/08/SPM2006_CEDAW_portugues.pdf>. Acesso em 17 de outubro de 2015.

Década Internacional de Afrodescendentes. Disponível em: <http://decada-afro-onu.org/plan-action.shtml>>. Acesso em 21 de junho de 2016.

Declaração de Pequim. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2014/02/declaracao_pequim.pdf>. Acesso em 17 de outubro de 2015.

Declaração Universal dos Direitos da Criança. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/c_a/lex41.htm>. Acesso em 17 de outubro de 2015.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/Docs/TransformandoNossoMundo.pdf>>. Acesso em 22 de outubro de 2015.

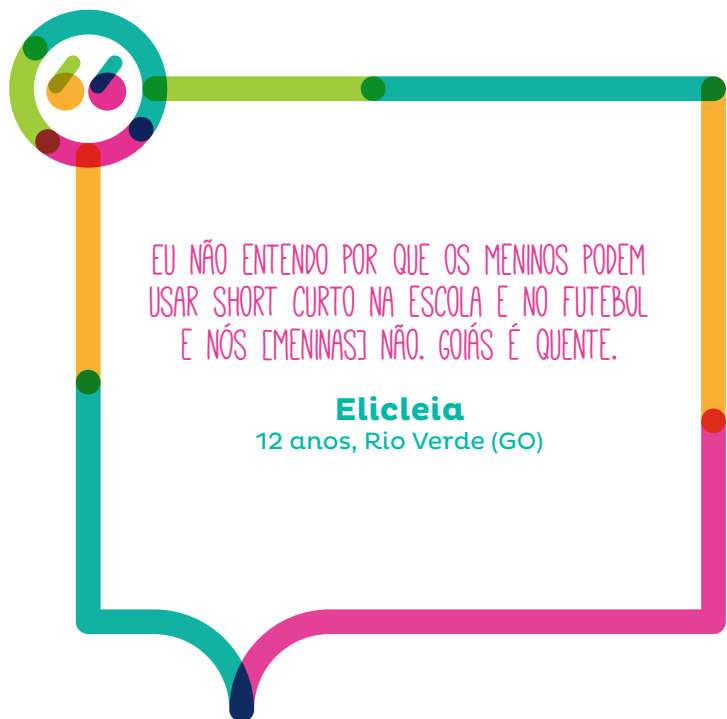
Plano Decenal dos Direitos da Criança e Adolescente. Conselho Nacional da Criança e do Adolescente. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/download/plano_decenal_conanda.pdf>. Acesso em 17 de outubro de 2015.



Anexo

CATÁLOGO DE BOAS PRÁTICAS

Ficha Técnica com breves
informações sobre as
experiências mapeadas.





Quem?

Associação Cultural de Mulheres Negras – Acmun

O QUE: Organização social fundada em 1994 em Porto Alegre que tem como principal objetivo a valorização da população negra, em especial das mulheres negras, com o desenvolvimento de atividades voltadas para o combate à discriminação de gênero, raça e etnia.

DESTAQUE: Projeto de capacitação de meninas e de ação comunitária, tendo como temas norteadores saúde sexual e reprodutiva, prevenção ao HIV/Aids e questões como autoestima, empoderamento e gênero.

COM QUEM: 12 adolescentes meninas entre 13 e 17 anos na primeira edição e dez adolescentes meninas entre 11 e 17 anos na segunda edição.

QUANDO: 2007 (1ª edição) e 2010 (2ª edição).

ONDE: Bairro Restinga (1ª edição) e bairro Lomba do Pinheiro (2ª edição), ambos na periferia de Porto Alegre.

PARCEIROS: Organizações e lideranças sociais locais.

COMO: Na primeira edição, promoção de oficinas de dança, visitas educativas, palestras, produção e disseminação de material preventivo sobre HIV/Aids e ação educativa durante o Carnaval. Na segunda edição, realização de oficinas de artesanato, dança, gênero, raça, autoestima e saúde. A metodologia do projeto abrangeu contato e articulação com lideranças e redes sociais comunitárias, seleção das participantes e execução das capacitações por especialistas e parceiros de outras organizações sociais.

RESULTADOS: Maior interesse pelos estudos por parte das meninas, com o término do Ensino Básico e ingresso de algumas no Ensino Superior. Além disso, o projeto permitiu a ampliação do público participante da Acmun, sempre mais focado nas mulheres adultas.

CONTATO: www.acmun.org.br

Anexo

CATÁLOGO DE BOAS PRÁTICAS

Ficha Técnica com
breves informações
sobre as experiências
mapeadas.



Quem?

Associação Renascer Mulher – Assorem

O QUE: Organização social de mulheres oriundas do Subúrbio Ferroviário, região popular de Salvador, que tem como objetivo contribuir para transformar meninas e mulheres em cidadãs atuantes e buscar melhorias para a sua qualidade de vida e independência financeira, além de promover a igualdade de direitos para todas.

DESTAQUE: Projeto Hoje Menina, Amanhã Mulher, de capacitação e empoderamento de meninas, envolvendo discussões sobre cidadania, direitos, enfrentamento às violências, gênero e protagonismo.

COM QUEM: 75 crianças e adolescentes meninas entre 7 e 17 anos em situação de vulnerabilidade social.

QUANDO: 2014 a 2016.

ONDE: Bairros Periperi, Estrada do Cabrito, Boa Vista do Lobato, Fazenda Coutos, Coutos, Paripe/Tubarão, todos localizados no Subúrbio Ferroviário, em Salvador.

PARCEIROS: Fundo Municipal para o Desenvolvimento Humano e Inclusão Educacional de Mulheres Afrodescendentes (Fie-ma) da Secretaria Municipal de Educação de Salvador, como parceiro técnico; Rede de Mulheres do Subúrbio, como parceiro executor; UNICEF, Brazil Foundation e Coordenadoria Ecumênica de Serviços (Cese), como parceiros financiadores.

COMO: Realização de oficinas no contraturno escolar envolvendo os temas: cidadania e direitos, projeto de vida, gênero e raça, empreendedorismo e liderança, além de arte-educação, com expressão corporal, dança, música e teatro. As atividades ocorreram em espaços das comunidades, por meio de parcerias com escolas, associações de moradores etc.

O projeto promoveu ainda um Encontro de Empoderamento de Lideranças Juvenis Femininas, no qual 21 participantes, identificadas durante os trabalhos desenvolvidos entre 2014 e 2015 e com mais perfil de liderança, foram capacitadas para atuarem em rede e elaborarem propostas de intervenção e multiplicação nas comunidades.

RESULTADOS: Estruturação do grupo de lideranças juvenis, que construiu uma agenda de trabalho para 2016, com o objetivo de desenvolver ações voltadas para a garantia dos direitos e o empoderamento das meninas.

CONTATO: www.assorem.org.br

EMPODERAMENTO
DE MENINAS
COMO INICIATIVAS BRASILEIRAS
ESTÃO AJUDANDO A GARANTIR A
IGUALDADE DE GÊNERO

Caderno de Boas Práticas



Quem?

Blogueiras Negras Teen

O QUE: Projeto de produção midiática voltado para crianças e adolescentes negras, prioritariamente meninas, construído a partir da experiência do Blogueiras Negras, site que reúne mulheres negras para trocarem vivências e reflexões.

DESTAQUE: Criação de um blog para postagem de produtos midiáticos produzidos prioritariamente por crianças e adolescentes sobre diversos temas, em especial o protagonismo e o empoderamento de meninas negras.

COM QUEM: Crianças e adolescentes até 18 anos, sobretudo meninas, mas também há espaço para a produção dos meninos e eventualmente de adultos.

QUANDO: A partir de 2015.

ONDE: Nacional.

PARCEIROS: Coletivos e organizações sociais de adolescentes, jovens e mulheres; facilitadoras voluntárias.

COMO: Por meio das mulheres participantes do Blogueiras Negras, muitas delas mães, é feito um trabalho de convocação e fomento para a produção das crianças e adolescentes. Dez facilitadoras cuidam da administração do site, da edição dos materiais, do diálogo com as autoras e, eventualmente, produzem peças. Com linguagem multimídia, envolvendo texto (matérias, entrevistas), poesia, fotografia, vídeo, música etc., as participantes abordam temas como feminismo, sexismo, racismo, empoderamento, comportamento, estética, cultura, moda, beleza etc.

Todo o material editado, antes de ser postado, é discutido com as autoras, num trabalho de diálogo e troca. As mães e/ou familiares, bem como educadores de projetos sociais e professores de escolas públicas, fazem parte do público adulto com o papel de mediação junto às crianças e adolescentes e se responsabilizam no caso de divulgação de imagens e outras questões relativas à proteção desse público.

RESULTADOS: Maior estímulo para a geração de conteúdos produzidos principalmente por professoras e profissionais de Educação, a fim de abordar o racismo e o cuidado com as meninas e adolescentes. Oficialmente conta com 3.800 seguidores no Facebook e mais de 50 mil acessos por mês. Recebe muitos *feedbacks* de educadoras e mães das crianças envolvidas, atestando os bons resultados.

CONTATO: www.bnteen.com.br

Anexo

CATÁLOGO DE BOAS PRÁTICAS

Ficha Técnica com
breves informações
sobre as experiências
mapeadas.



Quem?

Casa da Mulher Trabalhadora – Camtra

O QUE: Fundada em 1997, é uma organização feminista sem fins lucrativos que tem como missão ir ao encontro de outras mulheres com a perspectiva de colaborar para a promoção de seus direitos e para o fortalecimento de sua autonomia, tendo em vista a construção de uma sociedade justa e igualitária.

DESTAQUE: Três projetos executados pelo Núcleo de Mulheres Jovens da organização, composto por meninas e mulheres de 14 a 29 anos, nas áreas de formação, arte e comunicação.

Projeto de Comunicação:

COM QUEM: Cerca de 15 participantes do Núcleo de Mulheres Jovens na coordenação, envolvendo ações diretas e indiretas junto a meninas e mulheres do Rio de Janeiro e de abrangência nacional.

QUANDO: 2015 e 2016

ONDE: Nacional.

PARCEIRO: Elas Fundo de Investimento Social.

COMO: Execução do projeto Juventude e Arte para Qualquer Parte, envolvendo a capacitação de mulheres jovens e a elaboração de uma campanha de mobilização social sobre violência contra as mulheres intitulada Não Me Cale, Nem Me Culpe. #merespeitaae. A campanha, difundida nas redes sociais, contou com uma série de peças de comunicação, como vídeos, música e panfletos, elaborados pelas próprias jovens em ações educativas. A etapa seguinte (inclui 2016) envolve a disseminação da campanha em outros contextos, como escolas.

Projeto de Formação:

COM QUEM: Cerca de 15 participantes do Núcleo de Mulheres Jovens no desenvolvimento do projeto, envolvendo ações diretas junto a outras adolescentes e jovens do Rio de Janeiro.

QUANDO: Contínuo.

ONDE: Rio de Janeiro.

PARCEIROS: Sem especificação, depende do ano de realização do curso.

COMO: Realização de curso de capacitação de adolescentes e jovens mulheres em temas de gênero e outros. O curso é anual e durante três dias de imersão são realizadas atividades como dinâmicas e discussões temáticas. Além disso, ele gera um calendário de atividades de multiplicação e reuniões de formação com as participantes ao longo do ano. É utilizada a metodo-

EMPODERAMENTO
DE MENINAS
COMO INICIATIVAS BRASILEIRAS
ESTÃO AJUDANDO A GARANTIR A
IGUALDADE DE GÊNERO

Caderno de Boas Práticas

logia de formação “de jovem para jovem”, na qual as próprias participantes se apropriam dos conteúdos e repassam para as outras em ações multiplicadoras, assim como colaboram na execução do curso seguinte, buscando-se ampliar e fortalecer a rede do Núcleo de Mulheres Jovens.

Projeto de Arte:

COM QUEM: Cerca de 15 participantes do Núcleo de Mulheres Jovens na coordenação, envolvendo ações diretas junto a outras 100 adolescentes e jovens multiplicadoras e ações indiretas em nível nacional.

QUANDO: 2016 e 2017

ONDE: Baixada Fluminense e Rio de Janeiro.

PARCEIROS: DKA Áustria. O projeto também foi o único escolhido no Brasil e um dos 33 aprovados em todo o mundo pelo Fundo Fiduciário da ONU Mulheres.

COMO: Envolve arte, escuta e percepção de mulheres jovens de 14 a 29 anos, com a capacitação de multiplicadoras em questões de gênero e sexualidade, violência contra as mulheres, direitos das mulheres, ações de intervenção social e artística (elaboração de peças em diversas linguagens, participação em festivais e intervenções nas comunidades de origem das jovens) e disseminação da metodologia. Esta é baseada também na formação “de jovem para jovem”.

RESULTADOS: Foram ao todo 226 jovens multiplicadoras formadas em seis edições do curso, originando a construção de duas campanhas: Vaza Malandragem! Do Meu Corpo, dos Meus Sonhos Cuido Eu! (enfrentamento ao tráfico humano e à exploração sexual de meninas e mulheres) e Não Me Cale, Nem Me Culpe. #merespeitaee (enfrentamento a violência contra as mulheres). Houve aumento de informação e fortalecimento de mulheres jovens de diversas regiões do estado do Rio de Janeiro para lidar com questões de violências e discriminações e para se inserir ou construir outros espaços de atuação, como coletivos, associações e movimentos sociais, sempre em busca da defesa dos direitos das mulheres.

CONTATO: www.camtra.org.br

Anexo

CATÁLOGO DE BOAS PRÁTICAS

Ficha Técnica com
breves informações
sobre as experiências
mapeadas.



Quem?

Comissão de Estudos sobre Violência de Gênero da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná (OAB/PR)

O QUE: Comissão instalada pela OAB do Paraná em 2013, formada por advogadas e consultores de áreas diversas, que desenvolve ações com enfoque transversal e multidisciplinar em temas de gênero. A violência contra a mulher é um dos temas prioritários.

DESTAQUE: Projeto intitulado Jovens Multiplicadoras de Cidadania – JMCs, inspirado em experiência semelhante já executada pela organização não governamental Themis – Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero, como uma das ações do projeto Promotoras Legais Populares.

COM QUEM: 29 adolescentes meninas entre 14 e 18 anos, estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental ou da 1ª série do Ensino Médio em escola pública.

QUANDO: 2015 e 2016.

ONDE: Estado do Paraná, com projeto piloto realizado no município de São José dos Pinhais, Região Metropolitana de Curitiba.

PARCEIROS: Secretaria Estadual de Educação do Paraná.

COMO: Capacitação das adolescentes tendo o feminismo como fio condutor que ligou seis módulos: autoconhecimento, organização do Estado brasileiro, garantia de direitos nas relações familiares, direitos sexuais e reprodutivos, gênero e produção de violências e elaboração de projeto de atuação política. As formações foram realizadas duas vezes por semana durante dois meses e cada tema contou com a participação de um especialista voluntário convidado.

Houve ainda visitas a espaços públicos e elaboração de ações de multiplicação por parte das adolescentes, em locais e formatos escolhidos por elas. A fase piloto foi executada em 2015 e em 2016 ocorre o acompanhamento das ações de multiplicação e a prospecção para desdobramento do projeto em outros municípios e regiões do Paraná.

RESULTADOS: Reconhecimento de todas as meninas como feministas, independentemente de suas crenças. Houve ainda maior consciência sobre seus direitos, sobre violência e sobre saúde sexual e reprodutiva. As participantes se expressam melhor e têm tido uma postura mais crítica e positiva consigo mesmas, com suas famílias, com a comunidade escolar e com a sociedade local.

CONTATO: www.oabpr.org.br/comissoes

EMPODERAMENTO
DE MENINAS
COMO INICIATIVAS BRASILEIRAS
ESTÃO AJUDANDO A GARANTIR A
IGUALDADE DE GÊNERO

Caderno de Boas Práticas



Quem?

Elas Fundo de Investimento Social

O QUE: Único fundo brasileiro de investimento social voltado exclusivamente para a promoção dos direitos de mulheres jovens (incluindo adolescentes) e adultas no Brasil. Fundado em 2000, visa a fortalecer e promover o protagonismo, a liderança e os direitos desse público, mobilizando e investindo recursos em suas iniciativas.

DESTAQUE: Apoio a mais de 330 grupos femininos em todo o país, por meio de 20 concursos de projetos e o investimento de R\$ 7,4 milhões em doações. O apoio é realizado em sete áreas temáticas e por grupamentos sociais específicos.

COM QUEM: Mulheres jovens (incluindo adolescentes) e adultas ligadas a organizações sociais formais e informais, coletivos, redes e movimentos diversos.

QUANDO: Contínuo.

ONDE: Nacional.

PARCEIROS: Organizações públicas e privadas nacionais e internacionais diversas apoiadoras de projetos e atividades.

COMO: O investimento nas iniciativas é feito por meio da metodologia de concursos públicos para a seleção de projetos, incentivo à troca de experiências e ao conhecimento entre os grupos participantes e monitoramento das ações. Os concursos são feitos nas áreas temáticas de: fim da violência; autonomia econômica, empreendedorismo e fim da pobreza; saúde e direitos sexuais e reprodutivos; cultura, comunicação, arte e esportes; equidade étnica e racial; meio ambiente justo e sustentável.

A seleção dos projetos é baseada no anonimato, para evitar favoritismos. Um comitê formado por membros do Conselho do Fundo e especialistas nos temas analisa e aprova os projetos. Critérios como viabilidade, inovação, distribuição territorial e menor acesso a recursos são utilizados. O foco é nas iniciativas e não nas instituições, o que amplia a possibilidade de participação de grupos informais ou com menos estrutura. Todos os grupos recebem capacitações e participam de encontros presenciais periódicos.

O 20º concurso de projetos, lançado no segundo semestre de 2015 e intitulado Elas nas Exatas, apoiou dez iniciativas realizadas com alunas do Ensino Médio de escolas públicas, voltadas ao estímulo para que as meninas se envolvessem com as ciências exatas e tecnológicas. O projeto contou com a parceria do Instituto Unibanco e da Fundação Carlos Chagas.

RESULTADOS: Estabelecimento de 47 novas parcerias com órgãos públicos (prefeituras, câmaras, secretarias e conselhos), por parte das mulheres participantes do concurso de projetos Fundo Fale Sem Medo. Foram 21.346 beneficiárias de todo o país, abrangendo 77 municípios de 22 estados das cinco regiões, no tema de combate à violência contra a mulher e o conhecimento e a aplicação da Lei Maria da Penha. Além das parcerias, elas ajudaram a impulsionar as Conferências Municipais de Políticas para Mulheres. Outro resultado de destaque foi a incidência política das mulheres representantes de nove sindicatos de trabalhadoras domésticas para a aprovação e a regulamentação da PEC das Domésticas (Lei 150/2015), que beneficiou mais de 7 milhões de trabalhadoras. As beneficiárias foram apoiadas por meio do projeto Pelos Direitos das Trabalhadoras Domésticas do Brasil, que visou a fortalecer institucionalmente os sindicatos e a mobilizar e garantir apoio político para os direitos da categoria.

CONTATO: www.fundosocialelas.org

Anexo

CATÁLOGO DE BOAS PRÁTICAS

Ficha Técnica com
breves informações
sobre as experiências
mapeadas.



Quem?

Fundação Eprocad

O QUE: Organização social criada em 1985, inicialmente como projeto social na área de esporte, em Santana de Parnaíba, na Grande São Paulo, tornou-se fundação a partir de 1994 e em 2001 ampliou e consolidou sua missão de contribuir para a inclusão social de crianças, adolescentes e suas famílias por meio do esporte, da educação e da cultura, possibilitando autonomia de participação na sociedade.

DESTAQUE: Projeto na área de esporte junto a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e estudantes de escolas públicas, com destaque para a inclusão das meninas e abordagem sobre gênero, violência e empoderamento como parte da metodologia.

COM QUEM: 550 crianças e adolescentes de 6 a 17 anos, em turmas mistas de meninas e meninos; profissionais e estudantes de Educação Física.

QUANDO: Contínuo.

ONDE: Santana de Parnaíba e Salto de Pirapora, Região Metropolitana de São Paulo.

PARCEIROS: Prefeituras participantes e captação de parceiros por meio de leis de incentivos ao esporte em nível nacional e estadual e fundos da infância.

COMO: Capacitação em atividades esportivas, em especial o futebol, além de culturais e educacionais. Utilizando a metodologia Futebol 3 Tempos, o facilitador ajuda na promoção do diálogo entre os jogadores e no fomento à discussão de temas, com destaque para as questões de gênero e a participação das meninas num esporte historicamente masculino como é o futebol. Outras modalidades, como ginástica, judô e atletismo, são oferecidas, todas fazendo uso da mesma metodologia. A organização realiza ainda oficinas de capacitação e eventos voltados para profissionais e estudantes de Educação Física. Com 30 anos de existência, a Fundação utiliza há quase 10 anos a metodologia Futebol 3 Tempos. A Eprocad já foi uma das ganhadoras do Prêmio Petrobras de Esporte Educacional, na categoria Terceiro Setor. É membro da Rede de Esporte pela Mudança Social, da Rede streetfootballworld e da Comunidade de Aprendizagem de Futebol para o Desenvolvimento.

RESULTADOS: O trabalho da Eprocad e a utilização da metodologia Futebol 3 Tempos vem sendo reconhecido nacional e internacionalmente por órgãos como a Petrobras, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a FIFA, com quem a organização desenvolve ações de parceira desde 2007, por meio do Programa Football For Hope, beneficiando mais de 3 mil crianças e adolescentes de Santana de Parnaíba e região.

CONTATO: www.eprocad.org.br

EMPODERAMENTO
DE MENINAS
COMO INICIATIVAS BRASILEIRAS
ESTÃO AJUDANDO A GARANTIR A
IGUALDADE DE GÊNERO

Caderno de Boas Práticas



Quem?

Girls Rock Camp Brasil

O QUE: Acampamento musical de férias, exclusivo para meninas, cuja missão é empoderar e promover a autoestima de meninas e mulheres por meio da educação musical, da criatividade, do pensamento crítico e da colaboração.

DESTAQUE: Pioneiro na América Latina, o acampamento brasileiro é inspirado numa aliança, hoje internacional, envolvendo outros acampamentos que teve início nos Estados Unidos no começo da década 2000.

COM QUEM: 60 meninas de 7 a 17 anos a cada edição do acampamento.

QUANDO: Contínuo, já tendo sido realizadas quatro edições.

ONDE: Sorocaba (SP), onde funciona a sede do acampamento, mas as participantes são de diversas partes do Brasil.

PARCEIROS: Famílias das participantes, músicos, parceiros de captações pontuais e voluntárias.

COMO: Durante cinco dias, nas férias de janeiro, as meninas montam suas bandas, com nome e logomarca, criam uma canção autoral e a apresentam no encerramento do acampamento. A metodologia é a do aprender pelo fazer. Assim, desde o primeiro dia elas já têm contato com o instrumento de sua escolha, que pode ser guitarra, bateria, teclado ou baixo. Há ainda aquelas que escolhem o canto. O aprendizado de música é acompanhado por oficinas de composição musical, imagem e identidade, expressão corporal, autodefesa, fanzine³⁶, técnicas de estêncil e serigrafia, skate e grafite (estas duas últimas oferecidas à parte).

São oferecidas 50 vagas pagas e dez bolsas para estudantes de escolas públicas. A seleção é feita pelo preenchimento das vagas disponíveis. O acampamento funciona apenas durante o dia. Todas as profissionais são mulheres e voluntárias, que atuam como instrutoras musicais, produtoras das bandas e nas áreas de logística, secretaria e registro. O Girls Camp Rock pretende ampliar a experiência para outros países da América Latina e realizar, ainda em 2016, uma edição do acampamento para mulheres acima de 21 anos.

RESULTADOS: Maior envolvimento e mobilização da comunidade local e de pessoas de diversas regiões do país e até internacionalmente, numa experiência e metodologia pioneiras para o empoderamento das meninas por meio da música. As participantes expandem seus horizontes culturais, fortalecem sua autoestima, desenvolvem suas potencialidades, estimulam sua criatividade, comunicação e espontaneidade, numa atividade ao mesmo tempo divertida e questionadora que possibilita a quebra de preconceitos de gênero, de barreiras e de limites impostos às meninas.

CONTATO: www.girlsrockcampbrasil.org

Anexo

CATÁLOGO DE BOAS PRÁTICAS

Ficha Técnica com
breves informações
sobre as experiências
mapeadas.



Quem? Instituto Cores

O QUE: Organização social que atua na defesa dos direitos da criança e do adolescente, com ênfase na educação sexual como prevenção primária da violência sexual, por meio de quatro eixos: comunicação em sexualidade, consultoria e projetos, pesquisa e formação profissional.

DESTAQUE: Execução do projeto Escola de Ser, que propõe uma educação baseada na construção da autonomia e do empoderamento dos estudantes, com destaque para iniciativas pedagógicas voltadas para as discussões de gênero.

COM QUEM: 45 crianças e adolescentes entre 7 a 14 anos em situação de vulnerabilidade social, que podem permanecer na instituição por até 7 anos.

QUANDO: Contínuo.

ONDE: Rio Verde (GO), para as ações de atendimento direto; nacional para as ações de multiplicação e difusão.

PARCEIROS: Organizações sociais privadas e públicas; empresas.

COMO: A Escola de Ser funciona como um laboratório onde são experimentadas e validadas metodologias educacionais, depois disseminadas para outras organizações. O currículo e a dinâmica escolar são definidos pelos próprios estudantes, num processo de autogestão e de discussão coletivas. A demanda pelos temas de gênero e de empoderamento das meninas partiu dos próprios participantes, em especial das meninas. Assim, foram elaborados recursos metodológicos voltados para o enfrentamento ao sexismo e o fomento à equidade de gênero.

Eles incluíram oficinas de recontagem dos contos de fadas a partir de uma perspectiva protagonista das princesas; discussão sobre mulheres com papel de destaque nas ciências e nas artes; reflexão sobre músicas e propagandas com meninas e mulheres em situação desfavorável e estereotipada etc. Além disso, a escola investe em práticas como estímulo ao uso de brinquedos sem distinção dicotômica de gênero e divisão igualitária das tarefas de limpeza do espaço.

RESULTADOS: Aumento do número de denúncias, por parte das meninas participantes e das mães, sobre casos de violência doméstica, bem como de assédio sexual nas escolas, todos registrados pelo projeto e encaminhados aos órgãos competentes. A metodologia e a ação com foco em gênero motivaram a criação de outro projeto, intitulado Já Falou para Seu Menino Hoje?, voltado para a educação de meninos, visando a promover uma sociedade menos violenta e com equidade de gênero.

CONTATOS: www.institutocores.org.br e www.escoladeser.org.br

EMPODERAMENTO
DE MENINAS
COMO INICIATIVAS BRASILEIRAS
ESTÃO AJUDANDO A GARANTIR A
IGUALDADE DE GÊNERO

Caderno de Boas Práticas



Quem?

Instituto Internacional para o Desenvolvimento da Cidadania – IIDAC

O QUE: Organização brasileira de caráter internacional fundada em 1998 que tem como missão apoiar e assessorar governos, a sociedade civil organizada e agências internacionais de desenvolvimento na realização de seus mandatos e na construção de políticas públicas nos países membros das Nações Unidas, tendo como foco prioritário os direitos de crianças, adolescentes e jovens.

DESTAQUE: Três projetos envolvendo empoderamento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, sobretudo meninas, nas áreas de esporte, inserção socioproductiva e lideranças sociais.

Projeto de Esporte:

COM QUEM: Mil crianças e adolescentes entre 8 e 14 anos em atendimento direto, sendo 56% compostos por meninas e 11 mil em atendimento indireto; 150 professores da rede pública de ensino.

QUANDO: Entre 2016 e 2020.

ONDE: Três Lagoas e oito municípios do entorno, em Mato Grosso do Sul.

PARCEIROS: Petrobras, Instituto Esporte Educação – IEE, escolas públicas e poder público dos municípios participantes.

COMO: Atendimento direto em atividades esportivas como remo, esgrima, canoagem, esportes de quadra etc. As discussões sobre as regras dos jogos em todas as modalidades são um dos momentos chave para a abordagem das questões de gênero, de violência de gênero, de liderança e de protagonismo. As famílias participam por meio de um Conselho Gestor do projeto e de reuniões periódicas. A iniciativa também envolve a capacitação, em encontros mensais, de professores da rede pública, no tema esporte inclusivo e equidade. Cada professor deve acompanhar 50 estudantes a fim de colocar em prática o aprendizado.

Projeto de Inserção Socioproductiva:

COM QUEM: 80 adolescentes de 16 a 18 anos em atendimento direto, sendo 75% destes meninas, na etapa piloto do projeto, e 1.200 até o final da iniciativa.

QUANDO: Entre 2015 e 2018.

ONDE: Salvador e Camaçari, na Bahia.

Anexo

CATÁLOGO DE BOAS PRÁTICAS

Ficha Técnica com
breves informações
sobre as experiências
mapeadas.

PARCEIROS: União Europeia, Plan International Brasil, Secretaria Estadual de Direitos Humanos da Bahia, prefeituras das cidades participantes, organizações sociais, empresas, Sistema S, sindicatos de empregadores e de trabalhadores.

COMO: O trabalho ocorre em quatro etapas: 1 – Formação básica inicial, com 80 horas para o tema habilidades para a vida (conjunto de estratégias pedagógicas para abordar as questões do cotidiano) e 60 horas para discussões sobre gênero; 2 – Formação técnica para o mundo do trabalho; 3 – *Mentoring*: 15 jovens, sendo dez meninas e cinco meninos que atuem ou já tenham atuando em projetos sociais, estão sendo capacitados para acompanhar os adolescentes em formação, atuando como seus mentores; 4 – Criação de comitês de gênero nas empresas participantes, a fim de que o tema seja incorporado de forma mais permanente. Na última fase ocorre ainda a prospecção de vagas e a inserção dos adolescentes, buscando-se diversas possibilidades, tais como Lei da Aprendizagem, parcerias com o Sistema S, vagas para estágios, monitorias e primeiro emprego em organizações públicas e privadas etc.

Projeto de Lideranças Sociais:

COM QUEM: Cerca de 60 adolescentes meninas, participantes ou líderes de projetos sociais, reunidas em 30 grupos com atuação em rede.

QUANDO: 2014 a 2016.

ONDE: Nacional.

PARCEIROS: UNICEF, organizações sociais e públicas dos estados e municípios de origem das meninas.

COMO: Formação nos temas de gênero, empoderamento e liderança, acompanhamento e apoio aos grupos. Após um processo de formação, debate e encontros em 2014 e 2015, os grupos elaboraram projetos de intervenção social em seus espaços de vivência, atualmente (em 2016) acompanhados e apoiados pelo IIDAC.

CONTATO: www.iidac.org.br

EMPODERAMENTO
DE MENINAS
COMO INICIATIVAS BRASILEIRAS
ESTÃO AJUDANDO A GARANTIR A
IGUALDADE DE GÊNERO

Caderno de Boas Práticas



Quem?

Plan International Brasil

O QUE: Organização social internacional que atua no Brasil desde 1997 desenvolvendo programas e projetos com o objetivo de capacitar e empoderar crianças, adolescentes e suas comunidades, para que adquiram competências e habilidades que os ajudem a transformar a sua realidade.

DESTAQUE: Três projetos e uma iniciativa de *advocacy* envolvendo a formação de lideranças e o empoderamento de meninas para sua incidência nas políticas públicas.

Iniciativa: I Conferência Estadual Livre das Meninas do Maranhão

COM QUEM: 200 meninas maranhenses entre 11 e 19 anos.

QUANDO: Novembro de 2015.

ONDE: Maranhão.

PARCEIROS: Secretaria de Estado da Mulher e Conselho Estadual da Mulher do Maranhão.

Como: Evento pioneiro no Brasil, que propiciou o debate, a articulação e a visibilização das demandas e reivindicações das meninas em três temas: educação, proteção contra violências e saúde sexual e reprodutiva. Foram nove etapas municipais de preparação, formação e mobilização até a etapa estadual. A Conferência incluiu ainda a I Marcha Estadual das Meninas, ao final da qual elas entregaram as resoluções do evento ao poder público municipal de São Luís e do estado.

Projeto Essa É Minha Vez

COM QUEM: 100 meninas entre 14 e 19 anos, ligadas a organizações sociais brasileiras.

QUANDO: 2015.

ONDE: Nacional na ação direta e internacional nas articulações e parcerias.

PARCEIROS: Iniciativa global realizada em parceria com mais três países – Filipinas, Quênia e Paquistão.

COMO: Formação de meninas para incidir nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A ação incluiu oficinas de formação nas cinco regiões do país, um encontro nacional, redação da Declaração das Meninas do Brasil, participação na redação da Declaração global e representação de duas meninas brasileiras na Assembleia Geral da ONU sobre os ODS. A Declaração brasileira foi entregue à presidenta Dilma Rousseff, em encontro realizado no Maranhão.

Anexo

CATÁLOGO DE BOAS PRÁTICAS

Ficha Técnica com
breves informações
sobre as experiências
mapeadas.



Projeto Escola de Liderança das Meninas

COM QUEM: 180 meninas maranhenses entre 14 e 19 anos.

QUANDO: 2016.

ONDE: Seis municípios do Maranhão: São Luís, São José de Ribamar, Paço de Lumiar, Codó, Timbiras e Peritoró.

PARCEIROS: Instituto C&A.

COMO: Formação das meninas como lideranças políticas a fim de que incidam nas políticas públicas voltadas para a garantia dos seus direitos. Inclui ainda eventos públicos e rodas de diálogo entre as meninas e o poder público estadual e municipais, atores do sistema de Garantia de Direitos e conselhos setoriais.

Projeto Plataforma das Meninas

COM QUEM: 200 meninas brasileiras entre 14 e 19 anos.

QUANDO: 2016 e 2017.

ONDE: Cinco unidades da Federação, uma de cada região do país: Maranhão, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Pará e São Paulo.

PARCEIROS: Conanda, via Fundo Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

COMO: Formação política das meninas, feita em parceria com organizações atuantes nos estados participantes, a fim de que acompanhem a implementação, pelo governo brasileiro, do Objetivo 5 dos ODS, relativo à igualdade de gênero e empoderamento de meninas e mulheres.

RESULTADOS: Liderança e expressão da voz das próprias meninas em todos os projetos de incidência política que envolvam equidade de gênero e protagonismo. Agendamento público do tema do empoderamento das meninas, gerando visibilidade e impactos junto aos governos locais e nacional, além de ampla cobertura midiática, como foi o caso da Primeira Conferência Estadual Livre das Meninas do Maranhão e do Projeto Essa É Minha Vez.

CONTATO: www.plan.org.br

EMPODERAMENTO
DE MENINAS
COMO INICIATIVAS BRASILEIRAS
ESTÃO AJUDANDO A GARANTIR A
IGUALDADE DE GÊNERO

Caderno de Boas Práticas



Quem? Promundo

O QUE: Organização brasileira fundada em 1997 que tem como missão a promoção de masculinidades não violentas e relações de gênero equitativas no Brasil e internacionalmente, atuando com pesquisa, *advocacy* e campanhas.

DESTAQUE: Cocriação da metodologia nomeada Manual M (de mulher), que visa a estimular a reflexão e o engajamento de adolescentes e jovens em ações voltadas para a promoção da equidade de gênero e da saúde. Há também o Manual H (de homem), com proposta semelhante.

COM QUEM: Adolescentes e jovens meninas e profissionais de áreas diversas, como saúde, educação, assistência social, cultura etc., que atuam com elas. Apesar de haver um Manual M e um Manual H, seu uso pode ser misto ou separado por gênero, a depender da intenção da ação.

QUANDO: Material de uso contínuo já há 10 anos, podendo ser apropriado e adaptado por pessoas e instituições que atuem no tema.

ONDE: Adaptação e uso nacional e internacional em diferentes contextos da América Latina, África e Ásia.

PARCEIROS: Organizações sociais Ecos e Papai, no Brasil; Salud e Género, no México; e World Education, nos Estados Unidos, cocriadores do Manual.

COMO: O Manual M conta com uma série de atividades educativas que partem das necessidades e das experiências das adolescentes e das jovens mulheres para promover reflexões críticas sobre iniquidade de gênero, direitos sexuais e reprodutivos, e construção e fortalecimento da sua autonomia. Ele é organizado em dez seções: gênero, empoderamento e direitos humanos; identidade e relações; violência; corpo e sexualidade; direitos sexuais e reprodutivos; maternidade; prevenção do HIV/Aids; drogas; trabalho e participação comunitária. As atividades contam com recursos como dinâmicas, vídeos, criação de campanhas, proposição de debates, ações de mobilização etc.

O Manual M e o Manual H são reconhecidos por diferentes agências internacionais, como Banco Mundial, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, Fundo de População das Nações Unidas – UNFPA, UNICEF e Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS, como um programa modelo para o engajamento de homens e mulheres na equidade de gênero.

CONTATO: www.promundo.org.br/recursos/manual-m

Anexo

CATÁLOGO DE BOAS PRÁTICAS

Ficha Técnica com
breves informações
sobre as experiências
mapeadas.



Quem?

streetfootballworld Brasil

O QUE: Organização fundada na Alemanha em 2002 e com sede no Brasil desde 2010, cujo objetivo é promover o desenvolvimento social no país e em outros países em desenvolvimento por meio do futebol, da articulação de redes e da disseminação de metodologias.

DESTAQUE: Inclusão das questões de equidade de gênero e de ampliação e fortalecimento da participação das meninas no futebol em todas as ações implementadas e apoiadas pela organização.

COM QUEM: Crianças, adolescentes e jovens em ações de atendimento direto e indireto, com estímulo e indução para a presença significativa de meninas; organizações sociais que atuam com o tema do esporte no Brasil.

QUANDO: Contínuo.

ONDE: Nacional e internacional, por meio de ações em rede.

PARCEIROS: Mais de 30 organizações nacionais integrantes da Comunidade de Aprendizagem de Futebol para o Desenvolvimento e membros da Rede streetfootballworld no Brasil e em outros 60 países.

COMO: A organização atua com ações de atendimento direto, gestão de conhecimento, campanhas de mobilização, apoio e articulação junto a outras organizações sociais, com perspectiva de gênero inclusa de forma direta ou transversal. No atendimento direto, por exemplo, cerca de 120 crianças e adolescentes entre 10 e 15 anos, em turmas mistas de meninas e meninos de quatro escolas públicas do Rio de Janeiro e professores de Educação Física participam de um projeto de formação na metodologia Futebol3, na qual a equidade de gênero é tema central.

Elabora também materiais de referência para a formação de mobilizadores e colabora para aprimorar metodologias já aplicadas por outras instituições. Além disso, investe na visibilidade da questão feminina nos esportes, produzindo campanhas e eventos mobilizadores de caráter nacional. A streetfootballworld é secretaria executiva da Comunidade de Aprendizagem de Futebol para o Desenvolvimento, uma rede que reúne 30 organizações do país que atuam com esportes em ações de formação e mobilização, tendo as questões de gênero e o empoderamento das meninas como um dos focos prioritários.

RESULTADOS: 120 crianças e adolescentes e 90 refugiados capacitados em ações diretas realizadas no Rio de Janeiro; 150 mil crianças, adolescentes e jovens de todas as regiões do Brasil beneficiados pelas ações de 30 ONGs cujos educadores são capacitados pela streetfootballworld; 12.500 pessoas sensibilizadas por meio de campanha em mídias sociais como parte do projeto Cartão Vermelho para a Violência Doméstica.

CONTATOS: www.sfw.org.br e www.facebook.com/streetfootballworldbrasil

EMPODERAMENTO
DE MENINAS
COMO INICIATIVAS BRASILEIRAS
ESTÃO AJUDANDO A GARANTIR A
IGUALDADE DE GÊNERO

Caderno de Boas Práticas



Quem? UNICEF

O QUE: Órgão das Nações Unidas voltado para a infância, presente no Brasil desde 1950, liderando e apoiando uma série de ações de impacto para a garantia, proteção e promoção dos direitos de crianças e adolescentes no país.

DESTAQUE: Realização de seminários internacionais de mobilização e empoderamento de meninas.

COM QUEM: Adolescentes e jovens brasileiras e de outros países, entre 13 e 19 anos, ligadas a redes, grupos e projetos sociais; mulheres líderes; gestores públicos.

QUANDO: 2013 – I Seminário e 2014 – II Seminário.

ONDE: Rio de Janeiro – I Seminário e Brasília – II Seminário.

PARCEIROS: I Seminário – Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Secretaria de Políticas para Mulheres, Departamento de Estado dos Estados Unidos, Ashoka, Partners of the Americas, IIDAC e Caixa. II Seminário – Plan International Brasil, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Superintendência de Políticas para Mulheres de Salvador e Fundo Municipal para o Desenvolvimento Humano e Inclusão Educacional de Mulheres Afrodescendentes (Fiema)/Secretaria Municipal de Educação de Salvador.

COMO: Realização de dois eventos envolvendo meninas brasileiras e de outros países, como Equador, Jamaica, Guatemala e México, com especial atenção à diversidade étnico-racial, a fim de promover um espaço de encontro, troca de experiências, formação, empoderamento e discussão de propostas. Nas duas edições houve espaço para levantamento de demandas, com o objetivo de cruzar os anseios e reivindicações das meninas com as ofertas das políticas públicas, identificando-se lacunas e oportunidades de investimento.

A programação do II Seminário incluiu ainda a participação e o posicionamento das meninas em audiência pública na Câmara dos Deputados, momento no qual elas influenciaram o representante do Ministério das Relações Exteriores do Brasil a levar a agenda das meninas para as discussões da ONU acerca dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (veja mais na pág. 31). Após os seminários, as redes, grupos e projetos às quais as participantes são ligadas elaboraram planos para incorporação das questões de gênero em suas ações.

CONTATO: www.unicef.org.br. Para acesso a publicações sobre os Seminários: http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_29750.htm

Anexo

CATÁLOGO DE BOAS PRÁTICAS

Ficha Técnica com
breves informações
sobre as experiências
mapeadas.



REALIZAÇÃO



APOIO

CHILDHOOD
PELA PROTEÇÃO DA INFÂNCIA